



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 22

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 17 de maio 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

A sessão iniciou-se com a [interpeleção ao Governo Regional sobre “Situação do setor agrícola nos Açores”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após as intervenções do Sr. Deputado António Almeida (*PSD*) e do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), iniciou-se o debate com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Paulo Mendes (*BE*), José San-Bento (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Toste (*PS*) e Mónica Rocha (*PS*).

Seguiu-se a [apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XI – “1.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/A, de 25 de julho, que criou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores – SIDART”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, mais precisamente pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Sobre a [Petição n.º 4/XI – “Pela estabilidade do corpo docente: em defesa da qualidade do ensino na Escola Básica e Secundária das Flores”](#), apresentada por Rosa Maria Belo Maciel, na qualidade de primeira subscritora, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as João Paulo Ávila (*PS*), a quem coube a

leitura do relatório da Comissão de Assuntos Sociais, Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Bruno Belo (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e Zuraída Soares (*BE*).

Para interpelar a Mesa usaram da palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*). Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 7/XI – “Funcionamento do serviço de Suporte Imediato de Vida”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a intervenção do Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Dionísio Faria e Maia (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

O diploma em apreciação foi aprovado por unanimidade, aquando da sua votação.

- [Relatório sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar da Sra. Deputada Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira](#), o qual foi aprovado por unanimidade.

Após a apresentação do **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 29/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos, na Região”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, mais precisamente pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

No debate do [Projeto de Resolução n.º 29/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos, na Região”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as

Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Francisco César (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e Zuraida Soares (*BE*).

O diploma em apreço, submetido à votação, foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 37 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata Correia **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria **João** Soares **Carreiro**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa **Mendes**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declara aberta a sessão. Pode entrar o público.

Entramos hoje no ponto dois da nossa Agenda: **interpelação ao Governo Regional sobre a “situação do setor agrícola nos Açores”**. Esta interpelação foi requerida pelo PSD.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os mesmo que utilizámos na interpelação de ontem.

Para dar início a esta figura regimental tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A interpelação sobre a situação atual da agricultura nos Açores apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD Açores decorre de três fatores objetivos:

A importância direta e indireta da Agricultura para a economia, para o emprego e para a valorização do nosso território.

A perda do rendimento dos agricultores e a falta de competitividade das agroindústrias, num contexto altamente concorrencial dos mercados nos produtos convencionais.

O respeito institucional pelo parlamento regional onde estão representados os açorianos e onde o governo se deve fazer ouvir e ouvir para decidir.

Não precisaríamos, sequer, de saber pela comunicação social das posições de protesto de alguns dirigentes associativos agrícolas quer sobre o leite, quer sobre a carne, quer sobre as consequências dos rateios nas ajudas ao rendimento, pois do nosso diálogo com os agricultores já havíamos colhido esse descontentamento e, até mesmo, denunciado nesta Assembleia, sob a passividade do governo regional.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: O acordo anunciado esta semana entre o Presidente do Governo Vasco Cordeiro e o Presidente da Federação Agrícola dos Açores para a resolução dos problemas eminentes da agricultura, também não foi surpresa

pois temos estado habituados ao diálogo sem consequências, que procura disfarçar a falta da estratégia necessária e a incapacidade de perspetivar o futuro.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas mais importante do que um acordo que não conhecemos e que continuará a dar respostas conjunturais a problemas estruturais, não nos podemos demitir desta tarefa de ouvir os produtores sobre os seus problemas, saber da sua opinião sobre as possíveis soluções e avaliar a sua expectativa futura.

Mas o mesmo temos de fazer também relativamente às indústrias e ao comércio de produtos agrícolas dos Açores.

Com os avultados investimentos na modernização das explorações agropecuárias e em algumas agroindústrias, os agricultores e os industriais dos Açores conseguiram produtos de excelência, alguns de grande notoriedade internacional como o Queijo de São Jorge na procura de melhor rendimento e resultados

Infelizmente não é isso que estamos a verificar após muitos anos de esforço, dedicação e trabalho, com as condicionantes da Política Agrícola Comum, mas também com os seus apoios.

A qualidade dos produtos agrícolas dos Açores é hoje indiscutível.

Ao saber que a indústria considera limitados os instrumentos de apoio disponíveis para “dar a volta” à situação nos mercados e com o governo a desafiar as indústrias a aumentar o preço de leite à produção vem-me à memória uma pergunta:

Terá o governo regional as suas contas em dia com as essas indústrias?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Como é que é?

O Orador: Terá o senhor Secretário da Agricultura conversado com os industriais a perguntar sobre as suas dificuldades, depois de as ter financiado?

Terá o governo estudos de base técnica e sustentados que permita exigir à indústria essa tarefa?

Terá o Secretário de Agricultura olhado para os mercados e interrogado os seus técnicos sobre os meios políticos e financeiros para alterar este estado de coisas?

Deputado José San-Bento (PS): Está a fazer perguntas que já sabe as respostas!

O Orador: Não me parece. Pois tem sido assim:

Nos documentos do PRORURAL escritos pelo Governo em 2007 referia-se que o risco de marginalização na agricultura era elevado e o PRORURAL+ de 2014 reafirma que esse risco de marginalização é elevado.

Baixos rendimentos e idades próximas da reforma constituem indicadores dessa marginalização e eram superiores a 40%.

Em 2007, o PRORURAL mencionava que 48% das explorações dos Açores tinham baixos rendimentos e 42% dos agricultores tinham idade superior a 55 anos.

Em 2014, sete anos depois, e após anúncios de mais milhões o PRORURAL+ menciona que 58% das explorações dos Açores têm baixos rendimentos e 49% dos agricultores têm idade superior a 55 anos.

PRORURAL+ afinal significa mais dificuldades e piores resultados.

Não está tudo dito, mas está tudo entendido.

Mas vamos a casos concretos e atuais.

O Sr. “José Manuel” dedica-se à produção, com alguma dimensão, de bovinos de carne.

Faz contas. Sabe o que ganha e quanto perde.

Candidatou animais em todos os escalões. Com o rateio das ajudas do POSEI perdeu - 27.000,00€ (-21%)

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dois produtores de leite de São Miguel estão perplexos. Dois exemplos:

“António Cardoso” tinha, em 2015, 29 vacas com uma média de produção de 6.300 litros e em 2016 31 vacas com média de 5.900 litros por vaca. Em 2015 cada litro de leite custou-lhe 28 cêntimos, sensivelmente o mesmo que em 2016. Em 2015 recebeu 32 cêntimos por litro de leite e em 2016 28 cêntimos.

“Vítor Cordeiro” tinha 61 vacas em 2015, e um custo de produção de 29 cêntimos por litro de leite. Recebeu 29 cêntimos por litro. Em 2016, com 87 vacas, aumentando essa capacidade, o custo de produção foi de 30 cêntimos e recebeu 26 cêntimos por litro.

Está tudo dito: alguém está a produzir para perder.

Não há explorações iguais, com as mesmas dívidas, com a mesma terra, com os mesmos investimentos e custos e com os mesmos preços de leite, mas esta é uma realidade que não se pode esconder.

Estamos a falar de gente séria.

Há explorações que, neste momento, nem os apoios públicos as safam dos maus resultados.

Quero com estes exemplos dizer o seguinte:

É obrigatório que o governo estude a situação das explorações leiteiras e de carne e as ajude através do aconselhamento agrícola, mas que veja como criar as condições para a sua redução de custos, designadamente dos fatores de produção.

Ter a certeza se com o apoio do POSEI aos cereais, é possível ou não baixar o preço dos compostos alimentares.

Saber quanto custa a produção de forragens e perceber qual o impacto na perda de 27% dos apoios às culturas arvenses.

Em maio de 2015 o Presidente do Governo Vasco Cordeiro afirmava, em Santa Maria:

“Os produtores de leite da região estão preparados para um mercado sem quotas leiteiras e que o executivo continuará a investir para minimizar esse facto.”

A situação presente faz preocupar o futuro.

Na União Europeia estão na ordem do dia desafios importantes para o após 2020, os quais não podem ser ignorados agora pelos responsáveis do governo e dos parceiros sociais dos Açores sob pena de chegarmos a 2020 a discutir sobre o que não foi feito e deveria ter sido.

Segurança alimentar, ambiente, energia, alterações climáticas, desenvolvimento rural equilibrado, preços e volatilidade dos rendimentos, novas opções dos consumidores, desenvolvimento sustentável, incerteza do comércio internacional, mudança do poder de negociação nas cadeias de abastecimento alimentar, debate orçamental na União Europeia, são razões mais do que suficientes para estudar o futuro da Agricultura açoriana em cada uma das nossas ilhas e qual o caminho a seguir.

Nós não escolhemos as políticas nem os responsáveis. Esta é uma tarefa vossa há mais de 20 anos.

Desafiamos o governo a entregar nesta Assembleia cópia dos estudos feitos ou contratados sobre o impacto do fim das quotas leiteiras na economia agrícola dos Açores, bem como sobre a situação da produção de carne, estudos por ilha que sustentem a construção e/ou remodelação dos matadouros, as opções diferenciadoras da produção de carne e o acesso a novos mercados, tendo como base estudos de rentabilidade das explorações e simulação de custos de produção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Interrogamo-nos como é possível delinear uma estratégia de desenvolvimento e valorização de uma fileira agrícola sem estudos de base técnica, investigação aplicada e experimentação.

A resposta tem sido conjuntural: apoios financeiros dirigidos aos produtores sem qualquer sustentabilidade futura.

Aliás os rateios no âmbito das culturas arvenses, em 28%, no abate de bovinos em 20% e até mesmo no prémio aos produtores de leite, mas também condicionando as ajudas à produção de leite à produção entregue em 2015, dos quantitativos de 2015, com perca de 5%, não pode ser o critério futuro.

Quando o governo financiou nos últimos anos a modernização das indústrias de lacticínios da região, com fundos públicos e da União Europeia, bem como as fábricas de alimentos compostos para animais, aumentou a capacidade instalada, e deu um sinal de crescimento ao setor da produção de leite e lacticínios.

Quando num cenário de fim de quotas o aumento da produção leiteira seria natural, porque razão não se adotou uma estratégia de internacionalização que não passa apenas pelo apoio ao transporte para o continente, mas também na logística, no marketing e em novos posicionamentos no mercado.

Há 20 anos atrás os Açores produziam 300 milhões de litros de leite e colocavam mais de 75% dos produtos lácteos no continente português.

Atualmente, passados 20 anos, com uma produção superior a 600 milhões, continuamos no mesmo mercado e com a mesma dimensão percentual e com o mesmo tipo de produtos.

Com essa perspetiva de crescimento na última década, foi um erro grave não terem sido aproveitados os fundos da União Europeia e orientá-los não apenas para os investimentos em construções, máquinas e equipamentos ao nível das indústrias e da produção, mas para acrescentar valor sustentado ao produto agrícola.

Não existiu preocupação no estudo de novos mercados e de novos produtos.

Não existiu nem o diálogo, nem os apoios à Universidade dos Açores para dar resposta aos investigadores que são capazes de estudar soluções para os lácteos açorianos. Eles estão aí falando na sua disponibilidade.

Diga-nos o Senhor Secretário da Agricultura que estudos foram contratualizados com a Universidade dos Açores nas áreas da produção pecuária e agrícola, da transformação de produtos agrícolas ou de estudos de mercado.

Diga-nos o governo que sucesso têm as medidas de apoio à inovação no âmbito do Competir + no caso de produtos agroindustriais?

É natural que agora estejamos todos preocupados com essa falta de estratégia de valorização dos produtos lácteos e aguardamos sempre com expectativa que algo aconteça lá fora que ajude cá dentro a região.

Aumentamos a produção de leite e laticínios! É verdade. Mas não acrescentamos valor na medida dos investimentos e das dívidas assumidas.

Aumentamos a produção de carne! É verdade. Mas olhemos as cotações publicadas. Perca de preço e instabilidade.

Mas que falta de capacidade tem o governo regional para prever o crescimento do setor dos bovinos de carne quando aumenta em 10 euros por animal o complemento de algumas ajudas POSEI já este ano, para deixar que os produtores percam 20% nos mesmos apoios.

Dizem: a solução é desmancha das carcaças nos Açores. Mas para essa tarefa a sala de desmancha do matadouro de São Miguel está fechada! Devem ser os privados?

Ok, decidam-se, pois isto prova a falta de quê?

Mas melhoramos no vinho, no chá, na horticultura! É verdade.

Mas façam contas ao peso relativo de cada setor na economia regional e percebam a diferença dos impactos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por alguma razão o PSD tem insistido na representação dos Açores em Bruxelas – é para que se faça diplomacia técnica, económica e política antes do mal acontecer e não um apartamento para visitas à capital europeia!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por alguma razão temos insistido na criação de um Programa de Apoio à Investigação e Desenvolvimento – porque sabemos que as indústrias não têm meios suficientes para o fazer e não podemos ficar reféns exclusivamente de determinados produtos a baixo preço.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Por alguma razão reclamamos estudos sobre novos mercados e sobre os novos consumidores – porque os Açores vão destruir-se no mesmo mercado se não houver uma concertação comercial.

Não acham estranho que o leite líquido seja muito mais barato em Portugal do que nos restantes países da União Europeia?

Não acham estranho que dois litros de leite sejam mais baratos que um café ou uma água?

Precisamos de um governo de palavra:

- Que cumpra prazos de pagamento dos apoios ao investimento, no âmbito do PRORURAL e PROAMAF;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que promoveram isso!

O Orador: - Que pague a tempo e horas o SAFIAGRI a todos os agricultores que se candidataram no mesmo ano;

- Que não tenha medo de não apoiar o desnecessário a favor do que é essencial;

- Que não invista em novas infraestruturas que não é capaz de manter;

- Que tenha uma estratégia para o abastecimento de água e eletrificação com melhor gestão dos recursos;

- Que não condicione as organizações de agricultores, mas crie instrumentos de financiamento plurianual para que possam ser verdadeiros parceiros e bons prestadores de serviços aos agricultores;

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: - Que intervenha na regulação da cadeia de valor da agricultura, estimulando a distribuição justa dos rendimentos;

- Que não receie o diálogo com as grandes superfícies e que as apoio sempre, mas com a contrapartida da valorização do que é nosso e não com a destruição do rendimento de outros.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: - Que se dedique ao diálogo com a Comissão Europeia, fazendo parceria com as Canárias e com os Departamentos Ultramarinos Franceses na defesa de uma plataforma comum de revisão do POSEI.

- Que defina metas e objetivos que possam ser avaliados e por todos conhecidos, em cada quadro comunitário de apoio, sendo neles executados e não de transferência em transferência.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queremos ver tratados os assuntos da Agricultura açoriana nem à pedrada, nem na rua, mas sim nos lugares certos, não apenas com cortesia, mas com efetiva capacidade de decisão e resposta.

Vejam o que se passou com o turismo nos Açores: mais importante do que os subsídios para os hotéis que fecharam ou que faliram, foi a intervenção do estado português, não sei se com ou sem apoios, para permitir colocar o mercado de turismo nos Açores resolvendo o obstáculo dos transportes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Na Agricultura, à semelhança, temos de colocar os Açores nos mercados com a intervenção política.

Queremos um setor agrícola que dependa mais dos mercados do que dos subsídios ao rendimento, pois não apoiamos estas dependências quando há alternativas, a não ser que queiramos ser todos funcionários públicos.

Senhor Secretário da Agricultura, já percebemos que, se não estiver nas suas mãos decidir estará certamente nas mãos do Senhor Presidente do Governo.

A ver vamos, com expectativa, mas principalmente com a pressa que os agricultores e os industriais precisam.

Assim seja!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas Membros do Governo:

Bom dia, a todos!

O Governo apresenta-se ao debate político nesta Assembleia Regional aberto ao confronto de ideias e aos diferentes pontos de vista, mas sempre na defesa da agricultura açoriana.

Ouviremos preocupações e apreciações políticas diversas na expectativa de serem construtivas.

Governar democraticamente exige interação e diálogo permanente.

Reconhecer a pluralidade de opiniões é ter pensamento crítico sobre as mesmas, é uma obrigação de quem governa com responsabilidade.

Não nos importamos com o facto de sermos criticados ou de não estarmos todos de acordo.

Valorizamos, muito mais, a disponibilidade e a vontade do Governo para nos sentarmos à mesa, para criarmos pontes e encontrarmos as melhores soluções para os desafios da agricultura e para melhorar o rendimento dos agricultores.

Mas, permitam-me, que também dê conta dos resultados, dos sucessos assim como dos obstáculos, com a noção de contribuir para a melhor avaliação estrutural e conjuntural do setor agrícola.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Estou certo que este debate será também uma oportunidade para revelar o mérito do trabalho desenvolvido por todos quantos servem a agricultura, para expressar a capacidade instalada e suficientemente forte para enfrentar dificuldades e abraçar novos desafios.

O setor agrícola açoriano registou uma evolução impressionante tanto no que respeita à modernização assim como na criação de valor dos produtos lácteos. Este percurso que fizemos nas últimas décadas na Região, assente numa estratégia, transmite-nos a confiança e a convicção que o setor continuará a ter futuro.

Uma estratégia, que sempre foi concertada com os parceiros do setor.

As políticas do Governo dos Açores, expressas no Programa, no Plano e Orçamento da Região, assentam numa estratégia de valorização do setor, na modernização das infraestruturas agrícolas, na disponibilização de instrumentos para que os produtores consigam reduzir os seus custos de produção, na procura de novos mercados e na melhoria da competitividade das explorações agrícolas.

A **produção de leite** foi, sem dúvida, o setor que mais evoluiu e que hoje está mais bem preparado e estruturado.

Em 25 anos duplicámos a produção de leite.

A produtividade média por exploração, nos últimos 4 anos cresceu 30%, muito por força dos investimentos dos nossos agricultores.

Apesar do momento por que passaram os produtores de leite açorianos, particularmente nos anos de 2015 e 2016, verifica-se um contínuo investimento na modernização das explorações agrícolas (mais de 120 milhões de euros de investimento co-financiados pelo PRORURAL e PRORURAL+), investimentos que foram feitos numa inequívoca vontade de produzir mais e aumentar a rentabilidade do sector, o que é bem demonstrativo, de que se acredita que este é apenas mais um desafio que em conjunto vamos ultrapassar.

Bem sabemos que a situação que se vive atualmente no setor resultou da simultaneidade de um conjunto de situações que concorreram para uma redução muito significativa do preço do leite pago aos produtores.

Apesar das dificuldades decorrentes da conjuntura internacional nos dois últimos anos, verificam-se atualmente sinais positivos nos mercados de lacticínios, o que leva a crer que existam condições objetivas para um aumento no preço de leite pago à produção na Região.

É importante reconhecer que o preço do leite é influenciado cada vez mais pelos mercados internacionais e que algumas indústrias utilizam estratégias de preços baixos, comprometendo os restantes operadores de mercado.

É importante saber conciliar os interesses dos principais intervenientes, a produção, a transformação e a distribuição.

Um desequilíbrio em qualquer um deles poderá comprometer toda a cadeia.

Também a **indústria** se modernizou com investimentos muitos significativos (mais de 140 milhões de euros de investimento co-financiados pelo PRORURAL e PRORURAL+), investimentos em eficiência e em capacidade de transformação do leite em produtos diferenciados e de maior valor.

O Centro Açoriano de Leite e Lacticínios será decisivo relativamente aos objetivos a atingir neste setor por forma a torná-lo cada vez mais forte e rentável, mas com uma justa distribuição do valor ao longo da cadeia.

Nos Açores temos produtos lácteos de excelência e importa agora intensificar a sua promoção e a sua valorização nos diversos mercados.

Já estamos a trabalhar num Plano Estratégico para este efeito, de promoção e reforço da presença dos produtos lácteos açorianos nos mercados de exportação tradicionais, mas também na procura de novos mercados.

É igualmente importante o trabalho em conjunto com a indústria com vista à avaliação de novos produtos que acrescentem mais valor e mais rendimento a toda a fileira e na identificação de mercados que reconheçam a qualidade e o valor do que produzimos.

Parece-me essencial reforçar a presença em mais canais de distribuição, aumentar a notoriedade apostando no meio digital e em ações diretas com o consumidor, e com parceiros estratégicos, para consolidar o mercado nacional e crescer no plano internacional.

Temos, contudo, de contar com as novas tendências dos mercados e as opções de escolha dos consumidores, a alteração dos hábitos alimentares, principalmente dos jovens, com a concorrência das linhas brancas, com as campanhas negativas ao consumo de produtos lácteos...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas os senhores é que acabaram! É preciso ter lata!

O Orador: ... e que estamos operando num mercado nacional de reduzida dimensão e que continua a importar ainda muito produtos lácteos e que nem sempre valoriza as produções nacionais.

Desculpem, Srs. Deputados?

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silveira e do Deputado Artur Lima)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, isto não é uma tasca!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que é isto?

Presidente: Srs. Deputados... Srs. Deputados...

Srs. Deputados, o Sr. Secretário está na tribuna a fazer a sua intervenção.

Pode continuar, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Eu gosto muito de uma tasca, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu lembro-lhe a história num instante! O senhor é um mal-educado!

Presidente: Srs. Deputados, vamos terminar com este diálogo entre as bancadas, para que o Sr. Secretário possa continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigada, Sra. Presidente. Vou tentar continuar.

Importa, por isso, reforçar a organização da produção... Até já me perdi, no meio desta confusão toda.

(Pausa)

Sra. Presidente, já me localizei. É o que dá os apartes, os excessos de apartes nesta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também concordo, Sr. Secretário, mas tem que falar com os Membros do Governo!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em relação à **fileira da carne** que debatemos aqui oportunamente relevo apenas a sua importância cada vez maior no desenvolvimento do sector agrícola na Região, e a aposta que os produtores têm feito, ao nível da genética e nos modelos de produção, levando a que este setor tenha crescido em 2016 cerca de 20%.

Nunca na história da Autonomia se abateu e se exportou tanta carne dos Açores e se conquistaram sustentadamente tantos mercados!

Da mesma forma, e só por desconhecimento de muitos a horticultura, fruticultura e floricultura têm progredido de forma assinalável.

Em 8 anos o número de produtores quadruplicou e a área cultivada nos últimos 6 anos cresceu 100 ha ao ano..

No anterior Quadro Comunitário – PRORURAL – 13% das primeiras instalações foram para a área da diversificação agrícola, enquanto que no atual Quadro este valor atinge os 30%.

São sinais encorajadores em relação ao futuro da diversificação agrícola nos Açores.

Ainda temos muita margem para crescer o que quer dizer que podemos reduzir, ainda mais, as importações de hortícolas e de algumas frutas.

Importa, por isso, reforçar a organização da produção de modo a ganhar escala e poder negocial e fomentar as produções, de forma planeada, mais ajustadas às capacidades produtivas de cada ilha e à procura dos mercados.

Em estreita articulação com as organizações e produtores, vamos identificar as necessidades de consumo e de importação da Região por forma a criar mecanismos de ajuste da produção regional, com o objetivo de reduzir ainda mais as importações e de melhorar o rendimento dos produtores.

A produção biológica assume-se cada vez mais como uma oportunidade e que importa aprofundar.

Neste sentido, o Governo dos Açores vai apresentar, em conjunto com os operadores, a Universidade dos Açores e especialistas do sector, um plano para a pecuária e agricultura biológica, com o objetivo de no futuro termos mais produtores e maior área de produção bio, com vantagens na qualidade alimentar, em termos ambientais e de bem-estar animal.

Uma referência à vinha e ao vinho onde se tem registado um crescimento extraordinário, que nos próximos anos terá um peso importantíssimo na atividade económica da ilha vizinha, o Pico.

Os 1.000 hectares de área apta à produção de vinho certificado, distribuídos pelas ilhas do Pico, Terceira e Graciosa, mas com especial incidência na Ilha do Pico, e o aumento da produção de uvas nos próximos 5 anos, impõe um desafio em mobilizar mais investidores para a indústria, para permitir uma valorização do vinho nos mercados da exportação e a sustentabilidade, no futuro, desta importante atividade para a Ilha do Pico.

Um dos desafios que se coloca ao setor agrícola é continuar o seu **rejuvenescimento**, possuindo os Açores uma população agrícola das mais jovens do país.

Registamos mais de 300 primeiras instalações nos últimos 10 anos.

Este número evidencia que há jovens a continuar a apostar no setor agrícola.

Não creio que nenhum jovem arriscaria a empregar o seu futuro e a investir num setor que não lhe oferecesse garantias de sucesso.

Os programas de apoio à agricultura são instrumentos fundamentais das políticas.

Como sabemos, o **POSEI**, que ascende a mais de 70 milhões de euros anuais, tem o seu valor fixado pela Comissão Europeia desde 2010.

O seu aumento tem sido sucessivamente reivindicado pelo Governo dos Açores, e pelos parceiros sociais, justificado pelos elevados custos associados à produção agrícola numa região ultraperiférica muito afastada dos principais mercados.

O que tem acontecido nos últimos anos é que as produções, quer seja animal quer seja vegetal, estão a aumentar sucessivamente nos Açores e isso é um sinal muito positivo porque significa que estamos a aumentar a produção local e o nosso potencial exportador.

Por outro lado, se o valor financeiro do programa se mantém – 70 milhões – temos assistido ao aumento dos rateios em algumas ajudas.

O caso mais recente foi o prémio ao abate de bovinos em virtude do grande aumento de animais abatidos que passou de 68 mil, em 2015, para 82 mil animais em 2016, o que tem, obviamente, implicações diretas no valor a receber por cada agricultor.

Ainda este mês vamos iniciar um processo de auscultação sobre o POSEI, com a Federação Agrícola dos Açores onde devemos refletir o que queremos para o futuro deste programa até à sua conclusão.

Como devemos afetar a verba dos 70 milhões de euros às diferentes ajudas, para melhor servir o setor agrícola?

Se devemos ou não manter o quadro atual, em que algumas ajudas têm rateios superiores a outras ou se uma solução mais equitativa entre as diferentes produções?

Neste processo de auscultação, entendo que também devemos fazer uma reflexão sobre o **PRORURAL+**.

Como é público as medidas de apoio ao investimento têm os seus plafonds com elevadas taxas de compromisso.

Este fato é também bem demonstrativo do dinamismo e da grande vontade do setor agrícola em investir em crescimento e modernização.

Também aqui temos que refletir o que melhor serve o setor.

Se manter a situação atual, ou se reformular para que os fundos comunitários, ainda disponíveis, cheguem a mais agricultores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso parece um discurso de tomada de posse!

O Orador: Tomada de posse? Não senhor!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Caros Colegas:

No âmbito do **PRORURAL+**, foram tomadas medidas para a redução dos prazos de avaliação dos projetos de investimento, com resultados positivos.

Há 6 meses atrás, quando tomei posse, Sr. Deputado, tínhamos nas medidas principais de apoio ao investimento cerca de 500 candidaturas para analisar. Hoje temos pouco mais de 100 projetos.

Com o objetivo de procurar satisfazer as necessidades dos agricultores, temos em curso um plano de formação ambicioso.

O **PROAMAF** – Programa de Apoio à Modernização da Agricultura foi revisto e melhorado, abrangendo o financiamento de investimentos nas eletrificações das explorações agrícolas, cujos incentivos ficarão excluídos dos auxílios *mínimis*.

Desbloqueou-se o impasse que pairava sobre os **Seguros de Colheitas Agrícolas**, e em breve esperamos que estes sejam uma realidade nos Açores.

Estamos a ultimar um documento orientador em relação às propostas da Região para o **futuro da PAC pós-2020**, o qual será apresentado no Conselho Regional de Agricultura e melhorado com os contributos dos diferentes parceiros do setor.

Vamos integrar o grupo de trabalho criado pelo Ministério da Agricultura para acompanhar e definir as posições de Portugal na negociação sobre o futuro da Política Agrícola Comum, podendo assim de forma direta e objetiva defender e acautelar os interesses do setor agrícola regional e dos agricultores.

Assumimos, e nunca o escondemos, que existem dificuldades no setor e desafios importantes a vencer, mas também vemos muita força, dinamismo e motivação, por parte dos agricultores, para continuar a apostar na agricultura.

A grande vontade de continuar a trabalhar na agricultura, por tudo o que ela representa para cada um dos nossos agricultores, o gosto pela terra e pela pecuária, a sua motivação em acrescentar valor económico, social, paisagístico às nossas nove ilhas, garantindo sustentabilidade, inspira-nos para trabalharmos

pelo desenvolvimento da agricultura e na melhoria do rendimento dos agricultores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Apesar de bastantes esclarecedoras as intervenções iniciais, parece-me que ainda há lugar ao debate.

(Pausa)

Julgo não haver. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo:

Ontem todos os Srs. Deputados queriam debater o futuro da agricultura. Hoje, parece que só eu e o Sr. Deputado é que queremos fazê-lo.

Deputado António Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas cá estou!

Dizer, Sr. Deputado António Almeida, que fiquei com a ideia, ou pelo menos transpareceu na opinião pública, que o PSD só faz esta interpelação porque vem a reboque do setor e dos parceiros do setor.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é a teoria do Sr. Deputado José San-Bento!

O Orador: Na verdade, ou pelo menos pelo enquadramento que o Sr. Deputado fez, ficámos claramente com essa ideia.

Eu devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que, à semelhança do que o senhor tem feito, eu também tenho percorrido o setor, tenho falado com os agricultores, tenho falado com as Associações, tenho reunido com as indústrias.

De facto, o que se verifica é que hoje assistimos a uma crise que não é uma crise da agricultura ou um problema que está focado ou centralizado na questão do leite. Ou seja, não há crise na produção de carne.

Não há, do ponto de vista do Governo, crise na área da diversificação agrícola!

Não há crise na cultura da vinha!

Existe, de facto, uma dificuldade acrescida no setor do leite, uma dificuldade que resulta, ou resultou claramente de uma crise europeia. Não é uma dificuldade que existe apenas nos Açores, não é uma dificuldade que existe apenas no território nacional, é uma dificuldade que resulta e vem da Europa.

Como sabemos, daquilo que originou a crise, resultou também em decisões europeias. Nessa medida, e para dar resposta a essas situações, o Governo, como o Sr. Deputado muito bem sabe, chegou-se à frente e, aliás, foi muito para além daquilo que era exigido e foi muito para além daquilo que foram as ajudas da própria União Europeia e do Governo da República.

Hoje, quando os agricultores dos Açores encontram-se com os seus congéneres da Europa, ou até de Portugal Continental, e cada um olha para aquilo que são as suas explorações, nós estamos ao mesmo nível.

Ou seja, houve da parte dos agricultores um grande esforço em melhorar as suas explorações e isso naturalmente foi feito com o esforço dos agricultores, mas também assente numa estratégia, a tal estratégia que os senhores dizem que o Governo não teve, a tal estratégia que os senhores dizem que o Governo nunca foi capaz de criá-la.

Devo dizer que a situação que se vive hoje, que é real e factual, tem a ver com a quebra de rendimento, essencialmente com a quebra de rendimento, tem a ver com o preço do leite pago à produção.

Como sabemos, produzimos 600 milhões de litros de leite por ano. Um cêntimo no aumento do preço do leite implica um aumento de rendimento da produção de 6 milhões, e 2 cêntimos são 12 milhões.

Aquilo que o Governo tem afirmado nos últimos tempos e tem o dito ao longo destes seis meses, é que neste momento há condições objetivas para que a indústria aumente o preço do leite.

Hoje, em declarações que estão na comunicação social, apesar do título dizer uma coisa contrária ao que está escrito na notícia, é que se percebe que há indústrias que estão a aguardar que haja um sinal por parte de outra para, no fundo, haver aqui um ajustamento no preço do leite que, naturalmente, é importante.

As dificuldades que o setor atravessa nunca se poderá fazer por ajuda ao rendimento, cobrindo o que falta por ajuda ao rendimento. Tem que ser a indústria a chegar-se à frente, tem que ser a indústria a valorizar aquilo que compra, que é o leite, e tem que ser capaz de valorizar nos mercados aquilo que vende.

Portanto, esta é a solução base para resolvermos um problema que temos, para resolver o problema estrutural do preço do leite que os agricultores perderam ao longo dos últimos dois anos.

Queria também dizer que o Governo na altura da crise do leite tomou um conjunto de medidas, como foi o caso do reforço ao POSEI, ao Prémio dos Produtores de Leite, um reforço ao Prémio da Vaca Leiteira para 2015/1016, nos 45 euros; criou o SAFIAGRI, o AGROCRÉDITO, implementou o CALL, implementou a Marca Açores, fez uma campanha de promoção dos produtos lácteos a nível nacional e com esse conjunto de medidas foi possível minimizar a situação do rendimento dos agricultores.

Agora, o que é facto, mesmo com esses dois anos de dificuldades, e com as dificuldades que o setor atravessou, a agricultura cresceu, modernizou-se, rejuvenesceu, temos cada vez mais jovens no setor, aumentou as produções, foi capaz de diversificar-se, aumentou o emprego.

Aliás, dados recentes do INE mostram que, mesmo numa situação de fragilidade do leite, continua a haver um aumento de emprego no setor primário, e acredito que grande parte daqueles números são provenientes da agricultura, e chegámos a este ponto. Ou seja, os agricultores, mesmo em fase difícil, conseguiram vencer as dificuldades e foram, ano após ano, ganhando os desafios que foram encontrando.

Isto foi obra do acaso? Não foi!...

Isto foi assente numa estratégia, uma estratégia onde os investimentos que a Região fez foram adequados à realidade e ao potencial de cada uma das ilhas.

Investimos em caminhos, em águas, eletricidade!

É verdade, é preciso fazer mais! É preciso e vamos continuar a fazer.

Investimos na Rede Regional de Abate, investimos em laboratórios, investimos em equipamentos importantes para o setor, negociámos bons Quadros Comunitários de Apoio.

O Sr. Deputado preocupou-se mais em ler os relatórios e encontrar duas alíneas, ou dois aspetos, que pudessem ser negativos para o Governo, mas o Sr. Deputado devia perguntar ao setor o que é que o setor acha dos Quadros Comunitários de Apoio? Se foram ou não importantes para a modernização?

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O sol quando nasce também é para todos!

O Orador: Se foram ou não importantes para aumentar a competitividade do setor?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Era isso que o Sr. Deputado devia preocupar-se, mas hoje vivemos um período em que lemos os relatórios mas é só para encontrar as partes negativas e fazer disso um problema político e um chavão.

Mas esta não é a realidade do setor, porque o setor modernizou-se, porque tivemos fundos que permitiram reformas antecipadas e que muitos agricultores saíssem...

Deputado Luís Garcia (PSD): Essa estratégia já é conhecida!

O Orador: ... com grande dignidade do setor, permitiu que os seus filhos e mais jovens entrassem no setor, permitiu a ampliação e a modernização da indústria.

Hoje, por vezes, faz-se críticas aos investimentos que foram feitos na indústria, mas eu não estou aqui a defender a indústria, estou aqui a defender o setor.

Ai de nós hoje se aqueles investimentos não fossem feitos! Onde é que nós íamos transformar os 600 milhões de litros de leite que produzimos todos os anos?

Apostámos na qualidade, na segurança alimentar e na formação, implementámos o PECOL, fizemos grandes investimentos na sanidade animal e hoje temos um estatuto sanitário de excelência e isso é indesmentível.

Na formação agrícola alocámos todos os anos milhares de euros na formação, no apoio à genética, no apoio técnico, no apoio às parcerias com as organizações. Hoje são parceiros estratégicos e nós, Sr. Deputado, e utilizando uma expressão sua (vou tentar aqui encontrar nos meus papéis), não condicionamos; nós não condicionamos as organizações de produtores. Eu não sei onde é que o senhor foi tirar essa ideia de condicionarmos as organizações de produtores.

Nós damos é meios para as organizações de produtores trabalharem, que é uma coisa completamente diferente de condicionar.

Damos apoio técnico e aconselhamento, ao contrário do que diz o Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (PSD: Já deve estar a esgotar o tempo, daqui a pouco já não pode falar!

O Orador: Damos apoio técnico e aconselhamento! Estamos no terreno.

Se quiser, eu tenho aqui uma lista de trabalhos e estudos que estamos a fazer e que já fizemos no passado.

Relevamos a importância das organizações e das cooperativas na prestação de serviços, nos projetos de investimento que apresentam, por isso o Governo atribui 5 milhões de euros a essas organizações.

No apoio direto à modernização, seja no âmbito do Decreto Regulamentar 22, ou até no PROAMAF.

Hoje, já não se liga ou não se dá importância ao PROAMAF, mas nós conseguimos, finalmente, retirar o PROAMAF dos mínimos. Como sabemos, há um problema que o setor tem, que tem a ver com as ajudas do Estado. Muitas vezes as oposições reclamam, e bem, que é preciso mais apoios diretos aos produtores, mais apoios diretos, mais apoios diretos...

Mas os apoios diretos são ajudas do Estado e nós temos regras para cumprir da Comissão Europeia. Não podemos dar mais do que 15 mil euros de ajudas diretas em cada três anos, como o Sr. Deputado muito bem sabe.

Deputado Paulo Parece (PSD): Pelo menos que paguem!

Deputado Bruno Belo (PSD): O tempo vai esgotar!

Deputado Paulo Parece (PSD): E depois vai fazer o número de perguntar se ainda tem tempo!

O Orador: Comparticipamos todos os investimentos financiados pela agricultura e pela indústria.

Tudo isto, e muito mais, resultou claro em mais produção, mais rendimento e agricultores mais bem preparados.

É verdade, podem dizer: bom, mas há agricultores com dificuldade. Pois há!

Eu tenho que parar senão depois fico sem tempo. As pessoas não vêm a debate, o que é que eu vou fazer!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa parte é dirigida à bancada do PS: “as pessoas não vêm a debate”!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, com pedras ou sem pedras, com pedradas ou sem pedradas, aparentemente o Governo Regional decidiu assumir aquele que é o *slogan* da JS de “chegar-se à frente”.

E chegou-se à frente!...

Interessa saber é como é que foi isso de se chegar à frente, que consequências é que tem esse chegar à frente, porque chegar à frente implica tomar opções.

Nós fomos, não digo surpreendidos, mas se calhar viram-se confirmadas aquelas que foram as nossas suspeitas e recebemos ontem a notícia de que o

Governo Regional teria reforçado os apoios à lavoura, pelo Orçamento da Região, para fazer face aos rateios do POSEI.

Ora, é verdade também que nessa mesma notícia o Sr. Secretário assegurou e ressaltou que esse reforço não seria feito à custa do financiamento com recursos a fundos europeus e que também seria feito com verbas alocadas ao setor agrícola.

De qualquer maneira, interessava saber se para contrariar um problema conjetural como este, se o Governo Regional tomou uma opção que prejudicou ou irá prejudicar investimentos estruturais e estratégicos, como por exemplo, na modernização do setor ou mesmo na diversificação agrícola.

O Sr. Secretário assumiu aqui, tal como assumiu há coisa de uma semana numa entrevista dada, salvo erro, ao Correio dos Açores, que é necessário produzir mais.

Nós consideramos, e aliás pensávamos que era posição unânime nesta Casa, que o importante neste momento seria não tanto produzir mais, mas produzir ainda melhor.

Não estamos aqui de certa forma a retirar mérito àquela que é a qualidade da nossa produção, mas achamos que ainda há espaço para a melhorar, tanto é que há uma empresa Agroindustrial com atividade na Região que tomou uma opção muito clara, pelo menos aparentemente, publicamente tomou essa opção e assumiu-a, e montou uma campanha promocional do leite proveniente unicamente do pasto. Penso até que a campanha assentava no *slogan* “as nossas vacas são felizes”, ou algo do género.

Ora, como resultado dessa opção política sabemos que, pelo menos é assim que os produtores o têm dito, recebem mais pelo leite que produzem e a própria empresa admite que esta foi uma aposta ganha.

Pergunta: não deverá ser este um exemplo que se poderia constituir como um caso de análise para o Governo Regional?

Deputada Zuraida Soares (BE): E é!

O Orador: Ou o Governo Regional considera que estamos perante uma manobra de publicidade enganosa?

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é talvez o que o senhor acha!

O Orador: Pergunta: considerando que é necessário melhorar a nossa produção e termos produtos diferenciados no mercado, como se compatibiliza o investimento na qualidade, fator que permite distinguir os nossos produtos relativamente à oferta indiferenciada no mercado e assente, essa sim, em produzir muito?

Estamos a falar de empresas agroindustriais que apostam na quantidade para assim conseguir atingir preços muito baixos junto ao consumidor. Como é que se compatibiliza esse investimento na qualidade com a produção de leite proveniente de vacas que consomem concentrado com OGM's?

Outra pergunta: Quantas toneladas de ração são consumidas na Região e quantas destas toneladas de ração são produzidas com concentrado que contém OGM?

Estas perguntas e ainda mais as respostas, serão importantes para desmentir aquelas que foram afirmações, que penso que foram proferidas o ano passado, por um representante de uma reputada e famosa empresa agroindustrial, que na Assembleia da República acusou os Açores e os nossos produtores de estarem a produzir leite, não aquele leite proveniente de vacas em pastagem, as tais vacas felizes, mas sim leite produzido graças ao maneio de gado e à alimentação do gado feito muito à custa de rações e não tanto do pasto.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal alguém sabe de agricultura naquela bancada!

(*) **Deputado José San-Bento** (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

Eu queria começar por felicitar o PSD por esta iniciativa. É sempre muito importante nós debatermos as questões que são muito relevantes do ponto de vista económico e social. A agricultura é, sem dúvida nenhuma, um setor da maior importância.

Estamos a falar de um setor que representa grosso modo 50% da nossa economia e, dentro da agricultura a pecuária e a produção de leite representam cerca de 70%. Portanto, estamos a falar de mais de um terço da nossa economia, isto indo já diretamente àquele setor que o Sr. Deputado António Almeida sinalizou como aquele que mais está sob pressão neste momento, que se relaciona dentro da área agrícola, o setor leiteiro.

O Sr. Secretário também já teve oportunidade de abordar esta questão e parece-me que há aqui um consenso generalizado de que a nossa agricultura está a ter um desenvolvimento muito interessante.

Ainda no último plenário tivemos oportunidade de falar sobre o setor da carne, mas, de facto, no que diz respeito ao setor do leite, que é o setor mais relevante da nossa agricultura, de facto há situações que nos preocupam e que nos devem a todos convocar à reflexão no sentido de podermos analisar estas questões com pluralidade de opiniões, com diferentes pontos de vista, para tentarmos (nós acreditamos!) obter melhores soluções, soluções nas quais os partidos da oposição devem participar, devem envolver-se e, particularmente deputados com um profundo conhecimento na matéria, como é o caso do Sr. Deputado António Almeida.

Portanto, é com satisfação, Sr. Deputado, que nós registamos esta iniciativa e esta oportunidade de debatermo-nos sobre um setor, com já referi, tão importante para a nossa economia e para a nossa Região Autónoma.

Eu queria começar também por salientar, Sr. Deputado, como muito positiva a abordagem que fez quando valorizou a qualidade da nossa produção.

No último plenário, na interpelação sobre a produção de carne, fiquei um pouco perplexo com algumas bancadas (aliás, tive oportunidade de referir isso na altura) que procederam a um conjunto de críticas em que era notório, não só implicitamente, como explicitamente, a crítica ao grande desenvolvimento da nossa produção do ponto de vista qualitativo. E isso não é correto fazer-se, Sras. e Srs. Deputados. É da maior importância nós valorizarmos a qualidade da nossa produção e felizmente nós tivemos aqui a capacidade de crescer em termos quantitativos e aumentarmos essa produção qualitativamente, e isto é o corolário de um grande percurso e é uma prova claríssima de um grande sucesso que foi feito.

Já no que diz respeito, Sr. Deputado, à sua referência aos diversos estudos, isso aí já me surpreende. Julguei que esta questão estivesse resolvida. Aliás, o senhor já teve oportunidade de reconhecer, noutras sítios que eu acompanhei a sua opinião, a existência de estudos.

O Sr. Deputado, inclusivamente, salientou não só estudos da parte do Governo, estudos também da parte de outras entidades, nomeada e inclusivamente, de Associações Agrícolas, sobre o fim das quotas.

Portanto, fiquei aqui surpreendido que o Sr. Deputado venha novamente instar o Governo a apresentar os estudos, onde é que estão esses estudos. Julguei que essa questão já estivesse resolvida. Além disso, o senhor tem sempre, como sabe muito bem, a faculdade dos requerimentos para poder solicitar tudo o que forem esses estudos que o senhor refere que existem, porque de facto tem todo o direito a ter essa informação, agora penso é que não irá descobrir nada de transcendente, porque todas estas questões já foram analisadas, debatidas e estudadas há muito tempo.

Gostava também de dizer, Sr. Deputado, que nós na legislatura passada (eu não quero ser injusto consigo, mas em parte da sua intervenção) assistimos aqui, por diversas vezes, a uma técnica do PSD, do Grupo Parlamentar onde o senhor agora se insere e, aliás, onde tem uma enorme proeminência.

O PSD fazia este exercício: culpava o Governo Regional dos Açores pelos impactos das políticas que o Governo de Passos Coelho e do Paulo Portas implementavam na República.

Isso parecia-me, Sr. Deputado, não sei se concordará comigo, mas eventualmente até concorda, um exercício de profundo cinismo. Isso foi feito por diversas vezes. O Governo implementava medidas altamente negativas, altamente restritivas no país, e o PSD vinha aqui ao Parlamento dos Açores culpar o Governo dos Açores pelos impactos dessas políticas tomadas a nível nacional.

Agora, o senhor, aqui (eu não quero desmerecer a sua intervenção, como já tive, aliás, oportunidade de referir, tem aspetos positivos) não resistiu a este exercício, ou seja, o senhor vem aqui de uma forma ardilosa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ardilosa?!

O Orador: ... tentar culpar o Governo Regional, e particularmente o Sr. Secretário Regional, pelas políticas que estão a ser desenvolvidas a nível europeu, políticas de liberalização que estão a beneficiar as grandes economias, os países mais ricos e os países no centro da Europa e prejudicam claramente as regiões mais periféricas (não só os Açores, mas as regiões mais periféricas), e o senhor sabe disso perfeitamente.

Deputado Marco Costa (PSD): Como o senhor diria: “onde nós já vamos!”

O Orador: O senhor sabe que nós estamos a desenvolver uma luta onde o PSD está envolvido, onde a Eurodeputada do PSD eleita, com residência nos Açores, também está a desenvolver essa luta e o senhor tenta aqui culpar o Governo por

políticas que, justamente, do ponto de vista de justiça política, o Sr. Deputado não pode acusar o Governo por essas responsabilidades.

Nós estamos aqui a falar de um embargo de produtos lácteos à Rússia, decretado em 2014,...

Deputado Marco Costa (PSD): “Onde nós já vamos!” – citando-o!

O Orador: ... nós estamos a falar do fim das quotas leiteiras que ocorreu em 2015 e estamos também a falar de tendências de diminuição do consumo de leite que já vêm até anteriores a estas datas.

Portanto, gostava só de dizer, Sr. Deputado, que face às críticas que o senhor fez, e tendo também em consideração os esclarecimentos que o Sr. Secretário Regional já aqui procedeu, eu não poderia deixar de referir quatro pontos que me parecem ser essenciais sobre a estratégia que está a ser seguida nos Açores para superarmos as dificuldades no setor do leite.

Em primeiro lugar, há uma estratégia clara de redução dos custos das explorações e essa estratégia tem tido uma componente extremamente significativa. Eu tenho aqui números. Só a nível do PRORURAL 2014/2020, estamos a falar já de um total de 145 milhões de euros de investimentos de apoio na modernização do nosso setor agrícola.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Portanto, isto são investimentos da maior importância.

Já foi aqui dito que nós temos uma população muito jovem no setor agrícola. Isto é claramente um sinal que nos deve deixar confiantes,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... é um sinal de futuro para este setor.

Basta referir que em 2012 havia uma média de 180 mil litros de leite de exploração por ano, e agora, em 2016, esta produção média é de 246 mil litros por ano, um crescimento de 36%.

Portanto, isto é um sinal claro de que o setor está a ser um setor profundamente reestruturado e modernizado, e esse é o futuro.

Vai haver sempre, sempre, produtores que saem da atividade, e produtores que continuam na atividade, que vão ganhando escala, que vão modernizando as suas explorações, integrando maior mecanização, mais tecnologia e isso é que permite o futuro do setor.

Portanto, nós temos, mesmo num cenário que alguns veem como de nuvens negras (não é esta a visão do PS, como já perceberam), dados objetivos para termos confiança e otimismo no futuro.

Em segundo lugar, a estratégia também passa pela melhoria da sanidade animal. O senhor falou em explorações e em produções na ordem dos 4 a 5 mil litros por ano, por animal, mas como o senhor sabe, neste momento esta média é de 10 a 12 mil litros por ano, por animal. Estamos a falar de um aumento de cerca de 100%, nos últimos 15 anos. Isso é mais um sinal da grande melhoria genética e de sanidade animal que permitiu um grande crescimento da nossa produção.

Também gostava de dizer, Sr. Deputado, que ao nível do setor da transformação e de novos produtos não concordo quando o senhor diz que nós estamos praticamente na mesma. Nós não estamos praticamente na mesma, Sr. Deputado!

Se o senhor quiser comparar há uma década atrás, nós não estamos na mesma. Os Açores produzem 32% do leite do país, nós produzimos mais de 50% dos queijos, nós temos tido um crescimento na cadeira de valor, nós tivemos a reorganização do nosso setor industrial e comercial, até com a criação da LACTAÇOR e com outras medidas, houve um grande crescimento de novos produtos.

Eu compreendo que o senhor ache que é sempre necessário fazer mais, e nós temos produtos com mais valor. Nós também achamos isso, agora não é justo

nós desvalorizarmos o trabalho que foi feito nesses últimos anos, o esforço dos nossos industriais, dos setores logísticos e comerciais. Tudo isso é da maior importância, porque isso também se reproduz não só em benefício para o consumidor, mas na parte que nós estamos aqui mais preocupados a analisar, em rendimentos e em melhor sustentabilidade para os nossos produtores.

Portanto, esses dados também são muito importantes.

Finalmente, um quarto ponto nesta estratégia. Aquilo que tem vindo a ser, na área da comercialização, a Associação dos Produtos dos Açores, fatores de notoriedade, nomeadamente ambientais e a prémios ambientais.

De facto, nós queremos a nossas vacas felizes...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): As vacas até podem estar felizes, agora os agricultores estão tristes!

O Orador: ... os nossos produtores contentes, mas numa região que tem de facto uma notoriedade, eu diria, internacional (nacional é indiscutível) sobre a qualidade da nossa produção, uma produção em extensão e uma produção que permite realmente termos aqui uma marca distintiva que é indiscutível, e eu sei que o Sr. Deputado, até porque teve durante muitos anos responsabilidades no setor agrícola, reconhece isso, sabe disso.

Agora, o que eu acho que é aqui um fator que deve ser sublinhado neste debate, é que nós estamos a tirar partido destes prémios e estamos a integrar no circuito comercial dos produtos dos Açores estes prémios e esta notoriedade. Isso é da maior importância.

Gostava, para terminar, de lhe fazer duas perguntas, Sr. Deputado. O senhor disse que é necessário tirar investimento das áreas onde esse investimento é desnecessário e aplicá-lo onde é necessário. Eu gostava que desse exemplos, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado é um homem do setor, conhece profundamente o setor. Tenha essa frontalidade, Sr. Deputado!

Diga onde é que nós errámos, onde é que não se devia ter investido e onde é que se deveria investir, porque como já lhe disse nós estamos abertos a corrigir sempre a nossa trajetória e já agora, Sr. Deputado, face às críticas que fez, embora um pouco veladas, ao PRORURAL, e face à estrutura de custos que apresentou aqui, eu fazia-lhe a pergunta: qual é que seria a estrutura de custos nos Açores, nomeadamente no setor da produção leiteira, se não fossem esses investimentos importantíssimos que foram feitos de modernização das nossas explorações, com a eletrificação, com os acessos, com o fornecimento de água, etc...

Portanto, gostava que o Sr. Deputado... Eu sei que está a interpelar o Governo,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não deixa de ser regimental!

O Orador: ... mas eu não resisto também a interpelar o PSD.

Portanto, tudo isso para referir, Sras. e Srs. Deputados, que nós nunca negámos as dificuldades e os desafios que este setor tem e os problemas que atravessa.

Agora, o que é absolutamente claro para nós, e eu penso que fui objetivo e também muito frontal na intervenção que fiz, que realizei agora, é que nós temos razões objetivas para termos otimismo moderado e uma confiança muito grande no futuro deste setor da nossa economia.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: É para isso que vamos continuar a trabalhar, porque os nossos produtores e toda a fileira agrícola nos Açores sabe que o PS está aqui para defender os nossos produtores, para defender a nossa agricultura e para continuarmos a vencer os desafios que estão no horizonte.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma discussão que também nós temos trazido a este Parlamento porque, como afirmámos, este é o sector que tem, e deve continuar a ter, um peso estruturante na economia regional e que está na sua base.

As dificuldades do sector têm crescido de forma significativa, em especial em resultado das opções políticas resultantes do processo de integração na União Europeia, sempre com a conivência do PS, PSD, a nível nacional e regional.

No caso da indústria de lacticínios, como alertámos múltiplas vezes, o fim das quotas leiteiras veio precipitar uma brutal quebra do preço pago ao produtor, pondo em causa o futuro de todo o sector e a subsistência de milhares de agricultores. A total liberalização do mercado e a recusa reiterada de criação de mecanismos de proteção dos preços pagos aos agricultores permite também que as condições de comercialização do leite e da carne açoriana sejam particularmente desfavoráveis para os agricultores. As grandes centrais de compras e distribuição impõem preços e termos que prejudicam ainda mais o rendimento dos produtores.

A par disto os agricultores têm ainda de fazer face aos custos cada vez mais elevados dos fatores de produção, a par de uma carga fiscal contributiva, obrigatória, injusta e esmagadora.

Os Açores vivem uma situação paradoxal do aumento da produção, nomeadamente de leite e de carne, não corresponderem melhorias no rendimento dos agricultores. O aumento da notoriedade dos produtos açorianos

no mercado nacional e internacional não trouxe benefícios para os produtores. Pelo contrário, aumentam as suas queixas e dificuldades, espelhadas nas crónicas dificuldades financeiras das Cooperativas Agrícolas, mas também na redução do número de explorações e no número de agricultores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aprovámos aqui, na legislatura passada, uma Anteproposta de Lei do PCP, para criar um regime de apoio à Agricultura Familiar, que reduz as contribuições obrigatórias dos pequenos agricultores para a Segurança Social, uma medida importantíssima, que dá resposta imediata à necessidade de aliviar as dificuldades dos nossos produtores agrícolas.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, tendo-se tornado a Lei 29/2016, de 23 de agosto, só que, mais uma vez, tal como aconteceu com a Lei de majoração de apoios sociais na Ilha Terceira de que falámos ontem, o Governo da República não a regulamentou e, por isso, não é aplicada, prejudicando seriamente os agricultores desta Região.

É assim que se apoiam os agricultores? Deixando por cumprir as Leis que se aprovam?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É esta a preocupação que têm com os produtores agrícolas. São questões a que o PS tem agora de responder.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às verbas do POSEI a questão parece-nos clara. O aumento da produção era previsível, apesar da política que o PS tem aplicado ao sector nesta Região. Este não é um problema que tenha surgido de repente. Surge da

opção deliberada do Governo Regional de desinvestir no sector agrícola, o que para nós é errado e inaceitável.

A questão em que precisamos também de apoiar é em mais e melhor apoio aos agricultores, mas também no campo técnico. Precisamos de que os técnicos dos serviços de desenvolvimento agrário saiam de trás das suas secretárias e vão conhecer as explorações.

Deputado Bruno Belo (PSD): *In loco!*

O Orador: Que falem com os agricultores, que oiçam os problemas e as dificuldades e que, sobretudo, os ajudem a ultrapassar labirintos burocráticos que são os programas e os regulamentos de apoio. Que mostrem aos agricultores quais são os apoios a que se podem candidatar e como fazê-lo.

Esta é uma questão essencial: precisamos de grandes melhorias no apoio técnico aos nossos agricultores. Não bastam os esforços que as Associações Agrícolas já desenvolvem. Têm de ser os serviços do Governo Regional a dar esta ajuda, assim contribuindo para a melhoria da sustentabilidade financeira das explorações e para melhorar os rendimentos dos nossos agricultores.

E gostaria de ouvir o Senhor Secretário Regional da Agricultura sobre esta matéria, a assumir o compromisso que vai aumentar o quadro técnico dos serviços de desenvolvimento agrário e mobilizar os técnicos que já tem neste sentido. Está disponível para isso, Senhor Secretário?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que, como se sabe, em política não há uma segunda oportunidade.

O Sr. Secretário da Agricultura sabe perfeitamente que está a sair de uma situação, ou está envolvido, numa situação política difícil.

No âmbito da nossa agricultura nós temos problemas de âmbito estrutural, temos problemas que têm a ver com a falta de planificação, com a falta de ações concretas por parte do Governo Regional e com a falta de respostas concretas por parte do Governo Regional.

Essa situação, e a sua sugestão Sr. Secretário, criou um novo problema. Além do problema estrutural que temos no âmbito deste setor e de uma conjuntura muito difícil que atravessámos estes anos, nós temos também agora um problema político e um problema político criado por V. Exa. pela falta de capacidade que V. Exa. tem manifestado no âmbito da sua ação governativa.

Veja bem! Nos últimos dias nós temos afirmações deste tipo, do Presidente da Federação Agrícola dos Açores:

“Nos Açores temos vacas felizes e lavradores tristes.”

“Não precisamos – diz o mesmo interlocutor – de um Secretário que ande em todas as capelinhas. Precisamos é de um Secretário que comece a agir em conformidade com as reais pretensões e necessidades do setor”.

Um Presidente que lhe diz que:

“Queremos menos diagnósticos do que aqueles que já estão feitos. O que precisamos do Secretário é de soluções e elas tardam em aparecer”.

Isto é o que manifesta o setor em relação à gestão de V. Exa..

V. Exa., pertencente ao Governo, pertence a uma espécie de guarda de honra, que protege o Presidente do Governo Regional do ponto de vista político, portanto, que pode amortecer as críticas que são dirigidas ao Governo, nomeadamente centradas no Presidente do Governo.

V. Exa. em poucos meses já desbaratou completamente esse papel político que V. Exa. tem, porque neste momento o que o setor exige não é falar consigo, é falar diretamente com o Presidente do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem visto!

O Orador: V. Exa. já não está a intermediar nenhum conflito!

V. Exa. já não consegue servir de escudo!

V. Exa., neste momento, serve como ponto de apoio em relação ao alvo, que neste caso é o Presidente do Governo Regional.

V. Exa. é um problema!... É um problema para o setor, por falta de soluções; V. Exa. neste momento é um problema político, porque deixou completamente à mercê dos adversários e dos críticos o próprio Presidente do Governo Regional. O Sr. Secretário sabe que isso, do ponto de vista político, é mortal, porque V. Exa. neste momento não serve para amortecer coisa nenhuma, porque os protagonistas do setor já não querem falar com V. Exa., já pedem reuniões diretamente ao Presidente do Governo Regional.

V. Exa. tinha, nesta discussão, uma grande oportunidade: era vir aqui apresentar soluções, quantificar soluções, descrever soluções, calendarizar ações, e poder dizer, bom eu tenho políticas concretas, eu aproveito este momento de debate político para dar a volta por cima, para conseguir, de facto, do ponto de vista político, alterar a situação política que me encontro.

O que é que fez V. Exa.?

Foi ali fazer um discurso de diagnóstico!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Malfeito!

O Orador: Foi ali fazer um discurso de nada! Não apresentou uma solução!... Uma!...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Deputado estava distraído!

O Orador: Não apresentou uma calendarização a dizer “vou fazer isto daqui a um mês, no mês de junho, no mês de julho”.

Não quantificou uma única solução!... Uma que fosse!...

Nem uma de cinco euros!

Nada!... Absolutamente nada!... Não quantificou uma solução.

Depois, Sr. Secretário, o que eu lhe pergunto é: o que é que o senhor está aqui a fazer no âmbito desta discussão, porque o senhor não tem nada para dizer e eu sou obrigado a dizer que o Sr. Presidente da Federação Agrícola tem toda a razão.

Deputado José Contente (PS): O Sr. Deputado está em campanha!

O Orador: Estamos fartos de diagnósticos, já sabemos quais são os problemas do setor. O que nós queremos é soluções e V. Exa. não as tem.

Da parte do Partido Socialista (pasmese!...) estamos numa interpelação ao Governo e, aqui no Regimento, na interpelação ao Governo fazem-se perguntas ao Governo.

O que é que acontece?

O Partido Socialista não tem nada para perguntar, não se arrisca a perguntar nada ao Governo, porque evidentemente sabe que as perguntas não têm resposta e pergunta é aos partidos da oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se calhar é ao contrário, o Sr. Secretário é que vai perguntar ao Grupo Parlamentar!

O Orador: De facto, eu penso que esta é uma hipótese, é uma situação perdida por parte de V. Exa. para, de facto, ter a capacidade de quantificar, calendarizar, propor, descrever ações concretas. E V. Exa., infelizmente não o fez no âmbito deste debate.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Deputado só pode estar surdo!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não só não apresenta soluções, como também não diz o que é que quer que o setor faça!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Está inscrita a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente dizer que num setor com a importância que este tem sem dúvida que as respostas não podem surgir a reboque das organizações de produtores e quando estes anunciam medidas mais drásticas!

Acho que é necessário estarmos a prever e a antecipar as soluções, antevendo os problemas, percebendo o que é que está e o que é que tem que ser mudado, e acho que o trabalho tem que ser, sem dúvida, nesse caminho

Também o caminho da valorização dos nossos produtos é aquele que temos que seguir, que nos norteia, tornando os nossos produtos cada vez mais competitivos, os nossos produtores também cada vez mais competitivos, os nossos produtos cada vez mais valorizados, e o trabalho tem que ser sempre nesse sentido.

Sabemos que hoje em dia o setor leiteiro depara-se com um problema de quantidade e de escoamento.

Portanto, acho que o caminho tem que ser nesse sentido.

Esta minha intervenção vai também no sentido, uma vez que ontem não foi possível ao Sr. Secretário responder às questões colocadas, de reiterar as mesmas. Assim:

Relativamente aos valores que os agricultores instalados, após 2011, têm de pagar à Segurança Social e aos valores relativos aos pagamentos por conta, que medidas concretas já foram tomadas junto do Governo da República?

Anteriormente (já não me recordo de qual o mês), isso até foi anunciado pelo Sr. Secretário, que iria promover esta negociação com o Governo da República nesse sentido.

Portanto, a pergunta será, que propostas foram apresentadas e se já encontraram algumas soluções?

Também perante as dificuldades de escoamento dos nossos produtos de valor acrescentado, como o queijo de S. Jorge e uma vez que foi anunciada a candidatura a fundos comunitários, através do CALL, como forma de promover os lacticínios Açorianos, para quando passaremos à prática?

Quando é que poderemos ver alguma coisa acontecer no sentido desta promoção dos produtos açorianos, e nomeadamente do queijo de São Jorge?

Também em relação ao POSEI e ao PRORURAL, que foi aqui falado, e já ontem tínhamos mencionado, e uma vez que também em novembro o Sr. Secretário tinha mencionado que no sentido cumprir a prioridade do Governo em melhorar o rendimento dos nossos produtores, disse que iria fazer uma avaliação a estes programas.

Pergunto se essa avaliação foi feita? Quais foram as conclusões? Quais são agora as soluções apresentadas pelo Governo?

Relativamente aos rateios, sabemos que um produtor quando se candidata às ajudas, por exemplo, no âmbito do POSEI, candidata-se com base num pressuposto e vai gerir a sua exploração. As opções que determinam são sempre

tendo por base esse pressuposto, mas a verdade, pelo que vemos atualmente, é que existe um número superior de candidaturas à verba disponível.

Verdade também é que se já era expectável que assim o fosse, uma vez que, e bem, o Governo promove, no caso do abate, o abate na Região dos animais, assim como o incentivo à produção e à utilização de recursos endógenos e à silagem do milho, também é verdade que não podemos continuar a verificar os rateios que existem, 18% numa e cerca de 26% noutra ajuda, pois a verdade é que também os produtores/agricultores precisam de saber com o que é que contam e fazer as suas contas.

A verdade é que atualmente eles quando as fazem, fazem-nas baseado no pressuposto de receber a ajuda por inteiro.

Portanto, também é necessário dar aqui uma resposta aos produtores e concreta. Qual será o sentido desses apoios e dessa possibilidade de redesenhar esse pacote do POSEI, qual é a posição? Vai ser como o anunciado ainda ontem através de Fundos Regionais?

Portanto, qual é a resposta? O que é que podemos dizer aos nossos produtores? E falando numa perspetiva de futuro, que acho que também é sempre importante salientar e no setor como o da agricultura, qual é a posição do Governo relativamente às negociações da PAC, numa perspetiva até pós-2020, PAC-2020.

É preciso também saber qual é a estratégia e qual é a posição, vendo as dificuldades com que a Região se depara hoje em dia, porque acho que o trabalho tem de ser sempre feito no sentido de tentar minimizar e tentar com que os produtores estejam minimamente preparados para as oscilações que possam existir, como acontece neste momento, através dos mercados.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção que tentarei ser rápida para repudiar em absoluto as considerações que foram aqui feitas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão. Aliás, são próprias de quem tem uma visão muito pessoalizada da política.

Queria dizer que estas declarações não me surpreendem de certa forma, porque provêm de um Deputado que pede a demissão de um Membro do Governo, ou da Sra. Presidente da Assembleia, como quem pede um café, mas impõe aqui um esclarecimento.

O primeiro esclarecimento tem a ver com a questão que foi referida sobre as reuniões com o Sr. Presidente do Governo.

Isso é absolutamente normal (e eu gostava que isso ficasse muito claro), isso já aconteceu no passado com diversos Secretários, com o Sr. Presidente Carlos César, com o Sr. Presidente Vasco Cordeiro, com o Sr. Presidente Mota Amaral.

Ainda me lembro, era um miúdo,...

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Isso foi antes de 96!

O Orador: ... dessas reuniões.

Portanto, não há nada de transcendente, ao contrário do que se fez aqui, criando, peço desculpa pela expressão, um enredo (Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi o que o senhor tentou fazer) e empolando aqui uma situação que decorre da lógica negocial, do processo da governação e que não tem nada de transcendente.

Também em termos de decisões, bem, eu podia ficar aqui a manhã toda a falar sobre as decisões que o Sr. Secretário Regional da Agricultura já tomou nesses poucos meses que tem de funções. Não percebo a razão dessa crítica.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: O lançamento de diversos concursos no PRORURAL, o reforço da dotação do SAFIAGRI, as alterações do PROAMAF, o desbloquear do dossier

dos seguros agrícolas, a redução dos prazos de avaliação do PRORURAL, que era uma medida extremamente importante e reivindicada por muitos agricultores, o Plano Estratégico para a produção agroindustrial dos lacticínios, a estrutura que vai ser criada para a fileira da carne e eu poderia continuar aqui a manhã toda.

Portanto, não percebo esta crítica de que o Sr. Secretário não decide. É completamente descabida.

Há outro aspeto que o PS quer salientar e, Sr. Secretário, dirijo-me particularmente a si, para saudá-lo pela forma de proximidade e de diálogo que tem prestado ao seu estilo de governação.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Eu acho que é uma característica deste partido, é uma características dos Governos Regionais do PS, mas é particularmente visível na atuação do Sr. Secretário Regional da Agricultura, um Governo de proximidade, um Governo de diálogo. Portanto, o PS não alinha de forma nenhuma nas críticas que dizem que o Sr. Secretário passa a vida a reunir com os agricultores e com as associações representativas. Isso é uma enorme vantagem...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é precisamente dessa forma que se conseguem criar os ambientes para os consensos e tomar as melhores medidas, porque isso reforça imenso o conhecimento do titular da pasta e a sensibilidade que determinadas medidas podem ter na governação.

Portanto, Sr. Secretário, não posso senão saudá-lo...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... por esta característica que, como já referi, na minha opinião, é transversal a todo o Governo.

Portanto, Sr. Secretário, não relevo certas críticas porque, sabe, há alguns Deputados que não têm outra forma de aparecer nos noticiários se não for usando esses expedientes.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, não contabilize esta minha intervenção como uma “demissão”. Eu não pronunciei a palavra “demissão”.

Eu peço a V. Exas. para não contabilizarem na vossa equação a palavra “demissão” do Sr. Secretário. Eu não pedi! Quem pediu foi o Sr. Jorge Rita.

Eu não disse nada!... Eu apenas li aquilo que o Sr. Jorge Rita disse.

Vou voltar a repetir:

“Não precisamos de um Secretário que ande em todas as capelinhas. Precisamos é de um Secretário que comece a agir em conformidade com as reais pretensões e necessidades do setor”.

“Estamos fartos de conversas, vamos fazer – isto é muito natural; aqui para o Sr. Deputado José San-Bento isto é perfeitamente natural – uma manifestação nas ilhas todas”.

Deputado José San-Bento (PS): Houve alguma manifestação?!

O Orador: Eh, pá!... Isto é algo de natural. Ouve-se todos os dias! Eu ouço todos os dias a Federação Agrícola a dizer que vai fazer uma manifestação em todas as ilhas.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi essa a interpretação das afirmações! Ninguém disse isso!

O Orador: Eu acho uma coisa normalíssima! Normalíssima!... Quando era pequenino também via isto muitas vezes, uma manifestação todos os dias.

Quanto eu era muito pequenino também via isto todos os dias! Quando ia para a escola, passei e vi uma manifestação, do lado esquerdo, num dia de domingo.

Bom, mas a questão fundamental aqui é a seguinte:

Não é normal que uma Federação Agrícola lhe diga que o senhor não faz nada, não implementa políticas e que inclusivamente diz “nós vamos dar uma resposta cívica a esta questão, que é organizar manifestações”.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Não tem nada de normal.

O que é que aconteceu?

O que aconteceu foi que o Sr. Presidente do Governo Regional teve que ir apagar o fogo que V. Exa. ateou.

Deputado Manuel Pereira (PS): Olha, agora já é bombeiro!

O Orador: Não tem nada que saber.

O Sr. Presidente do Governo Regional é que foi chamado a uma questão direta, porque V. Exa. não foi capaz de resolver, não foi capaz de dar resposta às aspirações do setor. Foi ou não foi?

Deputado José San-Bento (PS): Não foi, não!

O Orador: Eu estou aqui a ler as notas do Governo Regional. E quem é que estava reunido com o Sr. Presidente da Federação Agrícola? O Sr. Presidente do Governo Regional!

Por que é que foi o Sr. Presidente do Governo Regional? Porque os agricultores disseram que o senhor está a empatar,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é um enredo!

O Orador: ... não está a implementar políticas e que é necessário conversar com quem decide.

Portanto, foram falar diretamente com o Presidente do Governo Regional e saltaram por cima do diálogo com V. Exa., porque já perceberam que não traz frutos para o setor.

Portanto, isto parece-me nítido, nada tem de normal.

Agora, com seis meses de governação (com seis meses de governação!) o senhor já está nessa situação política? Eu acho que é algo muito frágil, mas vamos ver o que é que vai acontecer nos próximos meses.

Agora, a sua fragilidade política é absolutamente evidente.

Deputado José San-Bento (PS): Não é, não! É só na sua cabeça!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o meu colega José San-Bento já lhe disse tudo, mas eu vou dizer-lhe mais qualquer coisa.

Nós temos um Presidente do Governo para estas situações, ou seja, o Presidente do Governo intervém neste setor como em outros, como em outras matérias.

É para isso que nós temos um Presidente do Governo, para quando é preciso tomar as atitudes e as soluções que são necessárias, como ainda ontem, aqui, falou, e bem, sobre a descontaminação da Base das Lajes.

Portanto, é para isso que nós temos um Presidente do Governo. Ou acha que o Sr. Presidente do Governo não deve intervir nas matérias quando é necessário?

Sr. Deputado, fico-me por aqui!

Sr. Deputado António Almeida, estive muito atento à sua intervenção. Tomei três, quatro ou cinco notas.

Deputado Paulo Parece (PSD): Foi uma lição!

O Orador: Registei uma delas que para mim é fundamental e bastante importante, que foi quando o senhor referiu a qualidade indiscutível dos nossos produtos.

Eu só quero dizer-lhe que, se nós temos esses produtos de qualidade, nós temos uma estratégia, ou seja, o Governo tem uma estratégia, por isso tem os produtos de qualidade, senão certamente não tínhamos esses produtos.

Essa estratégia não cabe só ao Governo. A estratégia cabe ao Governo, foi um esforço realmente do Governo, da indústria, das Associações e dos produtores.

Portanto, é de todos os intervenientes no setor.

A estratégia não é só do Governo! O Governo tem os instrumentos financeiros,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... tem os apoios, sim senhor, mas cabe à indústria, à produção e às Associações. Portanto, é feita em parceria com essa gente toda...

Deputada Mónica Rocha e Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é por isso que a estratégia está bem definida e é por isso que temos os produtos indiscutíveis, como o senhor aqui referiu há pouco.

Estudos!... O senhor fala, e o seu partido fala, de muitos e muitos estudos. Pois, o Governo também tem os seus estudos e há estudos que nós conhecemos. Há uns que estão a decorrer, outros que são preciso implementar.

Relativamente àquilo que o senhor falou, de reduzir os custos na agricultura, eu penso que muito já foi feito nesta área, quer pelo Governo, quer pelos produtores, nas infraestruturas, nos caminhos agrícolas, na água, na eletricidade Sabemos que é preciso mais, mas há que reconhecer que muito já foi feito nesta matéria, mas ainda há mais a fazer, nomeadamente na melhoria dos solos, na

melhoria das pastagens produzindo melhor erva, nos custos da terra, que não se fala, e nos custos da renda que também não se fala, que se calhar são elevados para os dias de hoje comparado com há cinco, seis e se calhar há dez atrás. Ainda hoje se pagam valores de há cinco, seis ou sete anos atrás. Hoje, se calhar já não compensa pagar esses valores. Há que perceber se estes valores são reais ou não são reais.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Ao nível dos apoios, o senhor referiu que os apoios são feitos sem critério. Também não é verdade!

Os apoios são feitos de acordo com os parceiros, ou seja, são tratados, são negociados com as Associações. Portanto, não é o Governo que, por si só, define como é que deve fazer ou como é que deve aplicar estes mesmos apoios em concertação com as Associações dos Produtores.

Outra nota que eu tomei foi: “continuamos nos mesmos mercados”.

É certo! O mercado principal da nossa Região é o nacional, o Canadá e o americano.

Aqui há que melhorar e certamente conseguirmos exportar mais e melhor ao nível do rendimento, mas como em tudo na vida o trabalho nunca acaba, o trabalho continua e há novos desafios sempre pela frente e há novos desafios que têm que ser vencidos. E os desafios que têm de ser vencidos, realmente, é na procura do melhor preço, ou seja, hoje produz-se produtos de boa qualidade, mas realmente eles são precisos ser melhor vendidos, mas isso não é uma tarefa fácil, e nessa parte cabe também à indústria fazer a sua parte.

Ao Governo cabe criar os mecanismos, os apoios financeiros, mas também, com certeza, que cabe à indústria fazer essa mesma procura.

No mercado nacional, grande parte do nosso produto, 80 a 90% do nosso produto é vendido nas grandes superfícies, mas é possível vender produtos fora das grandes superfícies.

Há outros riscos a correr, nomeadamente na área da carne.

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas isso é quando o produto dos Açores é vendido como marca branca!

O Orador: Pode vender-se carne quer em carcaça, quer embalada, em outros mercados que não nas grandes superfícies, mas com riscos acrescidos em termos da garantia do preço.

Portanto, também aí há alguma dificuldade neste sentido.

As grandes superfícies temos a garantia, os produtores ou quem vende têm a garantia do seu valor a receber, enquanto que em outros mercados com maiores ou mais-valias, existem algumas dificuldades, por isso a nossa tarefa torna-se mais difícil.

Na agricultura, se virmos por essas ilhas, e eu refiro-me mais propriamente à minha, porque é aquela que eu conheço melhor, não vemos assim terrenos agrícolas à venda e quando eles existem são bem caros, são a preços exorbitantes por vezes. Se existem são caros! E a pergunta é, por que será?

Se o setor é assim tão mau como o senhor diz, ou se está tudo mal como o senhor diz, ou como quer fazer parecer, isso é um bom exemplo para percebermos, se não há os terrenos disponíveis como parece que o senhor quer aqui fazer, por alguma razão é.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: É porque o setor deve estar em crescimento.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Rocha e Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu estranho que neste momento o PSD ainda não se tenha pronunciado. Eu espero que não seja por uma estratégia de ficar para o fim e falar sozinho e não querer efetivamente incentivar o bom diálogo, de forma construtiva.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Todavia, importa dizer que a força do diálogo não deve ser menosprezada e é por isso que nos apresentamos aqui de forma coesa, de forma disponível e desperta, para que efetivamente de uma forma construtiva consigamos consertar esforços e é isso que se pretende.

Isto tudo porque há que dar voz, força e massa crítica a todos aqueles que diariamente investem e se comprometem a dar o que de melhor nós temos da nossa terra, que é o nosso alimento.

Por outro lado, dizer e reforçar que tudo isso só é possível com a estreita ligação que se consegue com as Associações, com as representações dos produtores, com as Cooperativas, e também *in loco* com os nossos produtores, que é isso que o Secretário tem potenciado e penso que isso é sempre uma mais-valia.

Por outro lado, dizer que estranho um pouco a postura do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Reforçou as questões negativas e que foi naturalmente o Sr. Jorge Rita na defesa dos seus produtores. Fez o seu papel, de forma mais correta ou menos incorreta, não está aqui em questão. Mas esqueceu-se de referir qual foi o final da reunião, em que efetivamente o Sr. Jorge Rita saiu satisfeito...

Deputado António Toste Parreira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e com a consciência de que o futuro será diferente e que existem esforços e existe concertação.

Esta parte do fim da reunião, com quem esteve presente ou não, o Governo é unido. Portanto, acho que isso é fundamental.

É importante dar esperança e perceber que o Sr. Jorge Rita nas suas declarações manifestou que efetivamente neste momento se vive estabilidade, que não é necessário, e que se encontrou estratégias na mesa, a curto e a médio prazo.

Fico-me por aqui, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente talvez serei das poucas pessoas com receio de fazer qualquer debate, não por me sentir à vontade, não pela minha histórica ligada ao setor agrícola, mas fundamentalmente porque continuo a acompanhar diariamente o que se passa não apenas em São Miguel, mas nas diversas ilhas, com alguma propriedade.

O meu perfil não coincide a quaisquer dúvidas que o Sr. Secretário Regional possa colocar, mas a verdade é que o objetivo de uma interpelação não é apenas criticar o Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É interpelar o Governo! É dar oportunidade ao Governo de responder e até, sendo criativo, de apresentar soluções...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para os problemas que nós colocamos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Cá estamos para isso!

O Orador: O que nós assistimos é que não houve nenhuma resposta a nenhum dos problemas que aqui foi equacionado.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade! O senhor não ouviu!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado pela vossa solução!

Deputado Luís Maurício (PSD): Apresentámos várias soluções!

Deputado André Bradford (PS): Estão a cair das algibeiras”!

O Orador: Eu gostava de dizer, naturalmente, que estranho a distância que o Sr. Secretário está de alguma realidade do setor agrícola, em geral, nas nove ilhas, apesar das suas visitas persistentes e até publicitadas.

Deputado José San-Bento (PS): E não acha bem essas visitas?

O Orador: Eu se quisesse acompanhar a atividade do Governo em termos de comunicação, naturalmente sigo a página do Facebook do Sr. Secretário Regional, porque todos os comunicados do Gabinete de Comunicação lá estão.

Deputado José San-Bento (PS): Nunca vi o senhor fazer um *like*!

O Orador: Portanto, não precisaria de mais nada. Mas não é isso que eu faço. Não tenho a disponibilidade, nem nós temos disponibilidade para as visitas que o Sr. Secretário Regional, com os recursos que tem, pode fazer nas nove ilhas.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado já pediu amizade ao Sr. Secretário ou não?

O Orador: Mas isso não nos afasta de forma nenhuma da nossa proximidade. Relativamente aos parceiros sociais gostava de dizer ao Sr. Secretário Regional que a nossa relação com a Federação Agrícola dos Açores não é uma relação de conveniência. É uma relação de transparência!

Nós não induzimos, nem deduzimos nada daquilo que a Federação Agrícola disse. Aliás, quem se disponibilizou prontamente a dar entrevistas foi o Sr. Secretário, na sequência desse sucedido.

A verdade é que quem marcou a reunião do Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores com o Sr. Presidente do Governo, nas vésperas desta interpelação, foi o Governo, não fomos nós! Nós não nos preocupámos com isso!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Nós não fomos à procura de comunicar nada!

Nós guardamos o respeito institucional neste Parlamento para falarmos aqui...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e darmos oportunidade ao Sr. Secretário Regional de mostrar o que vale.

Mas o que temos estado a reparar aqui é que há muito bom diagnóstico, mas não há soluções. Não há soluções!

Repare no pormenor:

O Sr. Secretário na sua intervenção relevou as vantagens competitivas de alguns setores e salientou a problemática do setor de leite e laticínios. Disse que é aí que existiam problemas. É que aí que persistiam problemas.

Mas por acaso é o setor a que o Sr. Presidente do Governo se referia em 2015 de que não teria problemas nenhuns com o impacto do fim das quotas leiteiras e que estava preparado.

Agora eu pergunto:

Estava preparado o setor?

A circunstância em que se encontra mostra que está preparado?

Não está!... Não foram tomadas medidas atempadas,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nem sequer recorrendo às disponibilidades que a Comissão Europeia efetuou.

Em 2016 a Comissão Europeia disponibilizou 150 milhões de euros para programas de apoio à redução da produção e 350 milhões para reajustamento.

Eu pergunto:

O Governo utilizou esses recursos de acordo com alguma estratégia?

Não temos conhecimento disso!...

O Sr. Comissário Europeu da Agricultura deslocou-se ao Canadá. É um dos mercados que o próprio Governo eventualmente tenta acalantar.

O Comissário alargou essa sua visita a uma embaixada dos diversos Estados-Membros. Pergunto:

Se o Governo Regional dos Açores tem interesse no mercado do Canadá, fez algum estudo sobre esse mercado? Acompanhou o Sr. Comissário da Agricultura? Dirigiu uma comitiva para sensibilizar o Comissário da Agricultura para a realidade do mercado Canadiana e para as restantes questões que estão em cima da Mesa, inclusive da revisão do POSEI?

Não me parece!...

Não vi notícia disso nem na sua página, nem nos órgãos de comunicação social institucionais.

Eu acho que há aqui uma reposição que é preciso fazer. Eu percebo o esforço do Sr. Deputado José San-Bento, os indicadores não estão corretos, a média da produção de leite por vaca não é 10 mil litros, antes fosse. Se calhar era uma solução, mas não é!

O Sr. Deputado José San-Bento não pode confundir investimento com rendimento, com disponibilidade e com rentabilidade. Cuidado com isso!...

O facto de ter havido apoios ao investimento, ter havido um processo de modernização e as empresas agrícolas se encontrarem na circunstância em que estão, mostra claramente que não é o apoio ao investimento que resolve problemas estruturais.

Deputado José San-Bento (PS): Ah é, é!

O Orador: Portanto, o que nós temos são problemas estruturais!

Os exemplos que aqui evidenciei na minha intervenção relativamente a explorações leiteiras e de carne, são exemplos concretos atuais. Não são exemplos irreais, não foram inventados.

Deputado José San-Bento (PS): Mas são médias muito baixas, Sr. Deputado. Foi isso que eu disse!

O Orador: Agarrei apenas dois exemplos. Eles nem retratam explorações de grande dimensão, nem retratam explorações de 10 mil litros de leite por vaca, mas sim de 5.900 e 6.000 e pouco. Portanto, eu procurei exemplos de pessoas que conheço, cuja estrutura de custos e proveitos está bem identificada, com os apoios bem claros e a verdade é que estão a jogar no empate, ou seja, não há rentabilidade, não há resultados.

É, para dar resposta a esse tipo de necessidades, que o Governo tem que alterar os seus instrumentos. Não vimos aqui alteração nenhuma relativamente aos instrumentos.

O conteúdo dos textos do PRORURAL não foi inventado por nós. Os indicadores que lá estavam, em 2007, e que eram no pressuposto de serem alterados naquele Quadro, pioraram no Quadro seguinte, pioraram nos indicadores apresentados no próprio PRORURAL, mas em 2014.

Portanto, é o próprio Governo, na elaboração dos documentos, que comprova que um dos indicadores que mostra a marginalização do setor agrícola, não aconteceu.

Portanto, estamos, de Quadro em Quadro, empurrando com a barriga para a frente, alguns dos problemas estruturais que deviam ter sido resolvidos.

Relativamente ao Programa de Apoio aos Produtos Lácteos, Sr. Secretário Regional, qual é o ponto da situação? Que mercados é que vamos estudar? Onde é que vamos estar posicionados? É nos tais mercados de valor acrescentado que o Sr. Secretário também fala ou é no mercado das *commodities* e dos produtos de baixo preço?

Diga-nos em que pé é que as coisas estão.

Diga-nos, dos Fundos da Comissão Europeia, quais são aqueles que estão aplicados, porque foram disponibilizados o ano passado, e em que caminho é vamos seguir?

Não me respondeu: o Governo deve alguma coisa às indústrias de laticínio?

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Era bom que se soubesse se deve ou não deve algum financiamento às indústrias de laticínios...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Era importante!

O Orador: ... que as possam incomodar.

O Sr. Secretário sentou-se com os industriais de laticínios e perguntou-lhes claramente onde é que querem caminhar? Se os instrumentos de política económica que estão disponíveis servem as razões dessas indústrias no momento atual?

Os senhores estão a governar!... O Partido Socialista governa há mais de 20 anos, portanto, a expectativa é naturalmente que em algumas coisas tenha corrido bem, mas no essencial é preciso ajustar uma nova realidade e o Partido Socialista e o Governo não conseguem dar um salto qualitativo relativamente ao futuro.

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: Dê atenção, Sr. Secretário Regional, ao último relatório da Comissão Europeia relativamente ao POSEI.

Há um reconhecimento claro de que o POSEI está consentâneo com os objetivos da PAC, mas há um alerta, não substituir esses objetivos pelas regras da PAC revistas em 2013, designadamente os pagamentos diretos.

Com essas limitações e com essa quebra de rendimento, há quem se interroge se devíamos ponderar o pagamento único, se devíamos desligar os apoios da produção e isso significa rebentar com a relação de uma fileira, isso significa que os agricultores acabam por estar mais preocupados com o rendimento do

que com o mercado e isso vai significar claramente a destruição de uma cadeia de emprego e de valorização que a própria Comissão Europeia recomenda e alerta.

É com esses alertas que é preciso lá chegar.

Sr. Secretário Regional, não desperdice o compromisso que o Governo assumiu relativamente à representação em Bruxelas. É agora que temos que lá estar! É agora que alguém competente tem que lá estar para antecipar as consequências que podem advir quer da revisão da PAC, quer das alterações de mercado.

Se o Sr. Secretário não estiver lá, nem tiver uma equipa da Região capaz, a monitorizar e a acompanhar a problemática das políticas agrícolas europeias, nós estaremos em 2020 a tentar negociar o que se vai passar.

Eu pergunto:

Relativamente ao POSEI, o Sr. Secretário diz-se e contradiz-se! Já disse que ia rever o POSEI para as próximas campanhas; ultimamente já diz que o POSEI é um pacote fechado e que não há perspetivas dessa sua revisão.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Agradecia que nos elucidasse sobre isso.

Dois exemplos relativamente ao compromisso e à palavra que o Governo tem que ter.

SAFIAGRI – há agricultores que se inscreveram, que se candidataram ao SAFIAGRI e viram a solução aprovada em setembro do ano passado. Há agricultores que em outubro receberam essas ajudas. Há outros da mesma altura que continuam a aguardar.

Onde é que está a palavra do Governo a quem se candidatou...

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a um sistema de apoio e de minimização?

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual é o critério?

O Orador: Será que os critérios eram transparentes ou não?

Florestas – há produtores florestais que se candidataram a ajudas à manutenção da floresta. Continuam sem ter data, sem ter previsibilidade nos apoios que têm que receber.

Como é que um empresário pode investir e pode partir do pressuposto que o Governo é gente de bem, quando nunca sabe quando é que vai receber os apoios?

Contacta com o IFAP. A resposta que o IFAP dá é, enquanto o Governo Regional não disponibilizar a sua dotação regional para o pagamento desses apoios...

Deputado Marco Costa (PSD): Isso é verdade!

O Orador: ... os agricultores não recebem.

Deputado Marco Costa (PSD): É verdade sim senhor!

O Orador: Pois tornem isso transparente! Sejam corajosos! Se não têm capital disponível, se não têm fundos disponíveis para aceder às necessidades de modernização dos investimentos, digam a verdade aos agricultores.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não criem a ilusão a quem entrega a candidaturas a projetos de investimento, que vão eternizar-se no tempo.

O PRORURAL, o PRORURAL+, são um exemplo disso. As pessoas criam expectativas, a tal expectativa positiva, os tais jovens que querem investir e modernizar-se, e depois são confrontados com o incumprimento, com a falta de palavra do Governo.

É preferível menos, mas mais seguro! É preferível menos, mas em tempo útil! Senão vamos perder a capacidade que os empresários têm de se modernizarem e de fazer crescer o setor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia o Sr. Deputado Toste Parreira: o Sr. Presidente do Governo Regional está lá é para isso, é para avançar e para assumir as responsabilidades todas.

Oh!... Grande amigo que V. Exa. é do Presidente do Governo Regional! Mas que grande amigo!

Não!... O Sr. Presidente do Governo Regional não está lá para isso. Está para coordenar o Governo e está obviamente para assumir as suas funções enquanto coordenador do Governo e está à espera que os Secretários das respetivas pastas façam o que têm que fazer e que o Grupo Parlamentar, nomeadamente em relação aos interlocutores deste setor, que é V. Exa., que tem uma experiência prática, o Deputado José San-Bento que é um especialista de generalidades...

Deputado José San-Bento (PS): E o senhor o que é que é?

Deputado Manuel Pereira (PS): Olha quem fala!

O Orador: ... e a Sra. Deputada Mónica, que tenham outra qualidade e obviamente façam o vosso papel.

Agora, para os senhores, para V. Exas., a política é Presidente do Governo Regional. Isto é o Super Homem Deguel!

Para que é que serve?

O Governo Regional não é preciso! Temos aqui o Presidente do Governo Regional!

É por isso que depois o Presidente do Governo Regional vai à Comissão Bilateral, é por isso que há ameaças de manifestações e lá vem o Presidente do Governo Regional de bombeiro.

Meus senhores, isto só mostra a fragilidade do Grupo Parlamentar...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e só mostra a fragilidade do Governo, nomeadamente nesta pasta específica em que o Sr. Secretário da Agricultura está ali completamente, por parte dos setores, desqualificado.

Deputado Manuel Pereira (PS): A visão é destorcida, Sr. Deputado!

O Orador: As pessoas do setor da agricultura já não acreditam na capacidade,...

Deputado José San-Bento (PS): Acreditam é em si!

O Orador: ... na ação do Sr. Secretário da Agricultura. Isto é evidente.

Ouça:

“Nos Açores temos vacas felizes e lavradores tristes”;

“Lavoura açoriana está a afundar-se, diz Jorge Rita”;

“Federação Agrícola dos Açores admite manifestações das nove ilhas”;

“Lavoura queixa-se de ter perdido 8 milhões de ajudas”.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Isto é evidente, não há maneira de reescrever a história e digo-vos uma coisa: os senhores, neste momento, começam a representar um problema.

Eu acho que neste momento o que vos separa do descalabro é realmente o Sr. Presidente do Governo Regional, mas numa legislatura que vai em seis meses, vamos muito mal.

V. Exas. sabem perfeitamente que, do ponto de vista político, isso é absolutamente insuportável para qualquer pessoa e o Presidente do Governo Regional não é um Super-Homem.

Precisa de um Governo que resolva os problemas, que o proteja (e termino, Sra. Presidente) e de um Grupo Parlamentar que não diga “avance, Sr. Presidente, avance! Nós ficamos aqui atrás!”.

Pelo amor de Deus!...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Obrigado pelo elogio ao Sr. Presidente!

Presidente: O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não ia responder, mas a minha paciência também tem limites.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Eu acredito, mas como eu já não tenho tempo, o senhor responde!

O Orador: Não, não! Já estava prevista!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu, no último debate, em tom de brincadeira, disse que o Sr. Deputado tinha uma fixação pela médica veterinária do Corvo.

Eu acho que o Sr. Deputado agora rodou e a fixação é por mim.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Olhe, entre a veterinária e V. Exa, eu prefiro a veterinária!

O Orador: Mas pronto!...

Não vamos transformar o debate sobre o setor da agricultura no futuro do Secretário Regional da Agricultura, porque o futuro do Secretário Regional da Agricultura está nas mãos do Sr. Presidente.

Eu estou neste projeto enquanto for útil a ele e não tenho qualquer limitação, não tenho qualquer problema em sair como entrei, de cabeça erguida, e até ao último dia que aqui estiver hei de dar o meu melhor para a agricultura.

Deputado Manuel Pereira (*PS*): Muito bem!

O Orador: Agora, isso não vai alterar a minha maneira de estar e a minha maneira de trabalhar.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, sobre essa matéria pode dizer o que disser, eu não vou alterar um milímetro.

Aliás, não estou preocupado com aquilo que o senhor pensa de mim. Preocupo-me mais com o futuro dos agricultores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acho que faz muito bem!

O Orador: ... com os problemas que eles têm e a necessidade que nós temos de trabalhar por eles e é por isso que aqui estou.

Portanto, não vejo qualquer problema no facto do Sr. Presidente receber o Sr. Presidente da Federação Agrícola. Aliás, eu também estive na reunião. Não vejo qualquer problema nisso! Trata-se um procedimento normal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Absolutamente normal!

O Orador: Muitas vezes as Associações pedem para falar com os Diretores Regionais e também falam comigo. Portanto, eu não vejo mal nenhum nisso, nessa matéria.

Agora, o que é facto é que nos últimos anos aquilo que se alterou em relação à agricultura na Região, se nós fizermos um “filme”, o que é que aconteceu?

O preço do leite baixou, porque do ponto de vista do setor estar melhor preparado, que se modernizou e se infraestruturou, a situação é muito melhor.

Aliás, as medidas que o Governo tem vindo a tomar são melhores do que aquelas que existiam há dois anos.

Portanto, apenas duas coisas mudaram: o preço do leite e o titular da pasta. De resto não mudou mais nada!

Agora, há quem não goste do titular da pasta, há quem não goste do estilo, e o Sr. Deputado prestou aqui esse serviço, mas enfim, isso fica para quem o fez.

Sr. Deputado António Almeida, em relação aos exemplos que deu aqui de explorações agrícolas, o senhor conhece essas explorações como eu conheço outras. Aliás, conheço muitas, centenas delas.

A pergunta que faço, às vezes em tom de brincadeira, mas no bom sentido, é dizer assim: a sua exploração está em falência técnica?

- Ó Sr. Secretário, não diga isso! Pelo amor de Deus! Estamos com dificuldades, estamos...

Portanto, até hoje ainda não encontrei aqueles 30% de explorações que o Sr. Deputado refere.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Setenta! Setenta!

O Orador: Sim, setenta! Obrigado, colega!

Existem dificuldades, sabemos. Mas as dificuldades resultam essencialmente da questão do preço do leite e eu tenho que dar razão ao Sr. Deputado: é preciso encontrar mercados que sejam capazes de valorizar o nosso leite, que estejam disponíveis para pagar aquilo que a indústria precisa para rentabilizar os seus investimentos e para pagar aos produtores, porque a coisa não vai lá de outra maneira.

O Governo pode chegar-se à frente, o Governo pode dar ajudas, e tem dado e são importantes, mas isso é essencial. É preciso que a indústria meta isso na cabeça de uma vez por todas e sabe que do ponto de vista do Governo tem um aliado estratégico para apoiar naquilo que for necessário, dentro daquilo que são as nossas competências...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: ... e dentro daquilo que a Comissão Europeia permite, como o Sr. Deputado sabe, melhor do que eu.

O exemplo que o senhor deu aí do rateio, do prémio ao abate. O senhor deu um exemplo que chega a 27 mil euros. Estamos a falar de um grande operador,...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não é o que nós queremos para a região?

O Orador: ... porque 99.1% (99.1%!) dos produtores que receberam prémio de abate, abateram menos de 30 animais; 99.1% dos produtores, dos 5.000 e tal produtores, abateram menos de 30 animais. Portanto estamos a falar do grande produtor.

Eu acredito que até, não o conhecendo, se calhar tem menos dificuldades do que os pequenos.

Agora, o desafio que existe em relação aos rateios, que é esse debate e essa discussão que vai ser feita com a Federação, é que caminho é que queremos seguir para o futuro. É se vamos manter a situação atual, se vamos proteger os pequenos produtores. Portanto, como é que vamos fazer a distribuição nessas ajudas,...

Deputado Marco Costa (PSD): Mas temos ou não temos mais ajudas?

O Orador: ... porque o valor que existe são os 70 milhões e sabemos perfeitamente que neste atual Quadro não é possível ir para além dos 70 milhões.

Agora, aquilo que estamos disponíveis é para sentarmo-nos à mesa com a Federação, à semelhança do que foi feito em anos anteriores, e vai ser feito ainda este mês, e dizer “que rateios é que vamos dar? Vamos ter rateios equivalentes entre ajudas? Ou vamos beneficiar mais o setor do leite em relação à carne?”.

Deputado Marco Costa (PSD): E os apoios às vinhas? As candidaturas não foram apresentadas agora, foram feitas há dois anos!

O Orador: Portanto, é essa discussão que tem que ser feita, com toda a tranquilidade, no sentido de escolher as melhores opções em termos de ajudas, para servir melhor o setor.

Gostava também de dizer, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, que nós não vamos a reboque de ninguém. Agora, há momentos para tudo.

Eu entendo que em relação à situação do POSEI, do PRORURAL e dos rateios, da parte do Governo Regional tem havido sempre total abertura ao longo destes seis meses, mas também do meu antecessor, para negociar com a Federação e com todo o setor. Aliás, foi sempre isso que fizemos.

Para mim, e também para muitas Associações, foi com surpresa que vimos o anúncio do Presidente da Federação sobre as eventuais manifestações, porque de facto não havia razões objetivas nenhuma.

Não houve da minha parte qualquer corte de relações, ou de não falar com o Sr. Presidente da Federação. Muito pelo contrário!...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas o que é que o setor tem a ver com as relações?

O Orador: Agora, a questão nova que tivemos e que foi diferente dos anos anteriores, foi a questão dos rateios.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário. O seu tempo já terminou.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está a dizer que o Sr. Presidente da Federação agora vai cortar!

O Orador: A questão dos rateios deveu-se essencialmente ao aumento da produção, como já foi dito, e esse aumento da produção também foi importante para o setor, foi mais rendimento que entrou nas explorações e foram mais fatores de produção que se venderam na Região.

Eu tinha mais questões mas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não respondeu ontem, nem respondeu hoje!

O Orador: Em resumo (se me permite, são mais 30 segundos), dizer, Sr. Deputado, que estamos a acompanhar o setor com todo o cuidado e com toda a atenção que a situação merece.

Agora, é preciso perceber uma coisa: a regulamentação, a estabilização das medidas, é algo que é importante e nós não podemos, e o Sr. Deputado sabe disso perfeitamente, estar a tomar decisões, e decisões novas, todos os dias.

As decisões que tomámos até ao momento foram aquelas que estão no Programa do Governo e que estão no Orçamento e consideramos que foram as melhores para o setor.

Agora é assim, todos os dias trabalhamos e vamos continuar a trabalhar para melhor servir o setor e quando for preciso tomar decisões tomá-las-emos no momento e no tempo certo.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo também esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida** (*PSD*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota também da perspetiva positiva, ou seja, nós, ao identificarmos os problemas, queremos que eles se resolvam, não queremos que eles se eternizem.

Independentemente do Sr. Secretário Regional visitar imensas explorações, naturalmente mais do que eu, talvez seja bom que possamos fazer visitas em conjunto, porque há aqui, se calhar, alguma dúvida que está instalada e que nós não percebemos.

Não percebemos e pela simples razão: as visitas têm que ser consequentes, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*): O convite está lançado!

O Orador: E, além disso, a Secretaria Regional se fizer estudos sérios sobre a rentabilidade das explorações, se fizer estudos sérios sobre as unidades de transformação e estudar o comportamento dos mercados, de certeza que vai decidir melhor do que aquilo que fez até agora.

O que fez até agora foi não decidir! Foi estar à espera de alguém que decida pelo Governo.

Isso não é governar!... Isso não é decidir!... Isso é deixar rolar!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito já foi dito, muito já foi comprovado e realçado, os planos inclusive e as medidas. Mas há aqui uma outra perspetiva que aponta também para uma mudança de paradigma que é necessária e que este Governo pretende implementar e tem feito esforços para isso.

Nesse sentido, há um claro investimento em reforçar a necessidade de, proactivamente, organizar e estruturar as bases dos diversos setores de forma a fixar verdadeiros índices de sustentabilidade que suportam possíveis desequilíbrios de mercados ou até de políticas externas.

Por outro lado, foca-se também a estratégia na consulta de novas tendências, orientando e reforçando os potenciais setores que estão aptos e são capazes de responder às novas exigências com relação à saúde, à proteção ambiental, ao

bem-estar animal. Por exemplo, e neste caso, o Plano Estratégico para a agricultura biológica.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, reforça-se também a necessidade de potenciar as relações e equilíbrios entre os diversos agentes da cadeia, ou seja, a produção, a transformação e a comercialização, sabendo que todos são fundamentais neste processo de crescimento e de consolidação e que quando, no incumprimento de uma das partes, temos naturalmente a falha do rendimento dos nossos produtores e isso é o que nós queremos evitar a todo o custo.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, há que referir que a estratégia para o setor agrícola não se encerra somente na Secretaria da Agricultura. Por outro lado, há, sim, uma complementaridade em esforços materializados, em representações, planos, mecanismos e incentivos de diversas secretarias.

Ora vejamos: por exemplo, neste momento de crescimento turístico é crucial articular a mensagem que queremos transmitir e a missão que queremos defender enquanto destino de natureza.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: E falar de paisagem é falar dos obreiros da nossa paisagem que são naturalmente os nossos produtores.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Naturalmente, este reforço de mensagem, no Plano Estratégico de Turismo, só pode trazer valorização do nosso produto e é isso que se pretende.

De igual modo, por exemplo, o plano “Açores Export 2017”, da responsabilidade da Vice-Presidência, vem alocar verbas para a promoção integrada dos nossos produtos em mercados diferentes, com objetivos quantificáveis, com metas calendarizadas, para não falar da natural Marca

Açores que por todos é reconhecida e que tem trazido efetivamente uma perspetiva.

Por outro lado também, há que incrementar aqui a questão da multifuncionalidade agrícola, que muitos dos nossos produtores começam a ter consciência de que necessário, em unidades de produção, complementar as produções e introduzir novos setores, como por exemplo o agroturismo, etc..

Portanto, parece-me que a mensagem é clara, parece-me também que o debate foi construtivo, porque acredito que todas as partes querem efetivamente a melhoria do setor agrícola. Portanto, agradecemos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Secretário Regional inscreveu-se para uma interpelação. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, só para dar nota de que aceito, com todo o gosto, fazer uma visita, duas ou três, aquelas que o Sr. Deputado entender, às explorações da ilha que escolher.

Portanto, muito em breve irei contactar o Sr. Deputado para convidá-lo a acompanhar numa dessas visitas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa tem várias inscrições que ficarão para a parte da tarde. O Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Os tempos são os seguintes:

O Governo Regional já esgotou o seu tempo;

O PS tem 4 minutos e 36 segundos;

O PSD tem 2 minutos e 37 segundos;
O CDS-PP tem 10 minutos e 09 segundos;
O BE tem 7 minutos e 03 segundos;
O PCP tem 3 minutos e 40 segundos;
O PPM esgotou o seu tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15H00.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas 08 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário fez a gestão do seu tempo. Aliás, sinal disso foi que até numa das suas intervenções iniciais assumiu que iria abreviá-la, porque precisava de mais tempo para responder às questões que fossem colocadas durante o debate. As opções e a gestão do tempo fizeram com que algumas questões tivessem sido respondidas e outras não, mas também dá uma noção bem clara daquilo que é prioritário para este Governo, nomeadamente para o Sr. Secretário.

Portanto, ficámos sem saber de onde é que o Governo Regional vai retirar dinheiro para fazer face àquela que é uma redução (uma redução não, no fundo, insuficiente), os insuficientes fundos do POSEI.

Onde é que vai buscar esse dinheiro? Se vai buscar esse dinheiro a investimentos que poderão ser considerados e são de certeza considerados estruturantes como no caso da diversificação agrícola ou até mesmo a modernização do setor. Ficámos sem essa resposta.

Ficámos também sem saber se para o Sr. Secretário e para este Governo Regional se importa seguir aquele que tem sido tido como um exemplo, pelo menos no que diz respeito ao incremento da qualidade dos nossos produtos, através de uma empresa do setor agroindustrial que optou por recolher e utilizar leite somente proveniente de gado que se alimenta da pastagem e não de rações, com aquilo que nós entendemos ser a melhor estratégia, porque afinal de contas os produtores estão contentes, quando assim é, e a própria empresa considera que foi uma aposta ganha.

Ficámos sem saber se da parte do Governo Regional este é um exemplo a seguir ou se até mesmo estamos perante um caso de publicidade enganosa.

Ficámos também sem saber se os produtores açorianos estão a usar e a abusar de rações e se isso interessa à nossa produção e, mais grave ainda, se esse abuso de rações é acompanhado de rações com recurso a milho OGM.

Portanto, estamos perante um cenário que, a nossa ver, está longe de ser o ideal, quando o que queremos ter em vista é melhorar a qualidade daquilo que nós produzimos e não se atinge a melhor qualidade fazendo uma aposta somente no incremento da produção, não tanto da qualidade, permitindo que os nossos produtores possam utilizar rações e, pior do que isso, rações com recurso a OGM.

Estive com bastante atenção durante a sua intervenção inicial, até mesmo por algumas críticas que lhe foram dirigidas por alguns dos partidos da oposição e

uma das acusações recorrentes é que o Sr. Secretário não aponta soluções, mas que faz um diagnóstico do setor.

Desse diagnóstico podemos de certa forma concluir que os produtores não estão contentes, mas já no que diz respeito aos interesses do setor agroindustrial, ou seja, da indústria, esses, pelo menos naqueles que representam grandes multinacionais, assumem publicamente que o negócio lhes está a correr bem.

Portanto, temos aqui um setor agroindustrial que “vai de vento em popa”, e “vai de vento em popa” também porque tem recebido apoios públicos.

Também estive atento à sua entrevista (e li com atenção) no Correio nos Açores, na qual assume que o Governo Regional está a preparar um plano estratégico para a agroindústria dos lacticínios.

Eu só gostaria de saber, e deixo esta questão em aberto, porque o Sr. Secretário não tem tempo, mas eu assusto-me sempre que vejo o Governo Regional a preparar um plano, planos estratégicos, porque todos os planos estratégicos do Governo Regional, e acredito que são bem-intencionados, acabam por redundar em resultados desastrosos, como por exemplo, no caso do Plano Integrado de Transportes.

Eu acho que ficaria de bem, neste Plano Estratégico, introduzir critérios que associem os apoios a conceder à política de pagamentos à produção, porque temos assistido à prática de preços completamente injustos, praticados ao produtor, e é urgente reequilibrar uma relação desigual entre produtores e a indústria.

Como o Sr. Secretário disse e assumiu na sua intervenção inicial, de que o Governo não está propriamente ao lado da indústria, então uma das formas de demonstrar que pelo menos quer regular esta relação entre produtores e a indústria, seria impor critérios e critérios que estivessem associados àquilo que é pago ao produtor.

Também referiu aqui na sua intervenção inicial, e acho que também foi amplamente debatido pelo menos por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (isso foi referido), que há um incremento na produção hortícola e frutícola.

O Sr. Secretário assumiu aquilo que já tinha sido também negociado pela comunicação social, de que se verifica um aumento de 100 hectares por ano, dedicados à agricultura, mais no que diz respeito ao setor da horticultura e fruticultura.

Gostaríamos de saber se a este aumento de área dedicada à horticultura e à fruticultura, se esse aumento corresponde também a um aumento da produção?

Eu penso que sim, porque pelo menos isso foi bastante evidente nas declarações que foram proferidas pelos responsáveis do setor ainda a semana passada.

Mas gostaríamos de ter a quantificação dessa produção, quantas toneladas em concreto é de que falamos e, principalmente, qual o peso dessa produção na balança comercial da Região e se esse incremento nos vai permitir ficarmos cada vez menos dependentes das importações.

Tudo isto, e todo este trabalho feito por quem se dedica à horticultura e à fruticultura, tem sido feito, apesar dos parques incentivos por parte da Região.

Estamos a falar aqui de um incentivo que pelo menos foi assumido pela FRUTER de somente 160 mil euros.

Perante esta queixa por parte da FRUTER, o Governo Regional responde de uma forma que eu considero que já não se adequa a um Governo de pleno séc. XXI e a um Governo em plena época de Autonomia, quando diz que tudo se irá resolver se os produtores vierem ao seu gabinete e se for feita uma negociação individual com os produtores, e isso já não se coaduna com uma governação do séc. XXI e de plena época autonómica.

Deputada Mónica Rocha (PS): Tem que atualizar isso!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Vou terminar e vou terminar por aquilo que eu considero ser também muito importante neste setor e que o Sr. Secretário também falou, apesar de forma muito breve. Tem a ver com o potencial deste setor para a criação de emprego.

Importa, sim, de facto criar emprego, mas que seja um bom emprego.

Quando temos empresas que atuam neste setor, que praticam salários que são, de facto, vergonhosos, porque eu tive conhecimento de um, entre muitos casos...

Eu tive ocasião de denunciar, na última interpelação que foi feita ao Governo Regional sobre o setor da carne, de que haviam empresas na ilha Terceira que não tratavam bem o seu gado. Dei até o exemplo e mostrei fotografias de gado que estava enterrado de lama até ao pescoço.

E numa dessas explorações, além do mau trato aos animais, também temos trabalhadores que são obrigados a trabalhar 14 horas por dia, 7 dias por semana. A troco de quê? Do salário mínimo, sem direito a horas extraordinárias.

Ainda bem que a Inspeção Regional do Trabalho já deu conta, pelo menos deste caso, de uma exploração agrícola que está a praticar práticas exploratórias junto aos seus trabalhadores. Portanto, tal como a Inspeção Regional do Trabalho já deu conta deste caso, nós também vamos continuar a acompanhá-lo, porque estamos aqui a falar, e só neste caso concreto, de um valor em dívida, em horas extraordinárias, a rondar os 4 mil euros.

Portanto, empresas que recebem incentivos públicos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... também devem ser obrigadas a cumprir aquelas que são as leis laborais.

Presidente: O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para lamentar o facto de continuar sem as respostas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Olha outra!...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Sra. Deputada não se inscreveu no início para colocar perguntas! O Sr. Secretário já falou por duas vezes!

A Oradora: A verdade é que as mesmas foram colocadas ontem, o Sr. Secretário disse que hoje é que seria o lugar apropriado para responder às mesmas, mas a verdade é que foram reiteradas e mais uma vez ficaram sem resposta.

Portanto, acho que é de lamentar esta atitude. A verdade é que estes momentos são importantes exatamente para isso, para vermos também esclarecidas as questões que colocamos aqui, mas mais uma vez as mesmas ficaram por responder e não posso deixar de lamentar esta situação.

Muito obrigada.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra. Dispõe de cerca de três minutos.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Renovo o que alguns colegas já aqui disseram hoje. Uma má gestão do tempo impede que nos dê respostas, mas a verdade é que teve oportunidade de as responder.

Perguntei se tinha as contas em dia com as indústrias de lacticínios, não respondeu!

Perguntei-lhe relativamente aos atrasos nos pagamentos do SAFIAGRI, e não respondeu!

Perguntei-lhe relativamente à aprovação, contratualização e pagamento dos projetos de investimento no PRORURAL+ e no PROAMA, não respondeu!

Ao desvalorizar alguns dos exemplos de rentabilidade e da situação das explorações leiteiras que aqui exemplifiquei,...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Não é verdade! Eu não descredibilizei!

O Orador: ... ao promover essa desvalorização, o Sr. Secretário Regional dá nota de que está muito distante da realidade agrícola das nossas ilhas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Não descredibilizei!

O Orador: Portanto, eu acho que deve continuar a visitar as explorações, deve continuar a dialogar com os agricultores, porque ainda falta um longo caminho a percorrer até que se aperceba da situação em que cada uma das fileiras está, concretamente.

Só depois de ter essa consciência é que poderá, se calhar, recorrer a estudos credíveis para poder tomar decisões.

Até lá, Sr. Secretário Regional e até hoje, não foi isso que aconteceu. Não há uma estratégia concertada da sua parte, não há a perceção do nível de negociação nas instâncias da União Europeia, mas também há uma grande incerteza relativamente à utilização dos recursos do próprio Orçamento Regional.

Quando está a aguardar por soluções extemporâneas para compensar aquilo que disse que iria naturalmente acontecer, que eram os rateios como consequência do aumento das produções, a verdade é que o que tornou público é que está a procurar soluções no âmbito do Plano Regional e do nosso Orçamento para compensar os agricultores, então é porque há efetivamente um problema com os

rateios, então é porque há efetivamente um problema de rendimento que o Sr. Secretario já identificou que acha que o tem que resolver.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste pouco tempo que também me resta, reafirmar a importância do setor agrícola na Região. Ele continua a ser o pilar fundamental e principal da economia regional.

Dizer também que o Governo Regional e esta maioria parlamentar estão empenhados em continuar a trabalhar e a desenvolver esforços no sentido de rentabilizar e arranjar melhores apoios, melhor e mais rendimento para o setor agrícola.

Há novos desafios pela frente, e haverá sempre. Portanto, é importante transformar pontos fortes em oportunidades.

Para além de produzir bem, é preciso vender bem os nossos produtos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este é um desafio que deve unir esforços e deve unir todos.

Relativamente aos pagamentos do PRORURAL+, as demoras dos pagamentos, do conhecimento que eu tenho e daquilo que eu sei, tem a ver com a entrada desses mesmos pedidos para pagamento e consoante a sua data de entrada poderá levar um a dois meses esse mesmo pagamento. É assim que funciona, é assim que tem sido.

Quanto ao SAFIAGRI e quanto ao Programa PROAMAF, houve aqui um esforço enorme no Programa SAFIAGRI, onde havia um apoio de 80 milhões e passou-se para 140 milhões.

Nestes dois programas existem centenas de projetos. Talvez os dois, no seu conjunto, ultrapassem mesmo um milhar.

Portanto, como deve compreender, é um processo que não é fácil, em termos de análise, de tratamento dos próprios projetos, para pagamento. Por vezes por haver aqui algum atraso nesse sentido.

Também aqui penso que o Governo cumpre com a sua obrigação.

O Sr. Deputado também já não tem tempo para responder, mas há uma questão que eu gostava de saber o que é que pensa o PSD relativamente ao Pagamento Único, se vai pelo Pagamento Único ou mantemos a estratégia que temos seguido até aqui?

Quanto à reforma da PAC pós-2020, também é público (já está na comunicação social) que o Governo está empenhado, está a trabalhar neste sentido, para elaborar um documento de modo a que se consiga um Quadro Comunitário de Apoio ainda melhor do que aqueles que se têm conseguido até aqui.

O que nós esperamos e queremos que aconteça, é que todos aqui, nesta Casa, se unam de forma a que consigamos um bom Quadro Comunitário para a nossa Região.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado João Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Para que fique o registo.

Não foi respondido a uma única questão (a uma única questão!)...

Deputada Zuraida Soares (BE): Olha outro!...

O Orador: ... levantada pelo PCP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa, de momento não tem mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo e apesar de dispor de pouco tempo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Almeida para fazer o encerramento da interpelação.

(*) Deputado António Almeida (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar uma mensagem de que o setor agrícola já não está sozinho. O setor agrícola, hoje, interage com outros setores da nossa sociedade, na área económica e não só.

Tenho, por várias vezes, dado nota do novo triângulo de valor, da nova cadeia que é agricultura, turismo e ambiente. Há aqui uma interação cuidada que deve existir e deve construir-se essa cadeia de valor com a incorporação dos interesses do turismo, dos interesses do ambiente, mas tendo a agricultura como o motor essencial da criação do emprego e do desenvolvimento em meio rural. Quero deixar essa nota, porque penso que só é possível construir essa cadeia de valor com uma estratégia concertada de base territorial.

Se não houver diálogo no terreno, entre as partes interessadas que possam ganhar essa mais-valia interagindo,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... não é possível construirmos um futuro de valor para cada um desses setores tão imprescindíveis ao desenvolvimento económico e social dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrado este ponto da nossa Agenda.

Sr. Deputado João Corvelo pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, para solicitar os 15 minutos de intervalo regimental, a que temos direito.

Presidente: É regimental. Regressamos a um quarto para as quatro.

Eram 15 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 51 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, a Agenda completa já foi distribuída por todos.

Conforme define o artigo 81.º do nosso Regimento, as apresentações de iniciativas têm prioridade na reunião seguinte àquela em que forem apresentados os requerimentos.

Neste caso será o ponto 12 da nossa Agenda a ser agora debatido: **apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XI – “1.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/A, de 25 de julho, que criou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores”**.

A apresentação do projeto cabe ao PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Turismo, para além do lazer, encerra todo um conjunto de valências e possibilidades que importa realçar. Desde logo e conjuntamente há sempre agradável descoberta de diferentes paisagens e locais a que se junta o prazer do seu usufruto, acrescenta-se o contacto sempre enriquecedor entre quem recebe e quem visita, sendo este contacto um meio privilegiado para aqueles que são visitados darem a conhecer a sua história os seus hábitos e costumes e a sua cultura.

A capacidade de desenvolvimento e crescimento do turismo, na nossa Região, está longe de esgotar, e importa que tenhamos uma visão abrangente do que pretendemos atingir com o seu crescimento.

Apesar da importância da paisagem para a captação dos fluxos turísticos outros fatores são determinantes na manutenção e desenvolvimento da indústria turística.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É hoje opinião generalizada que olhar para o turismo, reduzindo-o à apreciação das belezas naturais e apenas à mera oferta de transporte, alojamento e alimentação, é uma forma redutora e pobre de oferta turística e com futuro pouco ou nada promissor. Sendo certo que a história em todas as suas vertentes e a cultura também em todas em todas vertentes são componentes essenciais da oferta turística, necessário se torna uma monitorização atenta e permanente daquilo que nestas áreas se vem fazendo e da experiência colhida importa, sobretudo, retirarmos os ensinamentos necessários para de forma célere e oportuna introduzirmos as correções e as melhorias que se impõem tendo em vista a constante melhoria e aperfeiçoamento da nossa oferta. É com esse espírito que hoje trazemos aqui a debate uma proposta de alteração

ao DLR n.º 34/2012/A, sobre Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores – SIDART.

O artesanato como fazendo parte da nossa riqueza da nossa cultura, do nosso património e da nossa história transmite de forma genuína aquilo que fomos capazes de realizar de bom e de belo com os recursos que tínhamos disponíveis em épocas que nos precederam, recursos que na esmagadora maioria dos casos ainda temos e transmite, ao mesmo tempo a forma como soubemos e sabemos cuidar da nossa herança nesta área.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o nosso artesanato não está nem pode estar enclausurado numa cápsula do tempo e como tal imune à sua própria dinâmica e à inovação

O DLR n.º 34/2012/A, vai nesse sentido quando cria os incentivos ao desenvolvimento do artesanato, apontando no seu Art.º 3.º os Projetos de qualificação e inovação do produto artesanal como sendo suscetível de apoio.

Estamos cientes da importância e da necessidade de apoio no que diz respeito à inovação do produto artesanal. Contudo, há que acautelar que inovação não seja sinónimo de descaracterização. Nesse sentido julgamos não só possível como desejável que se fomente e incentive tudo o que tenha a ver com a manutenção das características mais genuínas do nosso artesanato.

Basta-nos um breve olhar pelos expositores de produtos açorianos nas diferentes ilhas e sobretudo nos locais de excelência para venda dos mesmos para verificarmos que ao lado de produtos artesanais genuinamente açorianos e elaborados com matérias primas açorianas, outros encontramos onde apenas a simbologia é tipicamente açoriana, mas a matéria prima nada tem a ver com a

nossa região, muito menos a sua utilização, até por razões histórico/económicas, nunca fez parte dos materiais utilizadas pelos nossos artesãos ao longo da história.

Não significa isto que tais produtos foram objeto dos incentivos previstos, ou não, tão pouco podemos ter a pretensão que apenas sejam apoiados produtos artesanais manufaturados exclusivamente com materiais regionais, mas importa sobremaneira, que melhorando a legislação existente se crie um incentivo suplementar para que a utilização das matérias primas regionais existentes tenham primazia no produto artesanal e a sua utilização seja preferida em detrimento de matérias primas e materiais que nada têm a ver com a nossa Região, mesmo que nalguns casos possa haver alguma semelhança.

Os produtos em cerâmica serão talvez um dos casos mais emblemáticos, onde é frequente encontrarmos peças com simbologia das nossas ilhas, mas cuja matéria prima nada tem a ver com a nossa cerâmica nem com a nossa olaria tradicional e típica, mas os exemplos não se ficam por aqui, tão pouco se pode pretender que o incentivo que propomos para utilização de matérias primas regionais seja solução total para esta questão.

Hoje qualquer artesão da nossa região que se dedique a fazer artesanato utilizando madeira apenas poderá utilizar o Cedro do Mato ou a Queiró, se tiver na posse de madeiras já anteriormente usadas para outras peças, mesmo que a utilização destas madeiras apenas se destinem a meras miniaturas, uma vez que está impedido de cortar mesmo que seja apenas uma parte de qualquer destas espécimes. Como é óbvio não será com o incentivo que propomos que tal problema se possa resolver, para isso será naturalmente necessário pensarmos nesta questão noutro âmbito, nomeadamente no âmbito de podermos vir a compatibilizar as necessárias regras de proteção destas espécimes endémicas

com a sua utilização sensata e devidamente regulamentada, contudo deixaremos para outra oportunidade tal discussão.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como dizemos no preâmbulo da nossa proposta, acreditamos que hoje o apoio e incentivo à utilização de matérias primas regionais, constituirá um estímulo não apenas para os artesãos, mas trará efeitos positivos também para outros produtores e agentes económicos açorianos, contribuindo para a criação de uma cadeia de valor e para o conjunto da economia regional, valorizando desta forma o saber-fazer açoriano e os seus produtos locais
Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme define o nosso Regimento há agora um período global de 10 minutos para pedidos de esclarecimento.

Pergunto se há alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então dar continuidade à nossa Agenda. Entramos agora no ponto seis: **Petição n.º 4/XI – “Pela estabilidade do corpo docente: em defesa da qualidade do ensino na Escola Básica e Secundária das Flores”**, apresentada por Rosa Maria Belo Maciel, na qualidade de primeira subscritora.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento.

Cada grupo ou representação parlamentar pode intervir uma única vez, por um período máximo de 10 minutos.

Para apresentação do relatório tem a palavra o relator da Comissão dos Assuntos Sociais, o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIÇÃO DA PETIÇÃO N.º 4/XI

“PELA ESTABILIDADE DO CORPO DOCENTE: EM DEFESA DA QUALIDADE DO ENSINO NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DAS FLORES”

CAPÍTULO I

Introdução

A 23 de fevereiro de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 4/XI, intitulada “Pela estabilidade do corpo docente: em defesa da qualidade do ensino na Escola Básica e Secundária das Flores”, que reúne um total de 383 (trezentas e oitenta e três) assinaturas, tendo como primeiro signatário, a Dra. Rosa Maria Belo Maciel.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 23 de fevereiro de 2017, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como principal objetivo reivindicar a alteração da proposta de decreto legislativo regional do Regulamento do Concurso do Pessoal Docente da Região Autónoma dos Açores, apelando para que continue a vigorar a cláusula de permanência mínima de três anos, de modo a que, nas escolas das ilhas de menor dimensão, haja estabilidade maior do corpo docente e um menor recurso a contratação, evitando uma situação de rotatividade sucessiva de um elevado número de docentes, com prejuízo para a qualidade de ensino nessas ilhas e para isso apresenta os seguintes argumentos:

- A melhoria dos resultados em avaliações externas, nomeadamente em exames nacionais, fruto da estabilidade do corpo docente;
- Esta estabilidade permitiu a realização de um trabalho programado por vários ciclos, renovação dos diferentes órgãos da escola e a abertura de novos cursos o que conduziu a melhores taxas de sucesso;
- Todas estas conquistas serão comprometidas se for aprovado o novo Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores;
- Enquanto ilha pequena, com menor capacidade de apelo profissional, a obrigatoriedade de permanência por três anos tem permitido uma menor flutuação do corpo docente beneficiando assim, alunos, comunidade educativa e a própria ilha;
- A aprovação do novo Regulamento terá consequências dramáticas da EBS das Flores devido à alteração da não obrigatoriedade de permanência na escola de colocação;
- Aqui acha que um docente que fique colocado no quadro da EBS das Flores, aceita a colocação, opta por não exercer a docência nessa escola e pede afetação para mais próximo da sua residência, abrindo assim a necessidade de contratação anual ou então um professor ficar colocado no quadro da EBS das Flores, aceitar a colocação e optar por exercer nessa escola, se ficar mais do que

um ano escolar terá um bônus na sua graduação profissional, proporcional ao número de anos que permaneceu, para poder concorrer para outra escola, alegando que prestar serviço nessa escola será uma forma de facilitar e promover a saída para outra.

- Considera que a ser aprovado o novo Regulamento, a flutuação de docentes da EBS das Flores, em todos os ciclos, crescerá de forma exponencial.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Em reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais de 8 de março de 2017 decidiu-se ouvir o primeiro peticionário e o Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC) e solicitar parecer por escrito ao Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) e ao Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA).

1) **Audição do Dra. Rosa Maria Belo Maciel, no dia 28 de março de 2017, na Delegação da ALRAA, em São Miguel:**

A primeira peticionária iniciou a sua audição explanando sobre a realidade da Escola das Flores bem como a sua importância naquela ilha utilizando uma apresentação de diapositivos que vai anexa a este relatório.

Após a sua explanação tomou a palavra o deputado Bruno Belo que começou por fazer algumas considerações sobre o que a peticionária disse, realçando a importância da centralidade da educação nos alunos, e no problema demográfico da ilha das Flores que é comum às ilhas mais pequenas. Depois disso, com base na alteração da obrigatoriedade de permanência por três anos questiona a peticionária sobre a relação entre os incentivos que se iniciaram em

2000 e a oferta de professores existentes naquela altura e se esses incentivos eram suficientes? Em seguida, faz referência de que o PSD concorda com a argumentação de que haverá flutuação do corpo docente naquela Escola sendo sua opinião que a estabilidade deste contribuiu, também, para os bons resultados obtidos. Questionou também se na opinião da peticionária poderá haver outros mecanismos de incentivos que poderão atenuar a flutuação? Se haverá impacto na gestão intermédia da Escola? E por fim, fez referência ao professor da disciplina de Música que só chega às Flores em fevereiro, depois de esgotada a listagem da Direção Regional da Educação (DRE) e de não ter havido reposta ao anúncio colocado da Bolsa de Emprego Público dos Açores (BEPA), e que dada à sua habilitação profissional necessitou de autorização por parte da DRE para poder lecionar.

Em resposta, a peticionária informa não saber que habilitação tem o professor de música e se necessitou de autorização profissional, mas que esta não era uma situação nova. Em relação ao número de professores existentes no passado afirma que a realidade era bem diferente e que o número de professores disponíveis nas listas era bem menor. Relativamente aos incentivos deu o seu próprio exemplo dizendo que os mesmos não passaram de uma ilusão e de uma desilusão já que nos meses onde recebeu mais de juros bonificados representou €18. Já relativamente ao subsídio de fixação, disse que este era sempre bem-vindo, mas que a sua luta não segue por este caminho, mas sim pela estabilidade da escola e pelo benefício dos alunos. Relativamente aos órgãos de gestão intermédia é sua ideia de que haverá problemas da Escola das Flores, havendo departamentos que ficarão sem qualquer professor.

Em réplica o deputado Bruno Belo questionou a peticionária se o incentivo de 0,5 valores será um incentivo à fixação ou um incentivo à saída? Questiona sobre a diferença do que auferia no passado e o que auferi hoje? E se já há perspectivas de haver alguém que concorra para o Conselho Executivo da

Escola, já que o mesmo se encontra em comissão de gestão há cerca de 1 ano? Ao que a peticionária respondeu que o incentivo em causa será um incentivo à saída já que não prevê que haja pessoas a ficar na sua escola de colocação somente para ganhar 0,5 valores apesar dessa interpretação ser um bocado precipitada já que os resultados dessa medida só poderão ser analisados daqui a 2 anos. Relativamente ao vencimento a peticionária fez comparação com um recibo de vencimento de 2002 que comprova que ganhava mais €50 do que ganha hoje apesar de ter mais responsabilidades do que naquela altura. Relativamente a possíveis listas para o Conselho Executivo a peticionária informou que não sabe.

A deputada Sónia Nicolau começa a sua intervenção fazendo referência às considerações sobre a natalidade, demografia, à implicância dos professores no meio social que a peticionária fez, é comum em todas as ilhas acrescentando que os dados apresentados são transversais a todas as ilhas, até porque o número de professores tem vindo a aumentar ao contrário do que acontece com o número de alunos. De seguida fez referência às palavras proferidas pelo SREC aquando da apresentação do Regulamento em que dizia que este é um Regulamento bom para os professores, para os pais e para os alunos e que este não é um processo fechado já que o Governo se mostrou disponível para analisar e acompanhar todas as situações. Relativamente ao sistema educativo que a peticionária fez alusão da sua explanação a deputada afirmou que a conquista da escolaridade é transversal em todas as ilhas. Relativamente à gestão das escolas e da distribuição dos horários esta é uma autonomia dos próprios Conselhos Executivos. Relativamente aos exames a deputada lembrou que no Plenário de janeiro salientou os bons resultados obtidos pela Escola das Flores acrescentando que não são os resultados dos exames que vêm atestar ou não a estabilidade dos alunos. Relativamente ao Conselho Executivo, lembrou que este não é um caso único nos Açores dado o exemplo da Escola

dos Arrifes que se encontra na mesma situação. De seguida a deputada questionou sobre se vão abrir 28 vagas no concurso interno de afetação para os 28 professores que a peticionária afirmou poderem sair? Perguntou se a peticionária sabe quantos professores saíram no último concurso de afetação? Perguntou se a peticionária é contra os mecanismos de mobilidade ou outras que possam confinar na saída de um professor durante um determinado tempo? Se sabe que os contratados, na sua maioria, estão ligados com o programa PROSUCESSO? Se sabe que este programa tem a duração de 10 anos? Relativamente ao professor de música, quis distinguir que uma coisa é um professor do quadro e/ou contratado, outra coisa são as situações de substituição temporária sendo esta uma questão diferente das restantes que veio aqui explicar.

Em resposta a peticionária, referindo-se às notas dos exames deu o seu exemplo como professora de matemática, dizendo que num universo de poucos alunos estes resultados podem oscilar facilmente. Relativamente aos 28 professores do quadro é da opinião de que vão abrir muitas vagas para contratação em muitas escolas sendo que quase todos serão destacados, apesar de não ter dados que fundamentem esta leitura. Relativamente aos mecanismos de afetação e mobilidade afirma não ser contra já que todos têm o direito de desempenhar outras funções apesar de lhe fazer confusão um professor concorrer para o quadro e logo no mesmo ano pedir afetação não tendo de cumprir qualquer ano na escola onde ficou colocado. Deu também exemplo do esforço que é feito na Escola das Flores para que não haja anualmente horários incompletos já que a dificuldade de se ocuparem estes horários aumentam. Relativamente à fixação de professores nas Flores a peticionária defende, desde há muitos anos, concursos por 5 anos, naturalmente aberto a todos os professores.

Em jeito de réplica, a deputada fazendo referência aos incentivos, aquando da sua entrada na Escola das Flores o número de professores qualificados era

residual? Em que a peticionária respondeu que neste momento o subsídio de fixação resolva o problema da Escola das Flores afirmando que não há carência de professores qualificados.

O deputado Paulo Estevão, fazendo referência a esta legislação afirma que a situação das Flores é completamente diferente de outra ilha do qual o exemplo dos órgãos de escola é um bom exemplo já que os mandatos são de 3 anos é de opinião que estes serão problemas que terão tendência a aumentar. De seguida o deputado, mostrando a importância em ouvir a sociedade sobre temas tão importantes como este acrescentando que a Democracia funciona assim e já que o Regulamento foi aprovado haverão oportunidades, quando se verificarem as consequências para as ilhas periféricas, de se alterar as circunstâncias com vista a proteção da estabilidade do funcionamento destas escolas. Sendo que os próximos anos, no seu entender, serão anos perdidos até que se realizem as alterações necessárias à estabilidade, com repercussões nos alunos, professores e comunidades educativas. Terminando dizendo que partilha totalmente das palavras da peticionária.

De seguida a deputada Maria João Carreiro, sendo sua opinião que para problemas diferenciados há que desenvolver soluções diferenciadas sendo necessário assumir estas assimetrias e a eventual instabilidade do corpo docente já que poderá ter implicações na continuidade pedagógica, na qualidade do ensino, na gestão intermédia, sendo na sua opinião uma situação previsível. Entendendo que a peticionária é contra este sistema de bonificação previsto o que poderá ser feito para que se garanta a estabilidade do corpo docente? Fazendo referência à necessidade que houve da utilização do subsídio de fixação aquando da escassez de professores qualificados, neste momento a questão já é com a de estabilização do corpo docente. Neste sentido, é de opinião que os juro bonificados podem não ser um verdadeiro incentivo, mas o

subsídio de fixação poderá sê-lo, apesar de não ser aquele que a peticionária deseja.

Em resposta a peticionária respondeu que não sabia já que só o futuro o dirá, apesar de ter a ideia de que não será assim, realçando o facto de achar estranho que dentro da mesma escola, em grupos diferentes, haver quem beneficie dos subsídios e outros não e acrescentando que a sua luta não era esta, mas sim a de manter o que havia antes já que isso permitiu estabilidade na Escola das Flores. A deputada Graça Silveira começou por relembrar, a situação dos estudantes da ilha das Flores que nos anos 80 tinham de se deslocar para o Faial para poderem prosseguir com os seus estudos e acha estranho estarmos agora a discutir o que, no seu entender, é um retrocesso. Assim questionou a peticionária sobre se há a iminência de ficarem com grupos em que os alunos deixem de ter lecionação? Porque é que já estamos a discutir qual é o melhor mecanismo de corrigir estas assimetrias? Acrescentando que, achando importante que se diferencie o que são incentivos à fixação e incentivos à permanência, ou se se criam outros sistemas de bonificações, ou se aplica o Art.º 10.º. Salaria também que a posição do CDS-PP sempre foi clara relativamente a este assunto, achando que em ilhas mais pequenas deveria haver um aumento do tempo de obrigatoriedade de permanência e que votou contra à eliminação desse mecanismo porque na realidade se criou uma alternativa de compensação com o Art.º 10.º, onde se confirma, na sua opinião, que o Governo sabe que há necessidade de corrigir assimetrias. A deputada acrescentou ainda que se há uns anos o problema eram os professores do continente que vinham tirar os lugares às escolas da Região para depois irem efetivar às suas escolas de origem, agora está a criar-se um sistema idêntico, mas interno.

Em resposta a peticionária afirma que há dois grupos que são preocupantes na Escola das Flores que são o de Música e o de Informática. O curso de Artes também a preocupa, já que nem todos os professores tem habilitações para

lecionar Geometria Descritiva. Relativamente ao Português afirma ter a certeza que não vai haver falta de professor afirmando também ter a certeza que a rotatividade anual irá acontecer.

2) Audição do Secretário Regional de Educação e Cultura (SREC) no dia 28 de março de 2017, na Delegação da ALRAA, em São Miguel:

O SREC começou por dizer que o essencial sobre este assunto foi exposto e dirimido no passado dia 17 no Plenário da ALRAA aquando da aprovação, por unanimidade, da proposta de DLR apresentada pelo Governo. Independentemente da sua validade possui uma evidente vantagem que é a chamada de atenção do que é a Escola não se focando nas infraestruturas, mas sim na qualidade dos recursos humanos que possui. Adiantou que, considerada que está a estabilidade do corpo docente na generalidade das ilhas entendeu o Governo haver uma justificação bastante para a reposição da anualidade do concurso e para a eliminação de critérios de ordenação fundados em fatores alheios à graduação profissional traduzidos na obrigatoriedade de permanência por 3 anos na escola de colocação. Acrescentando que a estabilização dos quadros tem por resultado a redução da mobilidade dos docentes em toda a região e facilita a aproximação de docentes aos locais de residência, com consequências na melhoria o exercício da sua profissão. Na sua opinião não se antevê uma debandada anual de professores das Flores através do mecanismo da afetação. Acrescentou ainda que a permanência por 3 anos na escola de colocação nunca se converteu num mecanismo de obtenção de uma estabilidade absoluta, no entanto para garantia da estabilidade do corpo docente nas Escolas poderão, por portaria do Governo, ao se manterem no seu quadro de escola, ver a sua graduação profissional acrescida de 0,5 valores até ao máximo de 3 valores. Na sua opinião o novo articulado pode ser mais vantajoso do que a

obrigatoriedade de permanência por 3 anos já que a obtenção máxima de 3 valores obrigada a uma permanência de 6 anos. Referindo-se à possibilidade de este ser um incentivo à saída, refere que a experiência comprova que ao fim de algum tempo a tendência é para a permanência e não para a mobilidade. Relativamente às escolas mais pequenas refere que o Governo dedicará uma atenção especial e caso esta medida não surta todos os efeitos desejados o Governo não hesitará na busca de soluções de ainda maior adequação acrescentando que em política a mudança não significa recuo ou recapitulação, mas sim capacidade de adaptação que constitui a qualidade suprema da qualidade de ser humano.

Em seguida o deputado Bruno Belo referindo-se à opção de alterar o Regulamento mesmo com a atual estabilidade do corpo docente questiona se esta estabilidade consiste na ausência de carência de professores com habilitação ou se consiste na permanência de professores nas Escolas? Questiona também se o SREC não antevê as consequências descritas no texto da petição? E questiona sobre quais as consequências que antevê, designadamente nas ilhas mais periféricas? Referindo-se aos problemas demográficos da ilha das Flores, questiona se na opinião do SREC, este é um dado adquirido, ou se dado à sua função de Governante, acha que pode ser revertido?

Em resposta o SREC afirma que a estabilidade não passa pela ausência de professores não habilitados, mas sim pela abundância de candidatos no mercado, e também pela permanência por mais tempo e aqui essa pode ser alcançada pela criação de regras para que isso aconteça como foi exemplo a obrigatoriedade de permanência por 3 anos e também pode ser alcançada pela majoração prevista no novo Regulamento, mas por outro lado a permanência também se consegue de uma forma natural já que quanto maior for o número de candidatos no mercado maior será o número de candidatos dispostos à

aproximarem-se e a fixarem-se nas ilhas da periferia, sendo que naturalmente os maiores centros serão aqueles que mais rapidamente se irão estabilizar. Relativamente a possíveis consequências escritas na petição o SREC afirma crer que pela ordem natural das coisas o futuro será um futuro de maior estabilidade. E relativamente à questão da diminuição de população acha que estes processos podem obviamente ser revertidos.

A deputada Graça Silveira questionou o SREC se aquilo que quis dizer de que a estabilidade se consegue assegurar havendo uma oferta maior do que as necessidades, está a querer dizer que a precariedade dos professores na Região é fundamental à estabilidade? Referiu-se à ordem dos professores, que na sua opinião era pervertida, já que se dava preferência a quem estudava ou fazia o seu estágio na Região em detrimento do mérito, afirmando que foi exatamente com base no argumento da falta de professores qualificados que se andou anos a perverter a lógica de colocação de professores na Região. De seguida, relativamente à ideia de que primeiro se preenchem as escolas mais centrais e só depois as mais periféricas mostra a sua discordância já que o conceito de cascata já foi ultrapassado por conceitos mais transversais e nesse sentido questiona o SREC se considerava que havia estabilidade dos quadros docentes porque cria a lógica de compensação prevista no Art.º 10.º, e se acha que este será um incentivo à fixação ou à saída?

Em resposta o SREC referindo-se à precariedade dos docentes este afirmou que a precariedade laboral, quer dos docentes quer de qualquer outra classe profissional é um mal que se pretende combater, agora uma coisa é certa a existência de quadros no mercado em maior abundância está intimamente ligada com a estabilização dos quadros docentes nas escolas. Acrescentando que foi exatamente por este motivo que se quis levar para as ilhas de periferia professores habilitados e que se chegou à conclusão de que é possível levar com menor dificuldade professores habilitados para todas as escolas de periferia.

Agora, havendo maior estabilidade, também nas periferias, passa a haver condições para deixar cair a regra dos 3 anos e para eventualmente ponderar, em ilhas mais periféricas, a introdução de um mecanismo de majoração para atrair mais gente durante mais tempo. Relativamente à última questão o SREC afirma que, independentemente de mais ou menos incentivos a prática tem demonstrado que é mais fácil estabilizar os quadros das escolas mais centrais do que o quadro das escolas mais periféricas.

Em réplica a deputada afirma que, na sua opinião, é mais fácil preencher os quadros das escolas mais centrais porque desde os anos 90 não existem incentivos à fixação e por isso fala-se em criar mecanismos para que não seja numa lógica de cascata.

O deputado Paulo Estevão começa a sua intervenção demonstrando aquela que é a posição do PPM, achando que as decisões que foram tomadas nomeadamente sobre o assunto em discussão são um erro e que será bastante prejudicial já que um professor poderá ficar no quadro da Escola do Corvo, mas posteriormente usar dos mecanismos de mobilidade que estão à sua disposição. Sendo que esta situação trará problemas em termos pedagógicos, mas também do ponto de vista da gestão da escola dadas as regras vigentes para a ocupação destes cargos. O deputado acrescenta que é importante pensar já nas consequências apontando já soluções que podem ser implementadas, e que tem de ser devidamente avaliadas, para permitir que exista maior estabilidade nas escolas.

Em reação o SREC diz que é importante que pensemos todos nesse assunto e acompanhemos o evoluir da situação e que da parte do Governo também estarão atentos e disponíveis para alterar alguma coisa que na prática se aconselhe que seja corrigido. Todavia, continua convicto que, independentemente das regras, daqui a 5 ou 10 anos teremos cada vez corpos docentes mais estáveis em todas as escolas.

Em réplica o deputado afirma já estar a pensar nas possíveis consequências que estas alterações poderão ter na composição dos órgãos nas escolas periféricas.

A deputada Maria João Carreiro, referindo-se à estabilidade do corpo docente que o SREC afirma existir, mostra discordância de que a majoração prevista no n.º 11 do Art.º 10.º não seja uma medida contrária à valorização do mérito já que essa majoração irá aumentar a graduação do docente não pelo mérito, mas sim porque optou pela permanência em determinada escola. Relativamente ao maior o número de candidatos dispostos a se fixarem na periferia, a deputada mostrou de que é da opinião de que esta situação depende se os candidatos estão no seu início de carreira ou não. E se assim é, que argumento o levou a criar o Art.º 10.º? Relativamente à estabilidade dos órgãos de gestão intermédia afirma que esta deverá ser uma preocupação a ter em conta.

Em resposta o SREC respondeu dizendo que docentes mais próximos dos seus locais de residência, são docentes que estão mais à vontade para exercer a sua profissão e por isso, a revogação da obrigatoriedade por três anos traduzir-se-á na qualidade do ensino. Quanto à questão do mérito, afirma nunca ter dito que se privilegiaram regras especiais que ultrapassaram o mérito, o que afirmou foi que esta majoração de 0,5 valores que se está a conceder, comparativamente com a obrigatoriedade de permanência por 3 anos era uma norma que se encontra menos ao arpejo do mérito. Acrescentando que a nota de curso e a nota profissional contam muito, mas não são tudo. E finalmente sobre a quantidade de candidatos o SREC disse que muitos candidatos é sinal de aproximação de muitos professores a muitos lugares. Por fim, disse que a majoração é uma tentativa de aliciar muitos candidatos a aproximarem-se das escolas que são tidas por mais difíceis para além de se aproximarem à permanência.

Em réplica a deputada acrescenta que se existe uma norma que estabelece esta majoração já se está a prever que haja uma rotatividade dos docentes ao que que

o SREC afirma que, podendo existir, é uma norma mais flexível do que a antiga norma dos 3 anos.

A deputada Sónia Nicolau começou por fazer ligação entre as declarações da peticionária e as declarações do SREC e conclui que o quadro dos professores na região está, na generalidade, estabilizado. Evidencia que efetivamente existem professores anualmente a aguardar vaga e que não ficam colocados, sendo também um facto de que existem professores que optando por não ficar na escola de colocação utilizam o método de mobilidade para ficarem mais próximos das suas casas com maior enfoque nas ilhas de maior dimensão. Relativamente à petição, e à visão catastrófica descrita na mesma, questiona o SREC relativamente à previsível saída de 28 professores daquela escola já no próximo ano letivo. Pediu um comentário ao SREC relativamente à instabilidade do corpo docente naquela escola anunciado pela peticionária onde foi referenciado o caso de um docente de Música que tinha um horário incompleto. Relativamente ao possível problema na gestão intermédia da escola, a deputada chamou à atenção de que esta situação também está associada ao conceito de participação democrática nas próprias escolas, da vontade de participação por parte dos professores, referenciando o caso da Escola dos Arrifes que não foi apresentada qualquer lista em 2016. Por fim questiona se o SREC tem ideia de na abertura de um concurso interno ou externo ter ficado alguma vaga por colocar? Terminando com alusão à prerrogativa da lei que é conferida ao professor efetivo de pedir afetação, havendo, neste âmbito, rotatividade e acrescentando outros direitos que são o de mobilidade, a comissão de serviço, a requisição, não sendo sua opinião de que a estabilidade possa ser associada está relacionada com a rotatividade sendo estes conceitos diferentes que têm origens diferenciadas.

Em resposta o SREC começa por dizer que nos Açores há quadros relativamente estabilizados, ou seja, mais no centro e menos nas periferias, e

mais estabilizados que no passado com tendência para aumentar. Referiu também que não confunde precariedade laboral com abundância de quadros no mercado de trabalho, julgando que o efeito de cascata é um efeito a ter em consideração. Relativamente à saída de 28 professores das Flores o que disse foi que não existem dados seguros que permitem fazer esse tipo de cálculos. Relativamente à questão da mobilidade que requer a substituição o SREC referiu que isso hoje em dia praticamente não existe e os casos existentes são solucionados com uma grande celeridade. Relativamente aos possíveis problemas que poderão surgir na gestão intermédia o SREC apontou o facto de que a Escola das Flores não tem, nesta altura, um Conselho Executivo eleito quando tem, reconhecidamente por todos, um corpo docente estabilizado. Relativamente à questão do preenchimento de vagas o SREC informa que nunca aconteceu, havendo somente dificuldades no grupo de Artes, sendo transversal ao país. Relativamente à mobilidade disse que dificilmente um professor colocado nas Flores, neste mesmo ano, pelo mecanismo de afetação saia das Flores já que concorre numa prioridade muito baixa e acrescenta que no último concurso em matéria de afetações, das 229 pessoas deslocadas 4 eram das Flores e do Corvo.

O deputado Bruno Belo, nesta intervenção, realça o reconhecimento do SREC de que existem mais do que uma realidade nos Açores, entende que a responsabilidade governativa do SREC não irá resolver o problema demográfico das Flores, afirmando que qualquer ação que um membro do Governo ou um departamento governamental tenha numa ilha como as Flores pode influenciar, e que neste contexto da Educação não deixa de ser importante. Relativamente ao já falado efeito em cascata, o deputado afirma compreender que esta situação possa estar a acontecer, o que poderá ser um assumir de que haverá um período de alguma instabilidade. Por fim, e fazendo referência do

SREC sobre a abertura do Governo para corrigir algo que deva ser corrigido, questiona se já existem medidas pensadas pelo Governo?

O deputado Paulo Estevão interveio para realçar com um exemplo do que poderá vir a acontecer e quais as consequências disso mesmo voltando a referir o facto de que neste momento o Regulamento já foi aprovado e que o tempo agora é de pensar nessas possíveis consequências mostrando a sua leitura sobre as mesmas. Sendo sua preocupação a instabilidade do quadro de funcionamento das escolas como modelo democrático. Neste sentido questionou o SREC sobre se este está disponível para alterar a legislação do regime de autonomia das escolas dos Açores se se vier a comprovar que há um aumento de mandatos que são interrompidos no âmbito dos diversos órgãos de escola?

A deputada Graça Silveira partindo do pressuposto de que não há problemas com a estabilidade dos quadros docentes e de que as prioridades introduzidas na forma como são ordenados os professores nos concursos não tem tanta influência questiona o SREC do porquê de manter as prioridades regionais que foram criadas para colmatar estas situações?

Em respostas o SREC, admite que existem várias realidades. Relativamente à rotatividade dos professores, refere que esta nunca terminará em absoluto o importante é que esta fique dentro de determinados parâmetros sendo sua opinião que a estabilidade é uma coisa boa, mas que a rigidez é uma coisa má. Relativamente às restantes questões refere estar em crer que a partir do próximo ano letivo não se vai abrir um período de instabilidade, admitindo alterações. Quanto a alterações legislativas o SREC informou que neste momento não há qualquer mecanismo pensado porque o Governo está convencido de que as coisas irão correr bem. Contudo, se as coisas não correm bem, quer aqui quer noutra matéria qualquer, quer este Governo quer outro Governo qualquer, tem a obrigação de pensar em soluções alternativas. Também acrescenta que num primeiro ano não crê que irá acontecer uma debandada através do mecanismo

da afetação. O SREC mostrou também estar convencido que se irá ter mais gente nos quadros, mesmo nas escolas mais pequenas. E também volta a realçar que o Governo estará disponível para alterar qualquer legislação desde que se justifique. Relativamente à questão da deputada Graça Silveira o SREC afirma não ser da opinião de que as prioridades regionais sejam perversas já que as mesmas contribuíram fortemente para conquistar a relativa estabilidade do corpo docente que temos hoje, informando que este mecanismo não é uma exclusividade dos Açores havendo outros países que recorrem a este mecanismo para alcançar a sua estabilidade.

A deputada Maria João Carreiro questionou o SREC sobre se as 4 deslocações por afetação com origem no Corvo e nas Flores eram de 4 docentes colocados, que concorreram ou 4 docentes que estão em condições de poderem concorrer? E se eram só 4 que poderiam concorrer? Ao que o SREC respondeu que foram 4 docentes que foram colocados pelo mecanismo de afetação e que não sabia se eram só 4 que podiam concorrer.

A deputada Sónia Nicolau quis focar os 4 professores num conjunto de 66 professores efetivos na Escola das Flores, dados estes que foram conhecidos aquando da audição da peticionária.

Outros pareceres:

Os pareceres solicitados e recebidos à data de aprovação deste relatório são anexos do mesmo.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e voto desfavorável do PPM, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 383 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento;
2. A presente petição tem como principal objetivo reivindicar a alteração da proposta de decreto legislativo regional do Regulamento do Concurso do Pessoal Docente da Região Autónoma dos Açores, apelando para que continue a vigorar a cláusula de permanência mínima de três anos.
3. O cenário que a petição traça é condicionado por uma série de fatores que não são possíveis de se garantir.
4. O membro do Governo com competência em matéria de Educação lembrou que o essencial sobre este assunto foi exposto e dirimido no passado dia 17 de março em Plenário da ALRAA aquando da aprovação, por unanimidade, da proposta de DLR apresentada pelo Governo.
5. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência em matéria de Educação.

Contatados a Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, os mesmos não se pronunciaram.

O Relator: João Paulo Ávila

O presente relatório foi aprovado maioria com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e com o voto desfavorável do PPM.

A Presidente: Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Petição pretendia impedir, participar no processo de decisão, aconselhar que não se realizasse alteração no regulamento do concurso do pessoal docente. Essa alteração foi, no entanto, efetuada por esta Casa.

Nesse sentido, alguns poderão dizer que a Petição acabou por não ter um efeito concreto. A minha opinião é que esse efeito de ser discutida, dos argumentos apresentados pelos peticionários, nomeadamente pela Dra. Rosa Maria Belo Maciel, foram atingidos, porque a maioria governamental, o Governo Regional e todos os partidos da oposição tiveram oportunidade de conhecer os argumentos que foram apresentados pela Sr. Professora Rosa Maciel.

A Sra. Professora Rosa Maciel e os restantes peticionários exerceram aqui uma atividade cívica, que tem que ser enaltecida, porque a Sr. Professora deslocou-se para ser ouvida na Comissão, a Ponta Delgada, pagando toda a despesa do seu bolso.

Isto é um ato de cidadania. Para quem não conhece o percurso profissional da senhora Dra. Rosa Maciel, é preciso ver que do ponto de vista do interesse concreto, em termos de carreira profissional, ela pertence ao quadro de escola das Flores há muito tempo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Nesse sentido, não tem nenhum interesse profissional. Tem um interesse cívico e tem também uma experiência concreta e a experiência

concreta resulta do facto de não só ser professora da escola, mas também de ter exercido durante muitos anos a função de Presidente do Conselho Executivo.

Por isso, conhece a realidade, conhece os mecanismos do concurso, e obviamente que conhece o comportamento dos docentes em relação àquela ilha de forma específica.

Eu penso que o contributo destes peticionários é importante, vai ficar registado este conjunto de argumentos, e dentro de pouco tempo vamos ter oportunidade de verificar como os argumentos que foram aduzidos são argumentos que merecem voltar a ser analisados no âmbito de uma possível alteração do regulamento do concurso de pessoal docente.

Infelizmente não foi possível convencer a maioria governamental e convencer o Governo que esta alteração que estavam a introduzir era bastante negativa para as ilhas mais pequenas, as ilhas periféricas, mas eu penso que acabará por ter um efeito muito positivo no futuro.

Quero só referenciar o seguinte e ontem tive oportunidade de apresentar esses argumentos:

Com esta alteração impedindo, retirando a obrigatoriedade de permanência por três anos, no mínimo, nas ilhas mais periféricas, uma legislação que tinha sido criada e que teve resultados muito positivos nas ilhas mais periféricas pelo próprio Governo Regional que agora alterou esta legislação, é importante dizer que os efeitos práticos, como aqui é referenciado, no âmbito da Petição, são bastante negativos para as ilhas mais periféricas.

Diz a Petição que o docente fica colocado no “quadro da EBS das Flores, aceita a colocação, opta por não exercer a docência nessa escola e pede afetação para a mais próxima da sua residência”.

Eu não tenho nenhuma dúvida, mas mesmo nenhuma dúvida, que é isto que irá acontecer.

Qual é o efeito? O efeito é que esse professor será substituído por professores contratados diferentes, todos os anos; o efeito é que criará muitas dificuldades a nível dos órgãos de escola, porque os mandatos dos órgãos de escola, na maior parte dos órgãos, e na maior parte das escolas, é de três anos. Portanto acabam por não completar o exercício dos cargos e cria uma instabilidade nos órgãos de escola, cria instabilidade do ponto de vista da docência, porque os professores serão diferentes, e as turmas terão professores diferentes todos os anos, mesmo no 1.º Ciclo.

Portanto, a continuidade e a estabilidade do ponto de vista pedagógico são muito importantes. Isso está estudado e sabe-se perfeitamente que tem efeitos muito benéficos no sistema educativo.

Aliás, as Flores acaba de obter resultados bastante significativos.

Toda essa experiência se irá perder e esse sentido positivo irá ser prejudicado.

Portanto, o Governo sabe. O Partido Socialista, apesar destes argumentos de gente que conhece o terreno, de gente que tem esta experiência, decidiu alterar o concurso do pessoal docente.

Cabe-me apenas dizer duas coisas: os peticionários têm razão, na minha perspetiva, e o futuro dar-lhes-á razão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Queremos congratular-nos com os peticionários e queremos de alguma salientar que não podemos promover a participação das pessoas quando o primeiro peticionário tem que pagar do seu bolso, a viagem, a estadia, a ida à Comissão para defender esta Petição.

Assim não se promove nem se fomenta uma participação cívica das populações que estão mais longe dos centros de decisão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD saúda naturalmente os subscritores desta Petição e saúda-os por duas ordens de razões:

Em primeiro lugar, pelo exercício de uma cidadania ativa que deve constituir um objetivo permanente do Parlamento, incentivar e estimular;

Em segundo lugar, pela importância e pertinência da temática.

O objeto que esta Petição traz a esta Assembleia é verdadeiramente importante e decisivo para o futuro de uma sociedade que se quer mais bem formada, culta e rica de valores e também para a própria Autonomia.

Os peticionários apelam a esta Assembleia que continue a vigorar a cláusula de permanência mínima de três anos, de modo a que nas escolas das ilhas de menor dimensão haja uma maior estabilidade do corpo docente.

Este debate pretendido pelos peticionários tem toda a pertinência e o PSD-Açores, atempadamente, apresentou neste Parlamento uma iniciativa legislativa que visa prevenir uma provável instabilidade do corpo docente nas escolas das ilhas de menor dimensão.

O PSD-Açores, responsabilmente, recomendou ao Governo Regional que aplique os mecanismos de incentivo à fixação de professores plasmados no Estatuto da Carreira Docente.

Para o PSD-Açores a fixação de professores faz-se implementando medidas que estimulem os professores a procurarem as escolas mais periféricas e não de forma coerciva.

Os bons resultados escolares não conjugam, por norma, com professores muito desmotivados e zangados.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso o seu colega já disse ontem, Sr. Deputado!

O Orador: A estabilidade do corpo docente é importante para garantir boas aprendizagens e esse é um fator fundamental para o sucesso da escola pública, também com impacto nos órgãos de gestão intermédia.

A escola para além no foco nos resultados académicos procura também a excelência na formação humana dos seus alunos. Os nossos alunos devem distinguir-se também pela sua formação cívica e isso só se consegue com permanência dos docentes motivados nas escolas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos convictos que é tão importante formar bons alunos como formar bons cidadãos e para que isso aconteça só a permanência dos professores permite a existência da continuidade pedagógica, promovendo a coerência nos métodos utilizados e ao mesmo tempo um conhecimento dos alunos que permite ao professor orientar o ensino otimizando, ao longo dos anos, a abordagem individual e coletiva na educação dos alunos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: As escolas precisam de equipas estáveis de professores que aprofundem o conhecimento conjunto sobre as comunidades educativas, as características dos alunos, sobre os processos de trabalho e soluções para os problemas concretos.

O PS procurou ao longo da análise desta Petição desmerecer as preocupações expressas pelos peticionários, fundamentando a sua posição no facto de o objeto dessa Petição constituir um problema transversal a todas as ilhas revelando um enorme desconhecimento da realidade.

O PS votou contra a iniciativa aqui apresentada ontem pelo PSD-Açores refugiando-se no argumento de que não é possível aplicar aquilo que está legislado. Na verdade, tanto o Governo Regional como o Partido Socialista não

querem admitir que poderá haver instabilidade do corpo docente nas escolas públicas da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para o Partido Socialista a não permanência de professores não é instabilidade.

Por outro lado, o Governo Regional reconheceu que a realidade não é igual em todas as ilhas e que a estabilidade acontecerá pela abundância de professores desempregados.

Nesta matéria, temos de avançar dando passos seguros na atenuação das assimetrias para que seja tão atrativo a um professor exercer a sua atividade em qualquer uma das nossas ilhas com a mesma motivação e que o centro da sua ação seja o benefício do aluno.

Disse.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem dito!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Petição que agora apreciamos intitulada “pela estabilidade do corpo docente: em defesa da qualidade do ensino na Escola Básica e Secundária das Flores”, é subscrita por 383 cidadãos e tem como primeiro subscritor a senhora Dra. Rosa Maria Belo Maciel, docente daquele estabelecimento de ensino.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda todos os peticionários que, recorrendo a um direito constitucionalmente consagrado e nos termos do

Estatuto Político-Administrativo da Região e do Regimento desta Assembleia, invocam um conjunto de razões para a manutenção da cláusula de permanência mínima de três anos, para as escolas das ilhas de menor dimensão, no regulamento do concurso de pessoal docente.

Na opinião dos peticionários a manutenção desta exceção asseguraria a estabilidade do corpo docente, evitaria a rotatividade sucessiva de docentes, e dessa forma garantiria a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso dos alunos.

Ora, todos nós sabemos que não é assim. Se o fosse, seria demasiado simples.

A permanência de professores pelo período de três anos nas nossas escolas constitui, sem dúvida, uma excelente medida num período em que se verificava alguma escassez de recursos humanos devidamente habilitados, com a respetiva profissionalização, nas áreas de ensino em que lecionam.

Porém, decorridos praticamente 17 anos da sua implementação constata-se que estamos perante uma realidade muito diferente. Em todas as áreas curriculares existem docentes devidamente habilitados, profissionalizados, muitos com pós-graduações, mestrados e até doutoramentos que enchem e preenchem as listas de candidatos dos diferentes concursos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A evidência de uma melhoria dos resultados nas avaliações externas, nomeadamente exames nacionais, resulta de inúmeros fatores e é circunstancial. Resulta muito mais da melhoria significativa da formação dos nossos docentes, das suas competências e habilitações, do que da suposta estabilidade.

Sabemos que para muitos dos docentes a permanência por três anos constituiu um enorme sacrifício, com custos pessoais e familiares, mas que na época a que se reportaram foram necessários. Uns ressentiram-se, outros assumiram a atitude de tentar superar aquele período que, terminado, abandonavam a escola

e novo ciclo de três anos se iniciativa com renovações de docentes, colocando assim em causa a suposta estabilidade.

Quanto à preocupação relativa à realização de trabalho programado por vários ciclos, à renovação dos diferentes órgãos da escola e abertura dos novos cursos, parece-nos excessiva e descontextualizada, tendo em conta a estrutura de funcionamento das nossas escolas, coordenadores de núcleo, coordenadores de departamento, coordenadores de diretores de turma, Conselho Pedagógico, Conselho Executivo, Assembleia de Escola e restantes membros da comunidade educativa.

Os docentes trabalham de forma organizada e coordenada com as várias estruturas existentes, logo, não existirá qualquer comprometimento a este nível.

Como se diz, venha quem vier, terá de trabalhar por respeito dos documentos estruturantes da escola, projeto curricular e projeto educativo da escola.

É ainda de realçar que a cláusula de permanência por três anos tem exatamente a mesma característica que terá a atribuição de meio valor por ano de permanência na mesma escola,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é assim!

O Orador: ... ou seja, fixar os professores e contribuir para a menor rotatividade dos docentes.

Mas mais!... Temos a certeza que, conforme foi aqui afirmado, que o processo merecerá o acompanhamento e a atenção por parte do Governo Regional e, se necessário, a introdução das devidas alterações.

Termino dizendo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, respeitando a opinião dos peticionários, não partilha da sua interpretação das consequências que o novo regulamento de concurso de pessoal docente da Região, aprovado por unanimidade nesta Assembleia no passado dia 17 de março, trará para a Escola Básica e Secundária das Flores, uma vez que assenta em pressupostos que não se verificam.

Disse.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP obviamente que felicita os peticionários na pessoa da sua primeira signatária, a Dra. Rosa Maciel, em primeiro lugar pela participação cívica, e obviamente que se associa à preocupação da comunidade escolar das Flores que, neste momento, teme pelo futuro dos seus jovens, que muito em breve vão estar nas suas escolas novamente dependentes da boa vontade de professores que vêm, vão, vêm, vão, e que comprometem, obviamente, a estabilidade pedagógica.

A este respeito não posso deixar de dizer que se aquilo que verdadeiramente nos motiva é servir melhor os açorianos e que para o fazer é necessário ouvir as pessoas, não pode voltar a acontecer o que aconteceu com esta senhora peticionária que teve que pagar uma passagem do seu bolso...

Deputado Manuel Pereira (PS): Porque quis! Podia ter assistido das Flores!

A Oradora: ... para ser ouvida na Comissão de Assuntos Sociais, para poder partilhar connosco a preocupação dos 383 peticionários quanto à estabilidade do corpo docente da Escola Secundária das Flores.

De resto, esta Petição é só a prova cabal de que existem efetivamente escolas com dificuldade em estabilizar o seu corpo docente e que retirar a prioridade por três anos no concurso de docentes, em todas as ilhas, é um erro e só vem acentuar as assimetrias já existentes.

Deputado Manuel Pereira (PS): É circunstancial!

A Oradora: Passo a ler as preocupações dos peticionários:

“A melhoria dos resultados em avaliações externas, nomeadamente em exames nacionais, fruto da estabilidade do corpo docente que permitiu a realização de um trabalho programado por vários ciclos, renovação dos diferentes órgãos da escola e a abertura de novos cursos, o que conduziu a melhores taxas de sucesso;

Todas estas conquistas serão comprometidas se for aprovado o novo Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores.”, que de resto, e infelizmente, lamenta-se que esta Petição não possa ter sido discutida antes da aprovação do regulamento.

Como todos nós nos lembramos, veio à pressa, no plenário de março, no plenário em que discutimos o Plano e o Orçamento, e em que teve que, numa sexta-feira, se discutir e aprovar este regulamento quando havia uma Petição onde havia muitas pessoas que tinham uma palavra a dizer sobre aquilo que nós estávamos aqui a aprovar.

Mais!... Nas palavras da própria peticionária, a permanência de professores nas escolas por um período mínimo de três anos é fundamental para assegurar a estabilidade pedagógica, porque os próprios ciclos são de três anos (ou seja, 7.º, 8.º e 9.º - 10.º, 11.º e 12.º)...

Deputado Manuel Pereira (PS): E o 1.º Ciclo?

A Oradora: ... e a permanência de professores na escola, por um período mínimo de três anos, permite que um professor comece com uma turma no início do ciclo e que leve aquela turma até ao fim.

Mais!... O facto de os professores concorrerem para uma escola por períodos de três anos, acabam por desenvolver um espírito de comprometimento com a própria comunidade educativa, participando nos órgãos de gestão da escola, que também e curiosamente têm mandatos de três anos.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, a experiência demonstra que os professores que concorrem por três anos para uma escola acabam por se envolver na comunidade local, contribuindo para o desenvolvimento social e económico da ilha, aumentando a probabilidade de fixarem residência nessa ilha e aí constituir família, contrariando, assim, a desertificação das ilhas mais pequenas, que é outro problema gravíssimo que medidas como estas não só não atenua como vêm agravar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(*) **Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Renata Correia Botelho, pediu a palavra para uma interpelação, que vou conceder, porque tem a ver com um esclarecimento que eu própria poderia fazer, mas penso que na qualidade de Presidente da Comissão deverá ser a Sra. Deputada a fazê-lo, para que se possa, na verdade, repor, no cerne da questão, aquilo que aconteceu relativamente à audição da primeira signatária desta Petição, e para que não fiquem dúvidas da disponibilidade da Assembleia nestas matérias.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer que o procedimento que se seguiu aqui com esta senhora peticionária, a Dra. Rosa Maciel, foi exatamente o mesmo que se segue com todos os peticionários que, exercendo o seu pleno direito de cidadania, fazem chegar a esta Casa uma petição.

Os peticionários são contactados, é-lhes proposta, digamos assim, uma data, mostram a sua disponibilidade, ou não, para serem ouvidos na data proposta. Portanto, isto é tudo feito pelos serviços desta Casa.

É facultado a cada peticionário a possibilidade de entrar, por videoconferência, a partir do seu local de origem, e depois, a partir daí, é uma decisão de cada um

deles se prefere deslocar-se preferencialmente ao sítio onde a Comissão vai ter lugar, ou se prefere fazer por videoconferência.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pagou do seu bolso!

A Oradora: Portanto, esta senhora peticionária pretendeu estar presente porque tinha materiais para apresentar, tinha um PowerPoint para apresentar, e veio naturalmente a expensas próprias.

Eu creio que se impunha este esclarecimento que, sinceramente não consigo entender que estranheza causa aos Srs. Deputados.

De qualquer forma também devo dizer que a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, por exemplo, o que me pareceu fazer...

Presidente: Sra. Deputada não pode...

A Oradora: Não, não!

Só dizer que foi exaltar, digamos assim, o facto de a senhora ter pretendido, ainda assim, estar presente...

Presidente: Sra. Deputada Renata Correia Botelho, eu penso que já está...

A Oradora: Pronto! Está esclarecido. Obrigada.

Presidente: Eu penso que já está esclarecido.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou absolutamente surpreendido com uma referência à minha intervenção. Eu exaltei a participação cívica...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: ... (a participação cívica!) da Sra. Professora.

Portanto, isto é algo que nós devemos fazer sempre, porque a nossa Democracia necessita da colaboração de todos...

Deputado Manuel Pereira (PS): Foi isso que foi dito!

O Orador: ... e da participação cívica de todos.

Portanto, da minha parte, reitero, exalto a participação cívica das pessoas, favorecendo e melhorando o nosso sistema democrático.

Deputado Miguel Costa (PS): Mas podia ter feito por videoconferência!

O Orador: É muito importante que se continue a fazer e que se faça até com mais intensidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, apenas dizer o seguinte:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, naturalmente, porque a questão que levantou foi reiterada por outros colegas deste Parlamento, é que foi necessário esclarecer, para que não restem dúvidas de que efetivamente o procedimento para a audição da senhora foi feito nos mesmos termos e nas mesmas circunstâncias.

Portanto, foi só nesse sentido que se entendeu que era importante esclarecer para não passar uma ideia de que a Assembleia obriga os peticionários a pagarem do seu bolso a deslocação às Comissões.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nunca, em nenhum momento, eu disse que a senhora foi obrigada a pagar do seu bolso. Aquilo que eu disse foi, tendo sido apenas disponibilizada a possibilidade de o fazer por videoconferência, e a senhora, que tinha uma apresentação PowerPoint achou que seria melhor esclarecido o assunto presencialmente, viajou, pagando do seu bolso, para estar presencialmente na Comissão, e não é igualdade de circunstância, porque estou aqui há muito tempo e já se deslocaram muitas vezes comissões inteiras para ir ouvir os peticionários à sua ilha de origem.

Portanto, aquilo que eu disse foi que a senhora para ter vindo pagou do seu bolso; aquilo que a Sra. Presidente da Comissão diz foi que lhe foi dada a possibilidade de ser ouvida por videoconferência.

Eu nunca neguei que isso acontecia.

Agora, por que é que à senhora não lhe foi disponibilizada a possibilidade de ser ouvida presencialmente, sendo a Assembleia a acarretar com esses custos? São duas coisas completamente diferentes.

Muito obrigada.

(*) **Presidente:** Sra. Deputada, mas também quero esclarecer que essa questão não foi colocada pela própria peticionária. Aliás, a marcação foi feita pelos serviços e não seria a primeira vez que, em outras circunstâncias, a Assembleia...

(Apartes inaudíveis)

(*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, eu estou a esclarecer. Portanto, agradeço que me ouçam.

A questão é que nós disponibilizámos aquilo que é normal fazer. Nenhuma outra questão foi levantada.

Portanto, é preciso que fique claro que não houve, por parte dos serviços da Assembleia, nenhum impedimento a que a reunião fosse feita noutras circunstâncias.

Eu entendi que seria importante esclarecer isso para que não existissem dúvidas sobre esta situação, nem se considerasse que era uma situação excecional para o caso em concreto.

Para continuar a intervenção, Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo obviamente por saudar os mais de 300 peticionários e peticionárias que se dirigiram a esta Casa na pessoa da Professora Rosa Maria Belo Maciel, cuja convicção cívica e defesa da causa em que acredita a levou a pagar do seu bolso a estadia e a viagem, mas congratulo-me também com a explicação dada, quer pela Sra. Presidente da Assembleia, quer pela Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, no sentido de deixar claro que não houve nenhum tipo de discriminação para com esta peticionária, o que seria um caso muito feio para esta Casa.

Não sendo o caso, obviamente que a professora Rosa Maciel suscitará em nós uma admiração suplementar, porque entendeu que a sua presença em Comissão seria mais frutífera, mais profícua e assumiu os custos dessa presença.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Era do interesse da Assembleia, ou não?

A Oradora: Relativamente ao conteúdo desta Petição, dizer também que o Bloco de Esquerda se associa inequivocamente às preocupações que são elencadas nos considerandos da Petição, nomeadamente a reivindicação da estabilidade do corpo docente no caso da Escola das Flores, bem como a defesa da qualidade do ensino na Escola Básica e Secundária das Flores e, eu diria mesmo, em qualquer escola da nossa Região.

Estamos de acordo nas reivindicações. Aquilo com que o Bloco de Esquerda discorda em absoluto, e isto também é Democracia, é na forma com que estes peticionários e peticionárias pretendem alcançar este desiderato, porque eles são muito claros (e ainda bem!) naquilo que dizem.

Para defenderem a estabilidade do corpo docente e a qualidade do ensino na Escola Básica e Secundária da Ilha das Flores, estes peticionários solicitam uma alteração à Proposta de Decreto Legislativo Regional do regulamento do Concurso do Pessoal Docente da Região Autónoma dos Açores, apelando para que “continue a vigorar a cláusula de permanência mínima de três anos, de modo a que nas escolas das ilhas de menor dimensão haja uma estabilidade

maior do corpo docente e um menor recurso a contratação, evitando uma situação de rotatividade sucessiva de um elevado número de docentes com prejuízo para a qualidade de ensino nessas ilhas”.

É aqui que nós estamos em absoluto desacordo. O Bloco de Esquerda sempre deixou muito claro, de há vários anos para cá, que não acredita, não defende que com três anos de obrigatoriedade de um docente ficar preso a uma escola contra...

(Apartes inaudíveis da Sra. Deputada Graça Silveira e do Sr. Deputado Paulo Estêvão)

A Oradora: Sra. Deputada, não houve ninguém que fizesse mais silêncio, enquanto a senhora falou, do que eu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está bem! Mas isto é um Parlamento, não é uma creche!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Mas parece uma creche, Sr. Deputado. Há “meninos” que se portam mal!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Posso continuar?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode!... Mas a senhora sabe que eu também vou continuar com os apartes!

Presidente: O Sr. Deputado só poderá continuar os apartes se eles forem efetivamente apartes. Se não forem apartes, tem que se manter calado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas são apartes, Sra. Presidente!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, faça favor de continuar.

A Oradora: Muito bem!

Estava eu a dizer, e repito, que o Bloco de Esquerda, há muitos anos, defende que ficar três anos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): De forma errada!

A Oradora: Sra. Presidente, eu não continuo a intervenção com mais nenhum aparte do Sr. Deputado, porque isto não é uma creche, é um Parlamento.

(Pausa)

O Bloco de Esquerda defende, há muitos anos, que não acredita...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): De forma errada!

(Neste momento a Sra. Deputada Zuraida Sores senta-se)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, faça o favor de continuar a sua intervenção.

A Oradora: Penso que a Sra. Presidente deve dizer primeiro ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que se porte como deve ser dentro de um Parlamento, porque isto não é uma creche!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós não vamos voltar a esta eterna questão. Penso que estão reunidas as condições para que a Sra. Deputada possa continuar a sua intervenção.

A Oradora: Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela quarta vez vou dizer, o Bloco de Esquerda há anos que afirma que não acredita, nem aceita que prender um ou uma docente a uma escola por três anos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso que está em causa!

A Oradora: ... com todas as consequências absolutamente nefastas na sua família, porque os docentes também têm filhos e filhas que andam nas escolas desta Região, não aceitamos esta cláusula.

Não a aceitámos na altura em que ela fazia parte do Estatuto da Carreira Docente, lutámos contra ela vivamente, como bem se lembrarão as Sras. e os Srs. Deputados, aliás, curiosamente, com alguns Grupos Parlamentares...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Lamentável!

A Oradora: ... que também fizeram o mesmo nessa altura, mas que agora estão a dizer exatamente o contrário,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

Deputado Manuel Pereira (PS): É uma cambalhota!

A Oradora: ... o que não deixa de ser de uma coerência cristalina, do ponto de vista da prática política. Portanto, não aceitamos.

Concordamos, felicitamos o Governo pela alteração a esta cláusula na última revisão do Estatuto. Achamos que fez bem. Reconheceu o seu erro.

E com toda a humildade democrática, deste lugar, eu gostaria de lembrar aos peticionários e peticionárias, que fizeram o favor de se dirigir a esta Casa num ato de cidadania exemplar, que à semelhança daquilo que o parecer do SDPA (Sindicato Democrático dos Professores dos Açores), dá ao conteúdo desta Petição, onde a determinada altura deste parecer diz o seguinte:

“O Sindicato defende a substituição de medidas que comportem um evidente carácter de obrigatoriedade, por condições que contemplem dimensões manifestamente do domínio do aliciamento e da atratividade, privilegiando-se a conjugação de diversas iniciativas e díspares esforços, congregando múltiplas áreas de Governação e não só a educação, e que deverá abranger, como já por diversas vezes o sindicato vem defendendo, no caso o SDPA, para que haja uma verdadeira fixação de docentes, a atribuição de incentivos, nomeadamente a concessão de suplementos remuneratórios, de apoio na deslocação e transportes

dos docentes e familiares, a comparticipação no arrendamento de habitação, ou a disponibilização de habitação para arrendamento a menores custos, ou ainda a atribuição de determinados montantes financeiros com vista a aquisição de habitação própria, permanente, por parte dos professores e educadores de infância que trabalham em algumas escolas da Região Autónoma dos Açores”; O Bloco de Esquerda subscreve integralmente esta proposta e não precisa, enfim, de grandes justificações, porque o artigo 90.º do atual Estatuto da Carreira Docente, do 90.º a 95.º, sob a epígrafe “incentivos à estabilidade”, estabilidade que nós ontem percebemos muito bem que existe de uma forma assegurada e inequívoca nesta Região – apesar de haver mais de 20% de docentes precários, mas existe estabilidade – contudo, existem cinco artigos no Estatuto da Carreira Docente que permanecem, disponibilizam diversas medidas para a fixação de professores, nomeadamente na Escola Básica e Secundária das Flores, e que entre esses benefícios está o subsídio de fixação, a bonificação de juros bancários, o acesso prioritário à formação e até a compensação de tempo de serviço.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Onde estão essas condições?

A Oradora: Portanto, Sras. e Srs. Peticionários da Ilha das Flores, com toda a razão que vos assiste na vossa preocupação de defender a vossa ilha e a qualidade de ensino dos vossos filhos e dos vossos estudantes, dizer-vos o seguinte:

O Estatuto da Carreira Docente, nos seus artigos 90.º a 95.º, responde às vossas preocupações, não prende ninguém, e é capaz de tornar os nossos professores felizes.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito mau!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Terminámos este ponto da Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto sete: **Projeto de Resolução n.º 7/XI – “Funcionamento do serviço de Suporte Imediato de Vida”**.

Este Projeto de Resolução foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da rede de emergência pré-hospitalar, o serviço de Suporte Imediato de Vida (SIV), implementado nesta Região Autónoma no ano de 2012, primeiro nas ilhas do Faial, S. Miguel e Terceira, e posteriormente também na ilha do Pico, assume um carácter nuclear, tendo sido publicamente apresentado como uma componente essencial da citada rede.

A rede de emergência pré-hospitalar é, efetivamente, um vetor fundamental no socorro às populações, conceito que volta a ser reforçado no Programa do XII Governo, o qual declara que a rede de emergência pré-hospitalar “tem permitido salvar inúmeras vidas”.

O serviço de Suporte Imediato de Vida registou no último ano vários períodos de inoperacionalidade, com destaque para a ilha do Faial, onde não só não foi cumprida a promessa feita em 2013 pelo então Secretário Regional da Saúde, de implementar o funcionamento 24 horas por dia, como foram frequentes os períodos de paragem, mesmo durante o período de 16 horas diárias em que deveria funcionar.

Na nossa perspetiva, o motivo para esta disfuncionalidade reside no procedimento adotado em 2012 pela Secretaria Regional da Saúde, que optou por contratar diretamente os técnicos para desempenharem as funções de motoristas da viatura SIV, na modalidade de “recibos verdes”.

A modalidade adotada tem ainda a característica adicional inadequada, de levar a que os profissionais possam realizar dezasseis horas de trabalho seguidas (8 horas no SIV e 8 horas na corporação de bombeiros), aspeto suscetível de

potenciar a degradação natural da qualidade do serviço, e de aumentar o risco para os profissionais envolvidos e para terceiros.

Uma valência tão sensível e importante como o SIV tem que funcionar com maior estabilidade, com regularidade e melhores condições laborais para o pessoal que a assegura, e as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, se forem envolvidas, podem com o seu conhecimento e experiência, dar um contributo valioso para o regular funcionamento do SIV.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou, a 12 de janeiro, nesta Assembleia, um Projeto de Resolução destinado a recomendar ao Governo Regional que:

1º. Adote medidas urgentes para a resolução do problema identificado, estabelecendo um diálogo imediato com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial, no sentido de garantir a **REGULARIDADE** e a estabilidade no funcionamento do serviço SIV na ilha do Faial.

2º. Em **DIÁLOGO** com as outras Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, seja **AVALIADA** a necessidade e a vantagem em aplicar um modelo que se adegue a todas as ilhas onde funciona o serviço SIV, procurando promover a uniformização do seu funcionamento na Região.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo:

Em primeiro lugar, permitam-me que faça aqui um preâmbulo para falar sobre o modelo que está implementado nos Açores ao nível da emergência, através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que abarca, por um lado, esta vertente que aqui está a ser debatida, da emergência médica pré-hospitalar, mas também inclui toda uma outra componente de proteção civil e de emergência ao nível das catástrofes.

Esse papel do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, ao nível desta rede, é um papel efetivamente de rede, porque estão incluídos na mesma um conjunto de parceiros que são fundamentais, nomeadamente as Associações de Bombeiros, outras entidades militares que compete aqui, a mim, nesta altura, relevar uma palavra de apreço e de reconhecimento pelo trabalho que tem vindo a ser efetuado ao longo desses anos na Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Dizer também que este sistema na componente da emergência médico-hospitalar, nomeadamente ao nível da organização que tem o chapéu do número de emergência 112, teve recentemente um reconhecimento europeu pela forma como está organizada, da sua centralidade numa realidade de nove ilhas e acho que era importante nesta fase fazer este reconhecimento.

Efetivamente o modelo de funcionamento das SIV's funciona, desde o ano 2012, e eu próprio reconheci, quando fui à Comissão para apreciação deste Projeto de Resolução, que efetivamente nós temos a necessidade de fazer a regulamentação.

Aliás, isso é um assunto que desde o início da nossa tomada de posse, e com a possibilidade de uma conversa com o anterior Secretário Regional da Saúde, foi um dos temas que na mudança de pastas foi amplamente debatido.

Efetivamente na Comissão tive a possibilidade de dizer aos Srs. Deputados que é nossa intenção, e estamos a trabalhar relativamente a este assunto, fazer a regulamentação deste serviço da SIV.

Como tal, concordamos com o teor desta resolução, porque efetivamente verificou-se uma situação, que é o ponto um desta resolução, relativamente a alguns períodos de não funcionamento da SIV aqui no Faial, onde o Governo Regional, desde o início, tem vindo a atuar e adotou-se uma medida extraordinária que, face à impossibilidade, em primeiro lugar, de recrutar, aqui na Ilha do Faial, tripulantes para este serviço, foram adotadas medidas extraordinárias, e, há que reconhecê-lo, são um conjunto de profissionais da Ilha do Pico que se deslocam todos os dias para a Ilha do Faial para prestar este socorro à população. É de salientar também essa disponibilidade dos bombeiros do Faial.

Mas temos, como é óbvio, e em vários fóruns, vindo a falar com todas as Associações, inclusive com a Associação de Bombeiros Voluntários do Faial, que ainda ontem fez 105 anos, bem como quer através da Federação de Bombeiros, quer individualmente com todas elas.

Este tema foi debate no Conselho Regional de Bombeiros que se realizou no mês de abril e tem vindo a ser tratado de uma forma próxima com todas as Associações através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Portanto, a nossa intenção é que efetivamente consigamos, a curto prazo, encontrar um consenso entre todas as Associações, sobre o modo de funcionamento deste serviço.

Como é notório nos pareceres que algumas das Associações de Bombeiros deram, e são aquelas onde o serviço se efetua, não há um consenso imediato entre todas, da forma como o serviço deverá funcionar, e a nossa intenção é

essa, é colocar em cima da mesa uma proposta de trabalho para que haja uma forma unânime de resolução desta questão.

Por enquanto era só isto.

Obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia** (*PS*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com algum prazer que o tema SIV, de facto, entra neste debate e através da minha voz, e isto porque, historicamente, eu fui um defensor de um serviço de emergência pré-hospitalar que complementasse a emergência hospitalar nesta resposta que é o Suporte Imediato de Vida para as situações em que, de facto, se ganham vidas intervindo precocemente.

A ideia de implementar na Região, em 2012, esta valência, em complementaridade à urgência hospitalar, teve na altura (e eu lembro-me muito bem) alguns detratores e alguns defensores, precisamente pela dificuldade, não pela sua necessidade, nem pela sua importância, operacional que se previa, atendendo à indisponibilidade de recursos técnicos para este tipo de missão.

Não interessava abrir só um serviço, interessava, de certo modo, que ele estivesse à altura da exigência de melhoria de resposta no pré-hospitalar.

Fruto de alguma sensibilidade para esta questão, que o anterior Secretário da Saúde tinha, até por formação, entrou (e vou dizer com muita sinceridade) nesta aventura de implementar nalgumas ilhas este modelo de resposta.

Nós sabíamos que, de facto, a sua importância estava diretamente relacionada com a casuística e sabíamos que nalgumas ilhas esta casuística é pequena, mas é importante. É uma vida, são vidas, e é importante!

O que acontece é que não haveria outra maneira senão entrarmos no modelo experimental. Era quase impensável entrar no modelo organizado sem se conhecer quais as possibilidades de resposta adequada.

Acontece que no Faial passaram-se quatro anos em que o serviço, supostamente, funcionou e de um momento para o outro começa a ter falhas de funcionamento.

As alegações foram múltiplas. Algumas delas são perfeitamente aceitáveis e é por isso que eu estou em alinhamento com a preocupação do PSD quando faz esta proposta de resolução num alerta: o que é que se passa? Como é que se resolve?

E o que nós verificamos é que se passa uma questão que entrou numa base de reivindicação salarial e automaticamente desencadearam-se mecanismos de resolução deste conflito que fez com que alguém alegando um valor ora baixo, ou horas a mais, ou desconhecimento de A ou B, se indisponibilizou para fazer este serviço.

Então, neste sentido, e nos pressupostos invocados para a apresentação deste Projeto de Resolução, continuo a dizer que o Grupo Parlamentar identifica-se com a importância da existência e operacionalidade da SIV no Faial, mas constata que a restante argumentação que foi aqui utilizada para justificar, não espelha a verdade dos acontecimentos, nem a preocupação do Governo em resolver as anomalias referidas.

O Sr. Secretário da Saúde deu já aqui o seu testemunho de um grande empenhamento e de uma vontade de resolução desta questão, o que é de louvar, mesmo implicando supostamente negociações longas e difíceis, digo eu, e, portanto, o que nós constatamos é que as suas alterações de funcionamento foram exclusivamente relacionadas com falta de elementos disponíveis localmente e foi novamente aqui dito que inclusivamente há um recurso a

elementos de outra ilha, porque houve recusa dos tripulantes de viatura da SIV em preencherem as escalas, alegadamente por discordância do valor horário.

Verificamos da análise deste processo que não ficou por cumprir a tal promessa por parte do Governo. A promessa mantém-se e agora foi dito que a promessa mantém-se. Agora não se pode é fazer omeletes sem ovos. Portanto, o que faltava aqui era pessoal diferenciado, credibilizado para se fazer um serviço de qualidade e adequado.

Portanto, este impedimento, o pressuposto da falta de pessoal disponível localmente, impediu, como disse, que houvesse disponibilidade de horário para este serviço.

Também não ficou provado que houvesse algum incidente ou algum problema grave nesta operação. Felizmente, não ficou provado que isto existisse.

Provavelmente, como disse, dada a baixa casuística da necessidade de chamadas, o que não deixa de, na mesma, impor um serviço destes nesta ilha.

Então, constatada toda essa disponibilidade da Secretaria Regional da Saúde, através da intervenção do Sr. Secretário, para moderar este conflito e encontrar as respostas adequadas ao cumprimento desta missão, que é também humanitária, que é preciso não esquecer aqui, porque ela primeiro foi voluntariosa, humanitária, de grande disponibilidade e daqui também é de louvar esse reconhecimento público pelo esforço que essas pessoas fizeram em sobrecarga de horário para manterem este serviço (foi uma mais-valia), o que se apela aqui, de facto, é ao bom-senso, é ao espírito de missão, dos intervenientes na implementação faseada deste modelo até todas as condições técnicas e humanas serem as adequadas.

Portanto, a regulamentação que se seguirá e que é consensual, como proposta de homogeneização do funcionamento deste serviço em toda a Região Autónoma dos Açores, porque ele tem de ser homogéneo, ele tem que ter uma

marca idêntica em toda a Região Autónoma dos Açores, parece-nos o pressuposto adequado para aprovar este Projeto de Resolução.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo a minha intervenção (não o fiz antes para não interromper os trabalhos parlamentares) por reafirmar a importância de os trabalhos parlamentares decorrerem em liberdade.

A criação dos apertes parlamentares é algo que está ligado a todos os regimes parlamentares democráticos,...

Presidente: Sr. Deputado, tem que se cingir à matéria em causa.

O Orador: Eu estou a fazer uma breve referência, Sra. Presidente...

Presidente: Mas, Sr. Deputado, não é sobre isso que estamos a falar. Lamento, mas tem que se cingir...

O Orador: Peço-lhe para fazer uma breve referência. Não fiz há pouco uma interpelação, no âmbito daquilo que sucedeu, mas eu só quero referir três frases, dizendo o seguinte:

Um aparte é um direito regimental, existe em todos os sistemas parlamentares do mundo...

Presidente: Sr. Deputado, ninguém o impediu de fazer apertes.

O Orador: ... e fundamentalmente só foram impedidas as discordâncias no Estado Novo, durante o Salazarismo.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Termina por aqui.

(*) **Presidente:** O Sr. Deputado vai permitir-me também que o interrompa para dizer o seguinte:

Ninguém o impediu de fazer apartes.

Naturalmente que as chamadas de atenção da Mesa têm que ser feitas quando elas são necessárias.

Portanto, da mesma forma que lhe permiti que pudesse explicar esta sua situação em relação aos apartes, também deve convir que naturalmente quem está a gerir os trabalhos da Mesa sou eu.

Portanto, tenho que chamar a atenção quando acho que o devo fazer.

Agora para falar do Projeto de Resolução tem a palavra.

O Orador: Sra. Presidente, para lhe dizer o seguinte:

Eu não me referi a V. Exa.. Referi-me apenas à natureza dos apartes no sentido de dizer que não me deixo condicionar e que vou continuar a realizar, no direito democrático e regimental, apartes. Só não se realizam apartes nos parlamentos que não são democráticos e em que funcionam as ditaduras.

Presidente: Sr. Deputado, em liberdade, nós temos que respeitar para sermos respeitados.

O Orador: Dizer, da minha parte, que em relação ao funcionamento do serviço de Suporte Imediato de Vida, que todas as questões que aqui foram referenciadas e que fundamentam a apresentação deste Projeto de Resolução, são questões que, de facto, existiram, são questões que estavam a colocar em causa o funcionamento eficaz do serviço e que, da minha parte, ouvi da parte do Governo a predisposição para realizar este diálogo, a predisposição no sentido de reconhecer que este serviço é algo em que existe evidentemente uma preocupação de melhorar o serviço que é prestado às populações e a eficácia do mesmo.

Nesse sentido, eu quero juntar o voto favorável da Representação Parlamentar do PPM a esta iniciativa, elogiando a iniciativa, mas também fazendo questão, em liberdade, em Democracia, de dizer ao Sr. Secretário que teve uma atitude, da minha parte, bastante coerente e bastante correta em relação a esta matéria.

Portanto, tenho a certeza absoluta que nesta matéria vamos conhecer um avanço significativo, uma vez que existe disposição política da parte do Governo Regional, e como já vimos da parte da generalidade dos grupos e representações parlamentares.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado João Corvelo tem agora a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afirmar que as viaturas de Suporte Imediato de Vida (SIV) são fundamentais para salvar vidas humanas é apenas a constatação de um facto que ninguém certamente ousará desmentir.

No nosso caso, nos Açores e sobretudo nas ilhas nas quais não existem hospitais, estas viaturas SIV devidamente equipadas e com tripulações especificamente habilitadas e motivadas assumem ainda um papel mais relevante. Além da imediata e adequada assistência e transporte até ao Centro de Saúde, o diagnóstico é seguido dos procedimentos médicos ou da terapêutica necessária, sendo frequente em muitos casos que seja despendido um tempo suplementar mais ou menos longo de acionamento de uma evacuação médica para um dos hospitais da Região, seja no Faial, na Terceira ou em S. Miguel.

Tudo isto provoca que nestes casos o tempo decorrido entre a ocorrência e a admissão nos Hospitais de referência, seja considerável, sendo certo que nestes casos a diferença entre viver ou morrer seja determinada pela rapidez, eficiência e competência do socorro imediato que através das viaturas SIV é prestado no local.

Julgamos ser claro para todos e que ninguém duvida que este serviço deve ter uma capacidade de resposta muito rápida, permitindo estabilizar os doentes ou acidentados imediatamente, facto este que pode ser e é da mais vital importância.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que se passa é que não basta a existência das viaturas e equipamentos para que o Suporte Imediato de Vida funcione e seja eficaz. São fundamentais e imprescindíveis os meios humanos adequados sem os quais, mesmo os mais evoluídos meios técnicos, de nada servem.

Já no passado dia 27 de janeiro do corrente ano através de requerimento apresentado pelo PCP, fizemos o alerta e questionamos o Governo sobre as lacunas e dificuldades existentes no funcionamento deste importante serviço, nomeadamente nas ilhas do Faial e do Pico. Isto ao mesmo tempo em que afirmávamos a necessidade de resolução dos recursos humanos disponíveis para solucionar o problema.

Na resposta que o Governo, através do Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, nos remeteu pudemos verificar que o Governo conhecia o problema e reconhecia de facto a existência de dificuldades de funcionamento das viaturas SIV nas ilhas do Faial e Pico, nomeadamente do seu funcionamento em 24 horas, apontando os esforços que o Serviço Regional de Proteção Civil estava a desempenhar junto das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários como solução para que essas dificuldades fossem solucionadas.

O problema é que passado todo este tempo não vislumbramos qualquer solução e ainda temos a acrescentar as dificuldades que também já existem na ilha das Flores.

A este respeito e sobre a carência de bombeiros disponíveis para a prestação deste serviço, não podemos deixar de citar o parecer a este propósito emitido pelo Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, sindicato aliás bastante representativo dos Bombeiros da nossa Região e que é muito explícito ao afirmar que o problema não é a necessidade de bombeiros especializados na

prestação deste serviço, mas sim as condições laborais e o valor irrisório que lhes é pago pela prestação de mais este serviço.

Diz o referido parecer e passo a citar:

“O motivo para a disfuncionalidade e o desinteresse destes profissionais incide concretamente sobre as condições de trabalho e o retorno financeiro que advém desta função, (...) pois os mesmos auferem das suas entidades patronais Associações Humanitárias rendimentos extremamente baixos, muito próximos do salário mínimo, e assim ainda têm de se expor a um serviço prestado a uma entidade externa (o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores), auferindo um valor ainda inferior ao seu pela sua entidade patronal.”

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esforçar-se e dialogar com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da nossa Região, é de facto fundamental e diria mesmo, uma necessidade incontornável, só que não basta.

Sendo certo que é necessário remunerar devidamente quem presta tão relevante serviço, também é verdade que se torna necessário garantir os meios financeiros para tal.

Como disse o senhor Presidente da Federação de Bombeiros dos Açores e com o qual estamos de acordo, esse é um peso que não deve ser suportado pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Termino perguntando: passado um trimestre desde que levantámos estas questões, qual foi o resultado do diálogo e dos esforços junto das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários?

Passado um trimestre de diálogo e de esforços, já foi acordada com o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais ou com outra entidade uma valorização salarial pela prestação deste serviço SIV por parte dos bombeiros açorianos?

Passado um trimestre desde que estas questões foram levantadas, mais quantos trimestres terão os açorianos de aguardar até que estes problemas sejam

resolvidos e nenhuma vida humana se perca por falta ou inadequada assistência imediata por parte do serviço de Suporte Imediato de Vida?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17H40.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Presidente: Vamos continuar o debate deste ponto da nossa Agenda.

Eram 17 horas e 50 minutos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, deixe-me dizer-lhe bem-vindo! Seja muito bem-vindo ao funcionamento do serviço de Suporte Imediato de Vida e à sua decisão de pôr ordem, digamos assim, e alguma decência também, e algum respeito pelos trabalhadores, pelos profissionais de quem estamos a falar,

porque na realidade é coisa que tem faltado, e se falamos nesta Ilha do Faial em concreto, mais do que em qualquer outra.

Há um ano atrás, em abril de 2016, o Bloco de Esquerda denunciou nesta ilha uma situação relacionada exatamente com o funcionamento das SIV's, em que o serviço de Suporte Imediato de Vida do Faial não funciona entre a meia-noite e as 08H30 e recorre a bombeiros de outras ilhas a quem é pago, a recibos verdes, um valor superior àquele que foi oferecido aos bombeiros do Faial e ao qual acresciam os custos de deslocação, alimentação e estadia.

Aos bombeiros do Faial o Governo Regional propôs então pagar 3,78 euros por hora, para prestarem o serviço SIV e perante a recusa, por considerarem o valor demasiado baixo, a tutela contratou bombeiros de outras ilhas a quem está a pagar 5 euros por hora pelo mesmo serviço. Aliás, não admira, porque nesta Casa aquando da discussão do Orçamento da Região para 2016, o Sr. Secretário Regional de então, ele próprio, reconheceu, e cito, “que 3 euros e meio por hora, é um valor demasiado baixo”.

Mesmo assim, o Partido Socialista votou contra um aumento de verbas, proposta que fizemos para esse orçamento, no sentido de que estes míseros 3 euros e meio por hora pudessem ser aumentados.

Portanto, para manter uma posição de força, o Governo Regional acabou por gastar mais dinheiro do aquele que seria necessário, caso respondesse afirmativamente às pretensões dos bombeiros do Faial.

Não compreendíamos na altura, e continuamos a não compreender, como é que é possível que fazendo os bombeiros parte do Serviço Regional de Proteção Civil, o Governo não dialogasse (pelos vistos agora dialoga; iniciou esse diálogo) com esta corporação, que estava e está aberta a cooperar para encontrar uma solução e propostas que coloquem o serviço SIV a funcionar, de facto, 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Na altura, chegámos mesmo a alertar para o facto do Sr. Secretário Regional da Saúde, aquele ou outro qualquer, inclusive o senhor, não estar na posse do poder de decidir a que horas e quando, no caso concreto do Faial, é que as pessoas adoecem, e a que horas e quando é que têm ou não têm resposta às suas necessidades imediatas.

Portanto, para concluir: obviamente que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente o Projeto de Resolução do PSD com as medidas óbvias, razoáveis, mais do que urgentes, mais do que esperadas, que propõe, e também, obviamente registamos uma mudança de atitude e um reconhecimento da existência de um problema que urge resolver por parte do Governo Regional, nomeadamente por parte do Sr. Secretário Regional da Saúde.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere ao serviço SIV, na sua conceção, era, se bem me lembro, para implementar em todas as ilhas. Neste momento funciona apenas em quatro ilhas.

Era suposto funcionar 24 horas. Temos ilhas, por exemplo, como no Faial, onde só funciona 16 horas.

Mais!... Os tripulantes que estão a fazer estas 16 horas acabam por estar a fazer turnos de 16 horas: 8 horas ao serviço SIV e depois mais 8 horas nas Associações de Bombeiros a que pertencem.

Deputado Manuel Pereira (PS): Vinte e quatro!

A Oradora: Obviamente que isto põe em causa a qualidade do serviço prestado e aumenta imenso os riscos de acidentes.

O Sr. Deputado Faria e Maia diz que este risco não é real,...

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Não disse isso! Não disse que não era real!

A Oradora: ... porque o serviço tem uma baixa casuística. Então eu pergunto, Sr. Deputado, quanto é que custa este serviço à Região e se é que justifica esta baixa casuística.

Mais!... A contratação destes tripulantes foi feita completamente à revelia das Associações e agora chegámos a uma situação em que o funcionamento do serviço SIV está à mercê da vontade ou da disponibilidade destes tripulantes por questões, no caso, por exemplo, do Faial, salariais.

Eu pergunto-lhe: qual é a solução para esta situação, Sr. Secretário?

Mais!... A implementação deste serviço na Região está em fase experimental há quatro anos.

Portanto, penso que é tempo suficiente para sabermos qual é o modelo que vamos implementar.

Por isso pergunto-lhe, Sr. Secretário, quando a tal proposta de trabalho, que se comprometeu apresentar aqui nesta Casa?

E já agora, também, para quando a regulamentação deste serviço?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há questões aqui que eu penso que têm que ficar decididamente claras e transparentes.

Eu não disse que não havia risco real. Eu disse que, casuisticamente, haveria menor probabilidade de mais incidências, mas salvaguardei que para nós todas

as vidas são importantes, todas as situações que beneficiarem do serviço SIV são importantes e era louvável toda a intenção e toda a operacionalidade que foi tentada pôr na implementação deste serviço.

Que modelo a adotar?

O modelo já existe!... Não há modelo novo!... O modelo já existe!

O que havia aqui eram dificuldades de implementação e por isso o faseamento, e por isso supostamente a fase chamada de teste ou de tentativa de implementação.

Eu acho que não há nada de surreal nisto.

Havia dificuldades técnicas. Há uma intenção declarada de fazer um serviço inovador, de alta qualidade, diferenciado, que salva vidas, mas havia uma coisa que se chama falta de técnicos disponíveis para o implementar e houve uma grande vontade que, como lhe disse e como técnico na altura e como médico até critiquei, porque achava que era difícil de o implementar naquelas condições.

Neste momento toda a gente acha que, de facto, é uma mais-valia.

Portanto, o que tem que haver aqui é bom senso, capacidade de diálogo, implementação das medidas mais corretas, alocação dos recursos disponíveis, e irmos em frente.

Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, independentemente de ter dito que era uma maior ou uma menor probabilidade, disse que havia uma baixa casuística.

A pergunta que lhe coloco mantém-se: se é uma baixa casuística, quanto é que custa o serviço SIV à Região que justifique essa baixa casuística?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria entrar em diálogo, mas vou pôr-lhe uma questão: uma chamada noturna por mês é para si alta ou baixa casuística? 0,8 chamadas por turno, é para si alta ou baixa casuística?

Para mim é baixa, o que não quer dizer que não deva existir o serviço.

É preciso termos muita seriedade naquilo que estamos a dizer.

A casuística é baixa. Felizmente que é baixa e é baixa por várias questões, uma delas é porque a população é uma população baixa também, tem pouca gente e, estatisticamente, está provado que é assim mesmo.

O serviço vai existir e não houve aqui ninguém que dissesse que o serviço não ia existir. Tem é que haver o bom senso de o implementar.

Obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem querer eternizar esta discussão, o Sr. Deputado diz que os valores são baixos, na sua opinião e eu concordo.

Pergunto-lhe (é sério e tão sério como a sua intervenção colocar esta questão): quanto é que custa o serviço SIV à Região que justifique ou não essa baixa casuística?

É de uma enorme seriedade e uma pergunta de uma enorme clareza.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria, em primeiro lugar, de registar e enaltecer a postura do Sr. Secretário Regional, quer em sede de Comissão Parlamentar, quer hoje neste plenário, que dignifica efetivamente este Parlamento.

Em segundo lugar, gostaria de reforçar que, para nós e pelo que parece também para esta Assembleia de uma forma geral, o ponto fundamental em discussão é o modelo adotado e registo também os esclarecimentos já prestados pelo Sr. Secretário de que o modelo será objeto de uma regulamentação logo que possível e, por isso, faço aqui um apelo ao Governo, na pessoa do Sr. Secretário, para concluir a regulamentação do serviço SIV com a maior brevidade.

Por último, gostaria de transmitir que me parece, procurando talvez consensualizar as posições dos vários grupos e representações parlamentares, que este Projeto de Resolução reúne condições para merecer e para poder ser alvo de uma aprovação generalizada nesta Assembleia, numa demonstração também de que a Assembleia Regional pode e deve fiscalizar a ação do Governo e contribuir também, por essa via, para a resolução de problemas e, no caso concreto, para a melhoria do funcionamento do serviço de Suporte Imediato de Vida nos Açores.

Obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer dois ou três comentários relativamente às questões que me foram entretanto colocadas e para dizer que, tal como decorre dos próprios pareceres das Associações de Bombeiros, esta não será uma situação, para já, unânime na forma como se deve resolver, até porque se nós verificarmos como ele funciona em cada uma das ilhas em termos quer da sua orografia, das distâncias que se verificam, quer entre as Associações, os hospitais e os centros de saúde, não é fácil arranjar uma solução que seja comum, mas para isso vamos trabalhar.

Nós já temos uma proposta. Ela tem vários cenários para obviar a situação que ocorre agora, que, na prática, tem a ver com o facto de nós trabalharmos numa plataforma que assenta numa contratação em prestação de serviços a recibos verdes e é isso que nós queremos alterar.

A situação passará por qual?

O Serviço Regional de Proteção Civil poder contratar diretamente esses trabalhadores, passar esse ónus para as associações, haver aqui uma solução mista. É nisso que estamos a trabalhar, é isso que vamos colocar junto das Associações.

O valor que está aqui em causa, só para também esclarecer, que já está em execução há cerca de um ano, tal como eu tive oportunidade de dizer na Comissão, é equivalente àquele que o INEM paga para o mesmo tipo de trabalhadores. São 4,61 cêntimos à hora.

Este valor de 4,61, se nós fizermos a conta relativamente ao que é que corresponde em termos de um vencimento, é um vencimento de cerca de 737,60 euros, que na prática até é superior a muitos desses tripulantes que atualmente fazem o serviço SIV.

É óbvio que estamos a falar de uma situação entre um contrato e uma prestação de serviços a recibo verde, mas o valor em si não é um valor que dista daquilo

que eles próprios são remunerados no seu serviço normal em termos das Associações para a qual trabalham.

O valor em si não é um valor que dista daquilo que eles próprios são remunerados no seu serviço normal em termos das Associações para a qual trabalham.

Por outro lado, nós temos efetivamente uma casuística baixa em algumas das situações, alguns dos turnos, algumas das ilhas, mas não é isso que invalida que efetivamente queiramos implementar o sistema.

Agora o sistema pode ser diferente na perspetiva de funcionar em determinados turnos, na modalidade que temos agora, que é uma viatura SIV com um tripulante e um enfermeiro que apenas ocorre ao local onde existe o problema, não faz o transporte do doente e poderemos ter uma outra alternativa.

Para já temos agora a garantia, e isso é preciso que também fique claro, que 24 horas por dia, em todas as ilhas dos Açores, as pessoas quando têm um problema são socorridas. Naquelas que têm SIV e onde funciona o turno, são pela SIV; onde não existe, é através dos próprios tripulantes nas ambulâncias que fazem o socorro.

Portanto, não tivemos ainda nenhuma situação onde as pessoas deixassem de ser atendidas, mesmo aqui no Faial, mesmo aqui no Pico, fora dos horários, entre a meia-noite e as oito da manhã.

Portanto, em todo o lado funciona um serviço de emergência, porque este é assegurado, e muito bem, pelas Associações de Bombeiros.

Portanto, poderemos ter aqui uma alternativa de, em determinados turnos e em determinadas ilhas, passar a haver um serviço onde nas ambulâncias de socorro, no lugar de ter um tripulante e um bombeiro, passamos a ter um tripulante e uma enfermeira com a adequada formação para socorrer.

É isso que está em cima da mesa, é isso que já foi falado com as Associações e é isso que já foi transmitido à Federação.

Eles próprios, nos pareceres, já denotam alguma dessa informação que nós temos vindo a trocar e, como tal, o sistema SIV foi, como qualquer projeto o deve ser, concebido, foi implementado e agora estamos na altura da avaliação.

É isso que estamos a fazer, a avaliar com aqueles que são os parceiros no terreno desta realidade que são as Associações Humanitárias de Bombeiros.

Portanto, para quando?

Nós já temos uma proposta de regulamentação. Vamos iniciar formalmente a negociação com as Associações e ter em atenção aquilo que eles próprios escreveram.

Recordo que há aqui um parecer que diz, e muito bem, que tem que haver aqui um período transitório, porque se há situações onde não há tripulantes suficientes para este serviço, há que haver formação e essa formação não se faz de um dia para o outro, nem todas as Associações têm voluntários suficientes.

Eu tenho vindo a fazer, em vários *fora* este apelo ao voluntariado, porque é necessário que efetivamente nós tenhamos vários bombeiros e pensarmos uma estratégia para o futuro e uma delas, deixem-me apenas referir, porque tem a ver com esta temática:

Ainda ontem alegrou ver um conjunto de 40 a 50 infantes e cadetes, jovens, que estão a aderir a este nobre ato de voluntariado que é ser bombeiro.

Como tal, o nosso compromisso é termos uma proposta: vamos negociar com as Associações de Bombeiros e, como tal pensamos, o mais breve quanto possível, sem prometer datas, porque isto decorre de um trabalho normal de negociação e de verificar qual é o melhor modelo para se aplicar em todas as ilhas.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então dar continuidade à nossa Agenda.

O ponto oito, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, vai ser discutido amanhã.

Sendo assim, passamos para o ponto nove: **Relatório sobre o pedido de levantamento de imunidade parlamentar da Sra. Deputada Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira.**

O relatório já foi distribuído por todos. Pergunto se há alguma inscrição?

(Pausa)

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora ao ponto dez da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 29/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da**

Região Autónoma dos Açores sobre o encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos, na Região”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência dispõe de 10 minutos o requerente, sendo que, querendo, cada uma das restantes bancadas parlamentares também pode intervir pelo mesmo período de 10 minutos, uma única vez.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência da nossa iniciativa justifica-se pelo encerramento já de dois balcões na Região Autónoma dos Açores da Caixa Geral de Depósitos.

Além do encerramento destes balcões, também pela eminência de um plano de médio prazo que poderá vir a resultar no encerramento de mais balcões por todo o país, incluindo a Região Autónoma dos Açores, por imposição do Banco Central Europeu.

Assim, convém atuar o quanto antes e demonstrar a nossa indignação e repúdio sobre este tipo de gestão.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado eu volto a dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes para apresentar a iniciativa.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito do processo de recapitalização e reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, foi tornado público que a atual Administração da Caixa Geral de Depósitos está a encerrar, no imediato, vários balcões em Portugal, entre os quais, dois na Região.

O plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, prevê, no imediato, o encerramento de 61 balcões, sendo previsível um maior número até 2020.

Considerando que a Caixa Geral de Depósitos, como banco público que é, devendo por isso prestar serviço público, pelo que é premente garantir a sua presença em todo o território, de modo a garantir o acesso a serviços bancários básicos e essenciais para a população.

Considerando que as razões elencadas para estes encerramentos apontam para uma lógica empresarial de redução de custos.

Considerando o risco, de futuramente, a lógica empresarial determinar o encerramento de mais agências da Caixa Geral de Depósitos, nos Açores.

Considerando a recapitalização a que foi sujeita a Caixa Geral de Depósitos com o dinheiro de todos os contribuintes, nos moldes impostos pela UE.

Considerando que o encerramento da agência da Fajã de Cima – concelho de Ponta Delgada – ocorreu antecipadamente à data prevista e sob forte contestação popular, que suscitou a entrega, no referido balcão, de um documento assinado por mais de 500 pessoas.

Considerando que o encerramento de agências condiciona o acesso aos serviços do banco público, quer ainda pela situação de infoexclusão que afeta, ainda, uma parte significativa da população, colocando em causa o serviço público prestado pela Caixa Geral de Depósitos.

Considerando que o encerramento de balcões do banco público, para além de reduzir a sua presença no território e o acesso por parte da população aos serviços públicos bancários, agrava o tempo de espera nos restantes balcões, prejudicando a qualidade do serviço no atendimento, sendo um fator que contribui para o despovoamento de zonas rurais, uma vez que deixa de existir a proximidade de serviço público.

Considerando que ao dificultar-se o acesso a serviços públicos bancários, a Caixa Geral de Depósitos está a deixar um espaço que pode ser ocupado por outros bancos, podendo fazer com que muitos clientes e depositantes mudem de banco, em prejuízo do banco público.

Assim, nos termos das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se:

Pela pressão política do Governo Regional junto à Administração da Caixa Geral de Depósitos e Governo da República para evitar, no futuro, o encerramento de balcões nos Açores e reverter o encerramento do balcão da Fajã de Cima.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu tenho uma questão para colocar ao Grupo Parlamentar que está a apresentar esta proposta. A pergunta é a seguinte:

Se o Governo da República e a Caixa Geral de Depósitos mantiverem esta pretensão, a pergunta que lhe faço é se o Bloco de Esquerda continua disponível

para continuar a apoiar o Governo da República e a sustentá-lo do ponto de vista parlamentar?

É porque uma ótima pressão política é, de facto, tentar saber se o Bloco de Esquerda está disponível para pressionar efetivamente, e pressionar efetivamente é deixar de apoiar o Governo do Partido Socialista que é minoritário, como se sabe (portanto, é a segunda força parlamentar, não é a primeira), e que só se sustenta na Assembleia da República porque tem o apoio do PCP e do Bloco de Esquerda? Esta é a pergunta que lhe quero fazer.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é que o torce, Sr. Deputado, mas vai ficar torcidinho até ao fim!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começamos por questionar a postura da Caixa Geral de Depósitos, em geral, face a um processo de recapitalização através do qual o Estado, para que a instituição se mantivesse na esfera pública, teve que injetar recursos elevadíssimos.

Se o Estado Português quer ter um banco público não pode observar as regras da concorrência, mas se é para funcionar exclusivamente numa lógica de banco privado, então coloca-se o Governo em pura contradição.

E apesar do Sr. Primeiro-Ministro ter defendido que o plano de reestruturação da Caixa Geral prevê a presença do banco público em todo o país, ou ainda o Sr. Ministro das Finanças ter declarado estar completamente seguro que todos os portugueses terão acesso a serviços bancários da Caixa Geral de Depósitos, mesmo depois da reestruturação da rede de agências, o Presidente da Caixa Geral contrariou essas posições quando veio dizer que, por causa do plano de

reestruturação, não há nenhuma razão para que a Caixa Geral tenha balcões em partes do território nacional aonde outros bancos não têm.

Questionamos se o facto de a Caixa Geral de Depósitos ser pública não pressupõe a existência de responsabilidades ao nível de serviço público?

Já nos vamos habituando, mas não nos conformamos, com a incapacidade do Governo Regional junto do Governo da República, apesar de inúmeras promessas mútuas,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... de defender eficazmente os interesses dos Açores. Para cada intenção surgem adiamentos, justificações, alterações ou incumprimentos, mas o facto é que o balcão da Caixa Geral da Fajã de Cima, por exemplo, está encerrado tendo a freguesia deixado de dispor de qualquer outro banco, apesar de inúmeras diligências locais desenvolvidas, designadamente pela Junta de Freguesia, aonde funcionava o espaço da Caixa Geral, em que a Junta propôs reduzir substancialmente o valor da renda quase a um valor simbólico. Ainda assim não foi possível chegar a um acordo.

Enquanto isto, o encerramento de balcões, é estranho que a Caixa Geral, no seu processo de recapitalização, tenha emitido obrigações públicas que são renumeradas para os aforradores acerca de 10%, valores perpétuos e valores muito acima daquilo que eram as alternativas do mercado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: A Fajã de Cima tem 3.500 habitantes. No conjunto das 24 freguesias do concelho de Ponta Delgada, e retirando as freguesias urbanas, é a quinta freguesia em população.

Portanto, tem uma população em que mais de 10% tem mais de 64 anos (população idosa), é uma freguesia rural e, neste momento, deixou de ter qualquer serviço na área bancária. Aliás, o único serviço que dispõe é uma farmácia e o posto de saúde que, por sinal, necessita de melhoramentos.

Deputado Francisco César (PS): E uma caixa multibanco!

O Orador: Estamos perante uma população claramente prejudicada por uma decisão tomada por um Conselho de Administração distante e sem conhecimento da realidade local, que resulta a nosso ver de uma postura verdadeiramente centralista.

Por estas razões, apoiamos a iniciativa do Bloco de Esquerda, revendo-se no seu objeto e na generalidade dos seus pressupostos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Quem diria!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários (Membros do Governo):

Permitam-me que me apresente aqui não de calças de ganga nem de botas de cano, como muitas vezes outros partidos fazem quando necessitam de ir verificar problemas em algumas localidades.

Eu penso que este tema provoca algum sentimento contraditório no plenário, um pouco contraditório com a história do processo.

Aliás, arrisco-me mesmo a dizer que é irónico; irónico que o Partido Social Democrata, um partido que em 2011 escrevia no seu Programa de Governo que era necessário avançarmos para a privatização do banco público para retirar más influências e haver um reforço imediato da autonomia da gestão da Caixa Geral de Depósitos em relação ao poder político,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... venha agora a esta câmara preocupado com as consequências da sua própria ação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Ou melhor, da sua inação!

Vamos fazer um pouco...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A proposta é do Bloco!

O Orador: Já lá vou!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah!... Normalmente começa-se pelo princípio!

O Orador: Vamos fazer um pouco de história, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, não se preocupe, porque eu não sou mulher, nem vim de saia travada, aliás se viesse seria um pouco estranho!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou não!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma declaração homofóbica!

O Orador: Mas visto calças,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ou não!

O Orador: ... o que para si deve ser muito mais reconfortante.

Adiante!...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Virou homofóbico!

O Orador: Absolutamente nada!

Eu estou a citar, já que o senhor é Líder Nacional do Partido Popular Monárquico, aliás, o líder em funções mais antigo em todo o país, um vice-presidente seu, muito próximo, Câmara Pereira, salvo erro, o que senhor tanto... Aliás, trouxe-o para a campanha eleitoral.

Adiante!...

Vamos fazer um pouco de história. O PSD era a favor da privatização da Caixa Geral de Depósitos, segundo está no vosso programa eleitoral em 2011, como disse há pouco, para retirar influência política do Governo.

Também não deixa de ser curioso que o CDS afirmou por diversas vezes que a privatização da Caixa Geral de Depósitos só não foi adiante graças à influência de Paulo Portas e do Ministro Pires de Lima – adiante – mas que uma das principais obrigações do Partido Social Democrata...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ainda não disse nada!

O Orador: ... era de repor a situação financeira do país, em 2011, e de resolver o problema do sistema bancário.

E dizia o PSD então que seria necessária uma injeção na Caixa Geral de Depósitos de cerca de 1500 milhões de euros.

Eu repito: em 2012, o Governo de Passos Coelho injetou na Caixa Geral de Depósitos cerca de 1.500 milhões de euros, curiosamente o mesmo Governo que também injetou cerca de 1.650 euros no BANIF. Sabemos bem como é que a história acabou!

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

O Orador: Mas, segundo o que dizia então o relatório do Tribunal de Contas, durante o ano de 2013...

Deputado Duarte Freita (PSD): O Armando Varas e o Sócrates podem explicar isso tudo!

O Orador: ... a 2015, os meios de fiscalização...

Deputado Luís Maurício (PSD): Lá no meio da sucata!

O Orador: ... e os mecanismos de fiscalização...

Deputado Duarte Freita (PSD): Pelo que o senhor disse já deviam estar presos!

O Orador: ... da parte do Governo da República de Passos Coelho (estou a citar o Tribunal de Contas) foi de absoluta falta de controle sobre o funcionamento da Caixa Geral de Depósitos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Era incontrolável!

O Orador: De 2013 a 2015...

Deputado Luís Maurício (PSD): Estava lá o Armando Vara!

O Orador: ... a situação do banco público era de gestão ou de tutela do Governo de Passos Coelho.

Quando se iniciam as funções do atual Governo da República nós verificamos que a situação do sistema bancário português era de imergência, de pré-falência, tudo isto porque o Governo CDS/PSD, à custa de tentar fazer uma saída limpa do resgate e da tutela da troika, esconderam a situação financeira da banca.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A situação financeira da banca teve como consequências que a vossa ação permitiu levar à falência o BES, permitiu levar à falência o BANIF,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e se nós não puséssemos a mão teria levado à falência o banco público português.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os senhores levaram Portugal à bancarrota, aplaudiram o Sócrates e ainda têm boca para abrir!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O descaramento tem limites!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Por isso, quando tomámos posse,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Enceramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos!

O Orador: ... a Comissão Europeia tinha entre mãos um processo atrasado de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, tinha entre mãos um processo atrasado de atenção ao BANIF.

Todos nós sabemos as consequências deste processo.

Deputado André Bradford (PS): Infelizmente!

O Orador: Nós negociámos com Bruxelas um processo de recapitalização complicado, um processo que permitia à Caixa Geral de Depósitos manter-se, em primeiro lugar, pública...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas o que é que isto tem a ver com o Projeto de Resolução?

O Orador: Tem tudo a ver!

Como é que é possível que o Sr. Deputado não perceba o que é que tem ver com a manutenção de um banco público, manutenção de um serviço público, a manutenção da abrangência de um banco que é público a todo o país, não perceba o que é isso tem a ver com o processo de recapitalização?

Diz muito do estado do PSD!...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Diz muito daquilo que o PSD pensa sobre a gestão da coisa pública!...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Olhe que não!

O Orador: Os senhores preferem o imediatismo da discussão à consequência do debate e do planeamento.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi isso que nós fizemos, aliás, a noção de que isto não é apenas uma compreensão do Partido Socialista está em declarações de responsáveis de alguns partidos.

“O Governo do PSD e do CDS não recapitalizaram a Caixa, e por isso foram fazendo o problema aumentar. Felizmente há agora condições para a recapitalização pública da Caixa, embora com dificuldades”.

Deputado Paulo Parecer (PSD): Isto é fel puro!

O Orador: Quem reconhece que o processo de recapitalização implica consequências para a Caixa Geral de Depósitos não é apenas o Partido Socialista.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Amigo do Sócrates!

O Orador: É a líder do partido a que V. Exa. faz parte e a que V. Exa. também faz parte.

Catarina Martins é a própria a perceber...

Deputado Bruno Belo (PSD): Catarina Martins já não é a mesma coisa!

O Orador: ... que o processo de recapitalização, junto de Bruxelas, por ser tardio, por ter sido fruto da irresponsabilidade do anterior Governo, levou a que a recapitalização hoje tivesse consequências muito mais nefastas do que se tivesse sido feita no tempo certo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É isso que eu estranho nos partidos aqui presentes, nomeadamente no Bloco de Esquerda.

Mas mesmo assim (mas mesmo assim!...) o Partido Socialista e o Governo da República e também responsáveis do seu partido em Lisboa, responsáveis do Partido Comunista Português em Lisboa, a facção mais moderada dos partidos a que V. Exas. fazem parte,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Parece (PSD): Lá se vai a geringonça!

O Orador: ... tiveram a responsabilidade de negociar e os próprios Deputados do PS à Assembleia da República, a que se referia por exemplo o Sr. Deputado Paulo Estêvão em pequeno aparte, disseram, “bom, faz-se uma recapitalização da Caixa Geral de Depósitos”.

Muito bem! Mas que condições é que levam a essa recapitalização? Quais são os critérios que levam ao fecho de balcões? Quais são as consequências que têm para os trabalhadores?

Esse trabalho está feito num requerimento do Partido Socialista, assinado por vários deputados, inclusive pelos Deputados dos Açores e que perguntavam: “quais são as consequências para o país, mantendo o pressuposto de ter um banco público, um banco que dê assistência e mantenha o funcionamento do sistema bancário a funcionar de uma forma equilibrada?”

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sabe que mais, Sra. Deputada? O Governo da República respondeu e a resposta ao requerimento está aqui. Explicou e disse quais são os critérios e qual é o papel que um Governo deve ter numa economia de mercado quando se tem um banco público.

Em primeiro lugar, o fecho de balcões não deve ser feito, como disse erradamente o Sr. Deputado Paulo Mendes, apenas por um critério economicista. Tem que haver uma presença alargada em todos os concelhos do país, em todos os concelhos onde este banco público esteve presente.

Por isso é que, após a intervenção do Governo da República, após a intervenção dos Deputados, nos quais também se incluem alguns dos seus partidos, que é isso que não percebo depois esta contradição,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não há contradição!

O Orador: ... houve alteração de critérios para que o serviço público se mantivesse para todas e todos os portugueses.

Deputado Paulo Parecer (PSD): “Juntos Conseguimos!”

Deputado Duarte Freitas (PSD): “Juntos conseguimos” dar cabo do BES!

O Orador: Havia um balcão que ia fechar, que era o balcão das Lajes do Pico. Não fechou por intervenção política, por intervenção pública, porque o Governo soube, no momento certo dizer: “antes da economia estão as pessoas”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uau!...

O Orador: Mas nós também estamos constrangidos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nós quem?

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas o que é que isto tem a ver?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então faça dessas palavras a sua prática!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Nós também sabemos que a irresponsabilidade passada, tal e qual como disse a sua líder partidária, nos trouxe constrangimentos e o constrangimento é ter bom-senso, ter a capacidade de fazer a reestruturação que nos é pedida por Bruxelas, minorando o seu impacto nas pessoas.

A consequência para o país foi que esse fecho de balcões passasse de 200 para 61!

A consequência foi que de 2.200 despedimentos passassem para zero e passassem a ser negociadas reformas antecipadas!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nós moderámos as reformas a que estávamos obrigados por interesse público, por atenção às populações e os partidos a que V. Exas. fazem parte têm a perfeita noção, por isso é que nós não percebemos o porquê de virem a esta câmara fazer uma reivindicação que sabem tão bem que foi dificilmente negociada com Bruxelas.

Deputado Manuel Pereira (PS): Populismo!

Deputado André Bradford (PS): É ala nacional! A ala radical!

Deputada Zuraida Soares (BE): Nós vamos explicar! Calma!

O Orador: Foi tirada à custa com instituições europeias que têm um pensamento, como sabemos, altamente de direita,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Hein?! É tudo gente de esquerda!

O Orador: ... pensamento igual a estes senhores que estão aqui à nossa frente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Os senhores é que fecharam o balcão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aquele senhor que tem um nome esquisito de que partido é? É do PS!...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Por isso, o Partido Socialista assume aqui, perante os senhores, perante os açorianos, que sim, nós não gostamos que se fechem balcões, mas nós percebemos que é um mal necessário, que está minorado o seu impacto junto dos açorianos...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que estão garantidos, segundos os critérios que foram estabelecidos pelo Governo da República, os seus impactos na população.

Esse é um compromisso.

Nós sabemos que há decisões que são complicadas, mas nós não fugimos com a cara para dizer aos portugueses, e neste caso aos açorianos, que este é um mal menor e nós conseguimos evitar um mal muito maior.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aguardo que o Bloco de Esquerda responda à pergunta que eu lhe coloquei.

Em segundo lugar, há uma questão fundamental.

Como é que é possível realizar-se aqui um discurso, como o Sr. Deputado Francisco César fez, em que analisou a macroeconomia planetária, montou aqui um pronto-a-vestir, vestiu e despediu saias, não há nenhum tipo de referência, em relação ao seu discurso. Andou por aí e finalmente conseguiu algo absolutamente de inédito nesta Casa, sem nunca ter sido chamado à atenção, que é de facto não conseguir referenciar a proposta do Bloco e dizer esta palavrinha, que é uma palavrinha mágica, que é balcão da Fajã de Cima.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não!... Bruxelas, sim! Lisboa, sim!... Nova Iorque... Mas, e a Fajã de Cima?...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

E a Fajã de Cima que é o que nós estamos aqui a discutir? É que não estamos aqui a discutir outra coisa, Sr. Deputado.

O que o Sr. Deputado devia ter dito era: não, não! Eu concordo!

Aliás, utilizando o seu plural, nós concordamos, porque o senhor disse: “nós fizemos”, “nós fizemos”...

Não!... Os senhores também têm de dizer nós fechámos o balcão da Fajão de Cima! Nós autorizámos e nós somos os responsáveis.

Portanto, eu acho surpreendente a sua viagem retórica, para não dizer mais.

Tinha mais uma coisas para lhe dizer, mas vou deixar para outras intervenções.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Estive muito atento àquelas que foram as afirmações e todo o argumentário utilizado pelo Sr. Deputado Francisco César, mas gostaria de destacar aquilo que eu considero mais importante e que de certeza o Sr. Deputado Francisco César também considera, aliás, reafirmou isso mesmo. O mais importante são as pessoas!

Não estamos aqui a falar de um balcão qualquer, numa zona isolada, despovoada, completamente desertificada. Estamos aqui a falar de um balcão numa localidade, numa freguesia que servia e que pelo menos 500 pessoas reclamaram pela sua manutenção.

Agora o que poderá acontecer a estas localidades, se continuarmos a retirar serviços públicos, é que, mais cedo do que tarde, passam a ser zonas completamente despovoadas e é isso que nós queremos evitar. Porquê?

Porque um banco público, de facto, é muito diferente de um banco privado, porque se fosse para ser gerido como um banco privado, então não faria qualquer sentido nós termos a banca pública. Porquê? Porque o banco público, aliás como a própria designação indica e um bocadinho a La Palice, presta o quê? Serviço público e missão à qual a banca privada não tem obrigação de cumprir.

Por isso mesmo são bancos, bancos públicos, e neste caso a Caixa Geral de Depósitos, que têm outras responsabilidades que não assistem à banca privada. E que responsabilidades são essas? São responsabilidades no âmbito de apoio à economia, com melhores condições e até mesmo uma postura mais ativa do que a banca privada, tudo muito bem (e é verdade, nós concordamos com isso), logo que essa gestão, colocando sempre o interesse público em primeiro lugar, não coloque em causa a própria viabilidade da Caixa Geral de Depósitos e consequentemente de um serviço público.

Mas isto do serviço público vai para além dos números, tal como o Sr. Deputado Francisco César afirmou, e bem, na sua argumentação.

Principalmente numa região como a nossa estamos aqui a falar de coesão, de coesão territorial.

A coesão territorial garante-se através de serviços públicos de proximidade.

Se eu bem me recordo, ainda no último plenário estivemos aqui a discutir o encerramento da loja da TAP em Angra do Heroísmo e mais uma vez o mesmo argumento serve.

Estamos a falar, ou estivemos a falar o mês passado no encerramento de um serviço público de proximidade que era muito importante.

Deputado Francisco Coelho (PS): Com a correção, com um aditamento!

O Orador: É com este encerramento anunciado (anunciado no caso do balcão de Angra do Heroísmo, e já consumado no caso do balcão da Fajã de Cima, e principalmente e sobretudo do balcão da Fajã de Cima) que estamos a contrariar toda a lógica da defesa da coesão territorial.

Estamos assim a contribuir não para contrariar o despovoamento da periferia, mas sim a contribuir para que esse despovoamento ocorra e para que a qualidade de vida das pessoas que escolhem viver na periferia não se encontre garantida.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado Paulo Mendes tem andado muito na Fajã de Cima, anda pouco nas avenidas!

O Orador: Também sabemos, e é verdade o que o Sr. Deputado Francisco César alegou, que de certa forma fomos obrigados a seguir uma política de austeridade para com a banca pública e essa pública de austeridade, à primeira vista, tem como prioridade, e tem sempre como prioridade como nós já sabemos por experiência própria, centralizar tudo o que sejam serviços, reduzir tudo o que sejam serviços e centralizá-los, sempre tendo como objetivo a redução de custos, mas na realidade não é isso que acontece, pelo menos a prazo.

Todos nós sabemos também, e de certeza que o Sr. Deputado Francisco César haverá de concordar comigo, que a longo prazo isto de centralizar e encerrar serviços públicos para proceder a essa centralização, em vez de nos sair mais barato, antes pelo contrário, sai-nos mais caro.

A descentralização de serviços de forma a promover a coesão territorial, a prazo, torna-se muito mais barato para todos nós.

Aqui estamos a falar do encerramento (principalmente aqui!) de uma agência que é muito importante para o serviço público. Refiro-me especificamente à Agência da Fajã de Cima.

Não estamos a falar de uma agência que fechou e ninguém deu por ela, ninguém deu pelo seu encerramento.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso já percebemos!

O Orador: Estamos a falar de uma agência que encerrou antes sequer do prazo ou da data que estava anunciada...

Deputado Francisco Coelho (PS): E a de Angra também, a 27 de abril e não a 30!

O Orador: ... surpreendendo toda a gente, de tal forma que não estamos aqui a falar de dezenas de pessoas, estamos a falar em centenas de pessoas que eram servidas por este balcão, e que agora ficam sem um serviço público de proximidade.

Quanto ao desafio que lançou de por que é que o Bloco de Esquerda, ou da aparente contradição do Bloco de Esquerda em ter apoiado uma política de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos. Não há contradição nenhuma!... Não há!... Não pode haver contradição, porque o serviço público deve estar em primeiro lugar!

Deputada Zuraída Soares (BE): A contradição é dizer Açores primeiro, e depois vem a Caixa!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Claro que é Açores primeiro!

O Orador: Este Projeto de Resolução tem em vista também evitar aquela que é uma intenção, se tudo continuar tal e qual como está, mais cedo do que tarde vai nos levar ao encerramento de outras agências, de outros balcões.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso também no Partido Socialista não está bem consolidado: Lisboa diz uma coisa e o Porto diz outra!

O Orador: Por enquanto foi o balcão de Angra e o da Fajã de Cima. Por enquanto!...

Por enquanto evitou-se o encerramento do das Lajes, mas nada nos garante que num futuro, não sabemos bem quando, quem sabe vamos assistir ao encerramento do balcão das Lajes do Pico ou do da Calheta.

Quem nos garante que o serviço público, planeado a partir de um gabinete, sem qualquer ligação com a realidade, muito menos com a realidade de regiões ultraperiféricas como a nossa, venha por exemplo a desprover ilhas inteiras do serviço do banco público.

Portanto, é fundamental neste momento reverter o mal já feito, e refiro-me com maior urgência à reabertura do balcão da Fajã de Cima, e simultaneamente chamar a atenção do poder político na República para esta política desastrosa e contraproducente ao serviço público e ao interesse público.

Por isso mesmo é que lutamos pelo banco público também por outra perspetiva, porque o banco público também serve para regular o mercado, para combater a centralização fomentada pela banca privada e, aliada a isso, ao poder absoluto que o setor bancário tem sobre as pessoas e as pequenas e médias empresas e a nossa Região vive também muito de pequenas e médias empresas que necessitam de uma banca pública.

Não podemos por isso mesmo aceitar o encerramento de agências pela lógica simples de que um banco público tem que atuar à imagem e semelhança da banca privada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe, vou fazer um aparte antes de mais: hipocrisia política!

O Orador: Se isto fosse um banco privado, era mais do que aceitável, na lógica pura e simples da procura pelo lucro, mas não somos os únicos a reivindicar a manutenção do balcão da Caixa Geral de Depósitos da Fajã de Cima.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Hipocrisia política!

O Orador: São muitas as Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, por todo o país, que têm reivindicado também a manutenção de balcões.

Aliás, o Bloco de Esquerda também na República tem andado, lado a lado, com aqueles que, por exemplo, reivindicam a manutenção do balcão da localidade de Almeida. Portanto, não há aqui qualquer contradição, nem aqui na Região, nem na República, porque senão na República, nós estaríamos impávidos, serenos e calados a assistir ao balcão de Almeida a ser encerrado, e não é isso que está a acontecer neste momento.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente a minha pergunta não foi respondida, porque é uma pergunta incómoda.

O Bloco, aliás, sabe perguntar muito, mas sabe responder pouco!

A questão aqui, fundamental, é a seguinte:

Eu tenho outra perguntinha, peço desculpa deste incómodo, mas é uma pergunta que eu acho bastante relevante: então os senhores co-líderes do Bloco (não é?).

Portanto, co-liderança ainda se mantém aqui e não se mantém lá fora.

Os senhores são Deputados e co-líderes do Bloco de Esquerda!

Então, e se em vez de fazermos uma coisa tão complicada que é, o Parlamento aprova para que o Governo Regional remeta para o Governo da República, e a outra transmissão direta que é,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Não funciona!

O Orador: ... os Srs. Deputados, os Srs. Dirigentes do Bloco de Esquerda exigirem que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que o Bloco de Esquerda na Assembleia da República apresente um Projeto de Resolução deste tipo para pressionar diretamente o Governo da República para uma solução deste tipo, não seria uma transmissão mais simples?

No meu partido basta enviar um fax.

Os senhores remetam e façam esta proposta se estão de acordo.

Srs. Deputados, então os senhores pedem responsabilidades aos outros, ao Parlamento dos Açores, ao Governo da República, e a comunicação interna? Há algum problema? Ou é o Oceano Atlântico que nos separa?

Há as novas tecnologias.

Deputado André Bradford (PS): Não é o fax!

O Orador: Por que é que os senhores não pedem ao Bloco de Esquerda, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, que apresente um Projeto de Resolução deste tipo?

O que é que os senhores estão a esconder?

Que hipocrisia é esta do Bloco de Esquerda em relação a estes temas?

Meus senhores, eu quero que me respondam também a esta pergunta: por que é que o Bloco de Esquerda não apresenta na Assembleia da República um Projeto de Resolução sobre esta matéria? Porquê?... Porquê?...

Deputado Manuel Pereira (PS): Não lhes apetece!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu fiquei um pouco sem perceber o que é que o Sr. Deputado Francisco César queria dizer, olhando insistentemente para mim, que para ajudar os açorianos não precisava vestir calças de ganga e pôr botas de cano, e que a seguir, se calhar podia vir para aqui de saia justa.

Deputado Francisco César (PS): Não era para si! Não percebeu!

A Oradora: Não sei se o Sr. Deputado Francisco César queria dizer-me alguma coisa em relação à minha indumentária. Eu não percebi!...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Percebeu, percebeu!

A Oradora: Se o quiser fazer, agradecia que fosse mais claro, porque efetivamente não percebi a sua intenção de olhar insistentemente para mim a fazer uma análise da forma como as pessoas se devem ou não vestir para poder servir melhor ou pior os açorianos.

Mas já agora, e independentemente da sua resenha histórica em relação à Caixa Geral de Depósitos, o facto é que continua a ser um banco público e neste momento o único banco público na Região, porque esse, sim o nosso Banco Comercial dos Açores, que era público, era nosso, o seu Governo é que vendeu ao BANIF, portanto, em relação a isso não há resenha histórica que o senhor possa fazer.

Portanto, neste momento, os únicos balcões públicos na Região são da Caixa Geral de Depósitos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Ai a história, Sra. Deputada!... Ai a história!... Estamos a ficar velhos, Sr. Deputado Duarte Freitas!

A Oradora: Mais!... Enquanto banco público que é, não se pode obviamente demitir de assegurar um serviço público e um serviço de proximidade e, por

maioria de razão, quando estamos a falar de uma freguesia onde é o único balcão e temos uma população envelhecida.

Deputado Francisco Coelho (PS): O que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro dizia do BCA!

A Oradora: Mas já, Sr. Deputado Francisco César,...

Deputado Francisco César (PS): A Fajã de Cima não é uma população envelhecida!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: E já agora, grande parte da população infoexcluída, também.

Deputado Francisco Coelho (PS): E o balcão das avenidas, Sra. Deputada?

A Oradora: Mas já agora, e em abono da verdade e correndo o risco de estar um pouco fora do âmbito da iniciativa, mas porque foi dito pela boca do Sr. Deputado Francisco César que o Governo de Costa tinha renegociado e negociado as reformas dos funcionários da Caixa Geral de Depósitos, por isso é que não tinha havido despedimentos, eu devo lembrar-lhe que o Plano Horizonte, que é exatamente o Plano que negociou as reformas dos funcionários da Caixa Geral de Depósitos, já estava em pleno funcionamento em junho de 2015.

Que eu saiba, Costa só assumiu as funções em novembro de 2015.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19H05.

Eram 18 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 13 minutos.

Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamentavelmente o Sr. Deputado Paulo Estêvão não está no seu lugar, nesta câmara...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou aqui, estou aqui!

A Oradora: Bem-vindo, Sr. Deputado!... Bem-vindo!...

Eu não queria perder a oportunidade de fazer o Sr. Deputado Paulo Estêvão feliz e de lhe dizer que vou fazer um elenco das várias iniciativas que o Bloco de Esquerda, na República, tem tido, relativamente às críticas e à não aceitação do encerramento ou dos encerramentos de vários balcões da Caixa Geral de Depósitos no Continente, e vou mandar esse relatório por fax ao Sr. Deputado, para lhe dar uma felicidade.

É que ele assim vai ficar feliz, porque vai receber um fax, vai ter que se levantar para o ir buscar, e não é ele que o manda a ele próprio. Portanto, vai ser um dia de felicidade e eu até vou pôr-lhe uma postila e um selo para ter a certeza de que ele chega ao seu destino.

Portanto, tenho o máximo prazer em fazê-lo feliz, Sr. Deputado, em tirar-lhe todas as dúvidas sobre o Bloco de Esquerda e em mandar-lhe um fax.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já agora, há algum Projeto de Resolução?

A Oradora: O Projeto de Resolução está na sua frente, Sr. Deputado. Leia-o e fale sobre ele.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, já que estamos aqui todos juntos, podíamos abreviar a situação e entregava-me simplesmente o Projeto de Resolução que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República.

É mais fácil e resolvemos já a questão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não lhe tiro a felicidade do fax, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há por aí quem ainda não tenha aceite, tenha compreendido como é que é possível nós termos numa Democracia uma solução governativa que funciona tendo como base princípios que foram considerados fundamentais para viabilizar essa mesma solução do Governo.

Portanto, fora esses princípios, há muitas contradições, há muitas divergências entre as forças políticas que fazem parte dessa solução governativa e que é assim mesmo que a Democracia funciona.

A Democracia, e a Democracia aplicada à governação e às várias soluções governativas, e neste caso a um Governo viabilizado por um acordo de incidência parlamentar, pode funcionar, e funciona neste momento, com base naqueles que são os princípios considerados fundamentais. Fora esses princípios fundamentais cada uma das partes continua a ter os seus próprios

princípios ideológicos e políticos e isso é assumido por todas as partes intervenientes sem qualquer tipo de problema.

A isso chama-se Democracia!

Quanto a incoerências, incoerências que foram aqui apontadas de alguma forma pelo Sr. Deputado Francisco César. Devo lembrar que o Partido Socialista sempre considerou que o tratado orçamental era uma espécie de vínculo sagrado, um dogma quase e que não poderia ser nunca violado.

Portanto, todas as políticas deveriam obedecer sempre àquele que é o princípio dos princípios do tratado orçamental, mas também é verdade que esse mesmo Partido Socialista, há coisa de duas semanas, acordou também com o Bloco de Esquerda um acordo para a dívida em que admite que o tratado orçamental é danoso para a nossa economia e para a nossa Democracia.

Fica assim demonstrado que em Democracia é possível termos soluções governativas de incidência parlamentar, em que todas as partes acórdão naqueles que são princípios que viabilizam essa mesma governação e que fora esses princípios considerados fundamentais, cada um continua a defender aquelas que são as suas ideias, aquelas que são as suas pretensões, aquele que é o seu projeto político. Isso não impede o país de ter um governo. A isso chama-se Democracia.

Também fica aqui demonstrado que incoerências também partem do Partido Socialista, que ora vê o tratado orçamental como um dogma, ora até admite e mais do que admitir até acusa o tratado orçamental de ser um atentado à economia e à Democracia.

Portanto, fica aqui demonstrado que para a aprovação deste Projeto de Resolução basta vontade política e vontade política em prol dos interesses dos açorianos e das açorianas.

Parece-me que o Partido Socialista está mais interessado e está mais vinculado àquela que é a vontade do Partido Socialista com sede no Rato e aqui nos

Açores não se interessa por aquele que é o cumprimento de um serviço público tão essencial para todos nós.

Obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda não chegou o fax e eu continuo à espera das propostas de V. Exa..

Como eu tinha alguma desconfiança de que a Sra. Deputada não me iria remeter o Projeto de Resolução, dei-me ao trabalho de verificar se ele existe. Não existe!...

Portanto, não é possível enviar, por qualquer tipo de iniciativa, um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda na Assembleia da República sobre esta matéria, porque ela não existe.

O que é que o Bloco de Esquerda tem na Assembleia da República?

Tenho aqui, e isto são requerimentos.

Requerimentos também eu tenho muitos, Sra. Deputada!

Requerimentos, muitos, muitíssimos!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Imensos!

O Orador: Requerimentos, são perguntas.

Agora, uma ação política? Uma pressão política como V. Exas. aqui dizem? Pressão política!... Eu acho que o que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda deveria fazer era pressão política sobre o Bloco de Esquerda a nível nacional para apresentar um Projeto de Resolução.

Sra. Deputada, isso é que é pressão política! É pressão política e é pressão partidária!

Pressão política e pressão partidária!...

V. Exas. não fizeram isso.

Agora o que eu pergunto e os açorianos a pergunta que fazem sobre esta questão, verificada esta enorme incongruência, esta falta de coragem política em relação a apresentar um documento deste tipo...

Seria certamente aprovado, porque o PCP está a favor, o PSD também, o CDS também, o Bloco de Esquerda também. Seria certamente aprovado na Assembleia da República.

Quer mais pressão política do que esta, do que um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda ser aprovado na Assembleia da República a dizer ao Governo da República para, junto da Caixa Geral de Depósitos, da administração que ele próprio nomeou, impedir que estes balcões sejam fechados?...

Isto é uma pressão política, a mais evidente, a mais direta e mais eficaz!...

O que eu me pergunto e o que os açorianos se perguntam,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não grite!

O Orador: Ah!... Agora já faz apartes!...

O que os açorianos perguntam é: mas que hipocrisia é esta?

Então por que é que não o fazem? Qual é a contrapartida política que os senhores dão lá fora para não fazerem e não apresentarem esse Projeto de Resolução?

Os açorianos são a moeda de troca das vossas consciências?...

Os açorianos são a moeda de troca das vossas consciências?

Por que é que não o fazem? Porque têm cortes políticos com o Partido Socialista, com o PCP e com o Governo da República e, portanto, o que os senhores fazem é barulho e nada de concreto, porque aquilo que poderiam fazer, do ponto de vista concreto, não fazem. Portanto a máscara caiu aqui nesta Assembleia, Sra. Deputada.

Esse é que era o caminho e esse caminho os senhores não o fazem. Fazem todo o foguetório à volta do assunto, mas do ponto de vista prático aquilo que poderiam fazer de forma eficaz não o fazem.

É isso que eu quero transmitir aos açorianos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Um foguetório!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo recordar, aliás, para isso vou ler, o início da parte resolutiva deste Projeto de Resolução agora, em discussão:

“Assim, nos termos das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se...”

Portanto, elemento de pressão maior do que este, ou seja, toda uma Assembleia pronunciar-se contra o encerramento de uma Agência e de futuros encerramentos de outras Agências que possam vir a verificar-se, penso que maior instrumento de pressão política nos Açores não existe de certeza.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem, Paulo!

O Orador: Continuo sem conhecer a posição de voto, por exemplo, do PPM, se concorda ou não em, juntamente com o Bloco de Esquerda, o PSD, o CDS... O Partido Socialista parece que está mais dedicado à causa do PS nacional (não sei, espero que não!), e rendido àquela que é toda a uma lógica de como não deve funcionar a banca pública.

A banca pública, tal como eu disse inicialmente, não deve funcionar na lógica da banca privada. Se assim fosse não valia a pena termos banca pública.

Devo lembrar que o Sr. Deputado do PSD, António Branco Vasco, referiu aquilo que parece um pormenor, mas que demonstra como é que a Caixa Geral de Depósitos pode funcionar, e está a funcionar, na lógica da banca privada,

quando é o próprio senhorio do balcão do Fajã de Cima que assumiu publicamente que estava na disposição de cobrar somente uma quantia simbólica à Caixa Geral de Depósitos de forma manter o balcão.

Qual não é a surpresa de todos, ou não, porque afinal de contas parece que temos uma Caixa Geral de Depósitos rendida a uma lógica da banca privada, que acabou por recusar e encerrar na mesma o balcão da Fajã de Cima.

Faço um apelo ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para repensar...

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem, Paulo!

O Orador: ... e para, em conjunto com toda a oposição aqui nesta Casa, tenhamos, sim, um instrumento de pressão política que na Região é com certeza a iniciativa política que confere maior pressão política junto ao Governo da República.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer o seguinte, para matar aqui a curiosidade do Sr. Deputado:

Como eu acho, e o Partido Popular Monárquico acha, que este é um exercício de hipocrisia política (este documento é um exercício de hipocrisia política!) eu não vou votar a favor, porque os açorianos sabem bem, e ficou aqui completamente desmontada a hipocrisia de V. Exas..

Deputada Zuraida Soares (BE): Que descanso!...

O Orador: O que devo dizer-lhe é que eu gosto mais, apesar de tudo, da forma de fazer política, por exemplo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta questão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas isso nós já sabíamos há muito tempo!

O Orador: Eu vou dizer-lhe: ao menos assumiram que têm uma posição em relação a esse assunto. Assumiram!...

Não concordo com a posição do Partido Socialista, mas têm a frontalidade política de dizer: “nós concordamos que se encerre o balcão da Fajã de Cima”.

Pronto!...

Nesta questão eu não concordo com a posição do Partido Socialista, mas têm frontalidade política.

Isto para mim, na política e na vida, é muito importante. É muito importante que as pessoas assumam as suas consequências, assumam o seu posicionamento.

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor não concorda com a coerência, mas vota com o Partido Socialista!

O Orador: Agora faz apartes, Sra. Deputada. Agora faz apartes!

Assumam as suas responsabilidades!

Portanto, assim, sim.

Esta última então é extraordinária! Faz aqui um grandíssimo, um grande apelo para que o Governo Regional e os Deputados do Partido Socialista votem a favor.

Eu pergunto-lhe (outra pergunta para si): já fez um apelo à Deputada Catarina Martins, à líder da bancada do Bloco de Esquerda para apresentar um Projeto de Resolução na Assembleia da República? Já fez esse apelo?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É porque (e eu vou dizer-lhe) o organigrama destas coisas é assim: o Governo da República depende da Assembleia da República. Se fizer um Projeto de Resolução, o Governo da República terá que implementar o sentido político dessa resolução junto da Caixa Geral de Depósitos.

Não é por atalhos!...

Esses atalhos são falta de coragem política de V. Exas.! É o foguetório e é hipocrisia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputado Paulo Estêvão,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tenho tempo para lhe responder!

A Oradora: ... o atalho encontrou o senhor no caminho, e como encontrou o senhor no caminho, eu vou dirigir-me a si e vou fazer-lhe um apelo, direto e público nesta Câmara: apelo ao seu sentido de responsabilidade, apelo ao amor que tem aqui jurado aos açorianos e açorianas de todas as ilhas, incluindo o Corvo, que, repense o seu sentido de voto, por duas razões, Sr. Deputado:

Não faz sentido nenhum o senhor dizer que não concorda com o Partido Socialista, mas vai votar com ele, com o Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vou votar contra, vou abster-me!

A Oradora: E a seguir, se o senhor quer tanto bem a esta Região,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quero!

A Oradora: ... então faça alguma coisa para não lhe retirar serviços de proximidade de que os mais idosos, de que os sítios menos populosos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não alinho em hipocrisias!

A Oradora: ... de que ilhas menos habitadas, menos povoadas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Coisas sérias!

A Oradora: ... estão a ser completamente destituídas, e o senhor tem uma oportunidade de fazer prova do seu amor por esta Região.

Se não o fizer, Sr. Deputado, caiu-lhe a máscara. Mas vou dizer-lhe uma coisa: fica-lhe tão bem!

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O quê? Com máscara ou sem máscara?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados (obviamente):

Sra. Deputada e Sr. Deputado do Bloco de Esquerda eu, honestamente, não percebo a vossa posição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém percebe!

O Orador: Não percebo por vários motivos. E eu acho que os açorianos também não percebem.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah, percebem!

O Orador: Os senhores perceberam o drama que se passou com a Caixa Geral de Depósitos e apoiaram o Governo do Partido Socialista.

Deputada Zuraida Soares (BE): Esse peditório já foi há muito tempo!

O Orador: Os senhores perceberam o drama da Caixa Geral de Depósitos e apoiaram o Governo do Partido Socialista.

Os senhores perceberam o drama da negociação com Bruxelas e apoiaram o Partido Socialista.

Os senhores perceberam o fecho dos balcões...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não percebemos, não! Isso não é verdade!

O Orador: ... e compreenderam, na Assembleia da República, as restrições a que o Governo e a Caixa estavam sujeitos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso não é verdade!

O Orador: O que nós não percebemos é que os senhores compreendendo isto tudo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não compreendemos!

O Orador: ... venham a esta câmara preocupados com um balcão que teve que fechar devido às restrições destas mesmas negociações que os senhores concordaram e perceberam.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não!

O Orador: Quem não percebe a vossa posição somos nós. Quem não percebe a vossa posição são os açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Além disso, Sra. Deputada há mais um balcão que fechou e os senhores nem na vossa resolução, o que é uma coisa inacreditável...

Deputada Zuraida Soares (BE): Referimos o balcão!

O Orador: Referiram posteriormente!

Como é que os senhores que estavam tão preocupados com o fecho dos balcões, esqueceram-se que havia mais um na Terceira?

Aliás, a Sra. Deputada nem vestiu as botas, nem as calças de ganga da sua líder Assunção Cristas, a Sra. Deputada do CDS também falou do fecho do balcão da Fajã de Baixo...

Deputado André Bradford (PS): De Cima!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Deputado está obcecado pelas calças de ganga!

O Orador: Da Fajã de Cima!

Foi onde eu morei durante muitos anos.

... e esqueceu que houve um balcão na sua ilha que também fechou. Aliás, Sra. Deputada, a senhora fez uma intervenção extraordinária nesta Casa.

A senhora falou sobre botas e roupa!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quem começou a falar foi o senhor, peço desculpa!

O Orador: A senhora falou de um plano de reformas, que foi reestruturado pelo Governo do PS, e falou da média de idades da Fajã de Cima, essa freguesia tão envelhecida.

Tive eu o cuidado de ir ver os sensos!...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Infoexcluída!

O Orador: Bom!... Essa freguesia tão envelhecida da Fajã de Cima tem uma população abaixo dos 65 anos de 90%.

Deputado André Bradford (PS): Foi mais ou menos ao lado!

O Orador: Vou repetir: essa população tão envelhecida tem uma população abaixo dos 65 anos de idade de 90%.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Infoexcluída!

O Orador: A Sra. Deputada não sabe que havia um balcão na Terceira que ia fechar, a Sra. Deputada falava da população envelhecida da Fajã de Cima, que 90% tem menos de 65 anos de idade.

Se isso não é oportunismo político e tentar ficar bem na fotografia, eu não sei bem o que será.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço imensa desculpa: oportunismo político é aquilo que o senhor está aqui a fazer, porque neste momento estávamos a discutir a iniciativa do Bloco de Esquerda que era sobre o encerramento deste balcão.

A sua pretensão de vir aqui dizer que eu concordo com o Bloco de Esquerda, mas que não estou preocupada com o da Terceira, isso é que é oportunismo político, que eu não sabia sequer que ia fechar.

Deputada André Bradford (PS): Não foi nada disso que foi dito!

A Oradora: O senhor acabou de dizer isso aqui.

Portanto, faça favor de se colocar no seu lugar, faça o seu discurso político que entender, e não venha para aqui dizer que a Deputada do CDS misturou roupas, porque se houve alguém aqui que misturou roupas foi o senhor que até queria vir de saia justa para o plenário.

Muito obrigada.

Presidente: A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e o Deputado Francisco César)

Presidente: Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e o Deputado Francisco César)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, essa conversa paralela, neste momento, já não é muito adequada, uma vez que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

(*) **Presidente:** Concluimos assim este ponto.

Informo a câmara que o ponto 13 da nossa Agenda, que é a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI, será debatido amanhã, uma vez que só deu entrada hoje.

Informo também que estava na Agenda e já tinha sido distribuído por todos, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 31/XI, entregue à Mesa pelo PCP. Foi retirado pelo proponente ao abrigo do artigo 118.º do Regimento. Foi retirado o pedido de urgência e consequentemente o próprio Projeto de Resolução. Foi retirada a iniciativa e o seu pedido de urgência. Por esse motivo será também retirado da Agenda.

O ponto 13, como eu informei há pouco, é a apresentação de uma iniciativa. Tem prioridade na Agenda de amanhã, uma vez que apenas hoje foi distribuído. Os pontos 14 e 15, que estão interligados, foram retirados pelo proponente ao abrigo do artigo 118.º, que permite que até ao termo do debate a iniciativa seja retirada. Foi o que aconteceu, por isso também foi retirado da Agenda.

Por isso damos aqui um salto e avançamos para o ponto 16.

A Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário regressamos amanhã às 10H00 com o PTAP.

Eram 19 horas e 37 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada que faltou à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Mónica Reis Simões Seidi

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco